



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPHR)

Trocas políticas entre “amigos” e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1896-1911)

Felipe Martins dos Santos

Sob orientação da professora

Surama Conde Sá Pinto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Mestrado em História, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

Abril de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237t Santos, Felipe Martins, 1990-
Trocas políticas entre "amigos" e prestígio de Paulo
de Frontin na Primeira República (1896-1911) / Felipe
Martins Santos. - 2017.
155 f.

Orientadora: Surama Conde Sá Pinto.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PPHR, 2017.

1. Primeira República. 2. Paulo de Frontin. 3.
Reciprocidade. I. Pinto, Surama Conde Sá, 1969-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PPHR III. Título.

Aos meus pais Laudence e Walter

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – Mestrado e
DOUTORADO

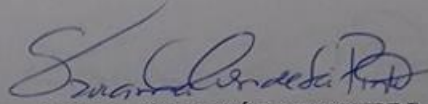
*“Trocas políticas entre ‘amigos’ e prestígio de Paulo de Frontin na
Primeira República (1896-1911)”*

FELIPE MARTINS DOS SANTOS

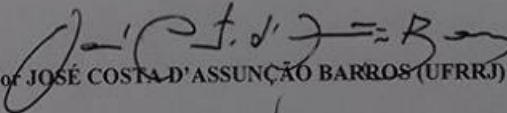
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de
concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 19/04/2017

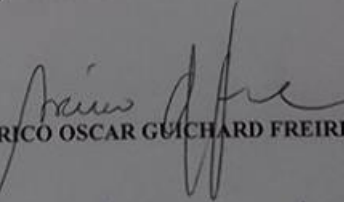
Banca Examinadora:



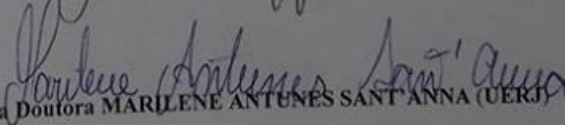
Professora Doutora SURAMA CONDE SÁ PINTO (UFRRJ)
Orientadora e Presidente da Banca



Professor Doutor JOSÉ COSTA D'ASSUNÇÃO BARROS (UFRRJ)



Professor Doutor AMÉRICO OSCAR GUICHARD FREIRE (CPDOC-FGV)



Professora Doutora MARILENE ANTUNES SANT'ANNA (UERJ)

“Sem conhecer a força das palavras, é impossível conhecer os homens.”

(Confúcio)

Agradecimentos

Neste breve espaço, gostaria de retribuir minha gratidão às pessoas e instituições que foram fundamentais para a construção desta dissertação.

À minha orientadora Surama Conde Sá Pinto, que aceitou prontamente trabalhar comigo sem saber quem eu era. Sou verdadeiramente grato pela sua serenidade sem, com isso, perder o seu rigor e também por incentivar as escolhas que fiz.

À Marilene Antunes Sant' Anna, professora, orientadora e com quem tive a oportunidade de lutar, nos tempos de graduação, contra o fechamento da Universidade Gama Filho. Agradeço também aos demais professores do departamento de História daquela instituição.

Aos professores do PPHR-UFRRJ, especialmente aos professores Fábio Henrique Lopes, Luciana Gandelman e Margareth Gonçalves pelas discussões sobre história e linguagem no âmbito da linha de pesquisa de “Relações de poder, linguagens e história intelectual”.

Às professoras Luciana Gandelman, Patrícia Farias e Simone Kropf pelos comentários e sugestões feitas na fase do projeto de pesquisa.

Aos professores José D'Assunção e Américo Freire pelas contribuições muito enriquecedoras realizadas no Exame de Qualificação.

À toda equipe de acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela presteza e pelo excelente atendimento que recebi - representados por Sônia de Lima. Agradeço também ao professor Pedro Tórtima (Seu Pedro) por mostrar-me os melhores caminhos para “enfrentar” o Arquivo Paulo de Frontin e também por auxiliar-me nas difíceis leituras dos manuscritos.

Ao Paulo Longarini, secretário do PPHR, sempre solícito para responder minhas muitas dúvidas sobre documentações e prazos.

À CAPES pelo apoio financeiro através da bolsa de estudos que recebi ao longo destes dois últimos anos.

Aos amigos que fiz no PPHR, ajudaram no dia-a-dia na Universidade que não conhecia e pelos bons e maus momentos divididos (sentirei saudades). Meu agradecimento à Pâmela, Natanael, Wendell, Geison e Henrique.

Aos meus amigos de longa data que acompanharam a construção desta dissertação. Cheyenne, Junior, Dilene, Fernanda, Danilo, Brito, Glauco e aqueles que a vida distanciou, tenho imensa gratidão em dividir este momento com vocês.

Ao meu grande amigo Jerônimo Aguiar, hoje mestrando em história pela UFRJ, sou profundamente grato pela generosidade de ler atentamente cada página desta dissertação.

Por fim, agradeço de todo coração à minha mãe Laudénice, ao meu pai Walter e à minha irmã Fernanda por compreenderem a importância do meu ofício.

Resumo

SANTOS, Felipe Martins dos. **Trocas políticas entre “amigos” e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1896-1911)**. 2017. 157p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2000.

Este trabalho discute as articulações políticas que envolveram a distribuição de recursos públicos através de relações pessoais na Primeira República brasileira. Utilizamos traços da trajetória de Paulo de Frontin, entre 1896 e 1911, para compreender os vínculos de reciprocidade na formação de clientelas políticas em ambientes urbanos como o da Capital Federal na virada para o século XX. Este personagem construiu grande parte de sua biografia na cidade do Rio de Janeiro, durante as últimas décadas do século XIX e ao longo do primeiro regime republicano. Frontin teve intensa atividade como engenheiro, professor e empresário. Nestas funções, acumulou o prestígio e uma rede de aliados que lhe facilitaram tornar-se uma das lideranças mais sufragadas da política carioca. Desta forma, o nosso recorte cronológico foi orientado pelos momentos em que este ocupou cargos públicos em áreas estratégicas da engenharia, como a ferroviária e de melhoramentos urbanos. Foram eles, a direção da Estrada de Ferro Central do Brasil (1896-1897), direção da Comissão Construtora da Avenida Central (1903-1904) e o seu retorno à diretoria da ferrovia (1910-1911).

Palavras-chave: reciprocidade, clientela política, prestígio.

Abstract

SANTOS, Felipe Martins dos. **Political exchanges between "friends" and the prestige of Paulo de Frontin in the First Republic (1896-1911).**2017. 157p. Dissertation (Master Degree in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2000.

This paper discusses the political articulations that involved the distribution of public resources through personal relations in the First Brazilian Republic. We used traces of Paulo de Frontin's trajectory between 1896 and 1911 to understand the reciprocal links in the formation of political clienteles in urban environments such as the one of the Federal Capital at the turn of the twentieth century. This character had much of his biography history in the city of Rio de Janeiro. During the last decades of the nineteenth century and throughout the first republican regime, Frontin had an intense activity as an engineer, teacher and businessman. In these functions, he accumulated the prestige and a network of allies that assured him to become one of the most supported leaderships of the Carioca policy. This way, our chronological cut was guided by the moments in which he occupied public positions in strategic areas of the city engineering, like the railway and of urban improvements. These positions were the direction of the Estrada de Ferro Central do Brasil (1896-1897), direction of the Central Avenue Construction Commission (1903-1904) and return to the railroad board (1910-1911).

Keywords: reciprocity, political clientele, prestige.

Lista de Abreviações

AR	Aliança Republicana
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
PRDF	Partido Republicano do Distrito Federal

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Correspondências contendo demandas por emprego (1889-1933)	34
Gráfico 2: Quantitativo de correspondências por cargos públicos (1896-1911)	37

Lista de Figuras

Figura 1: Carta digitalizada de Irineu Machado para Paulo de Frontin em que solicita a promoção do funcionário Luiz Carlos Motta na Estrada de Ferro Central do Brasil. Distrito Federal: 30 set 1910. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1293, Lata: 048.....	45
Figura 2: Digitalização do cartão de visita do major Antônio José de Mello Junior para Paulo de Frontin, em que solicita uma vaga de emprego para seu parente. Sem informação de local: 19 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1322, Lata: 036.....	48
Figura 3: Digitalização do verso cartão de visita do major Antônio José de Mello Junior para Paulo de Frontin. Sem informação de local: 19 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1322, Lata: 036.....	48

Lista de Quadros

Quadro 1: Conteúdo das Correspondências (1903-1904).....	73
Quadro 2: Origem das Correspondências por Estados (1903-1904).....	79
Quadro 3: Ocupação dos missivistas (1903-1904).....	81
Quadro 4: Tratamentos dos Engenheiros (1903-1904).....	86
Quadro 5: Justificativas dos engenheiros (1903-1904).....	91
Quadro 6: Origem dos políticos por países/estados brasileiros (1903-1904).....	92
Quadro 7: Tratamentos dos Políticos (1903-1904).....	93
Quadro 8: Justificativas dos políticos (1903-1904).....	96
Quadro 9: Tratamentos dos militares (1903-1904).....	97
Quadro 10: Justificativas dos militares (1903-1904).....	98
Quadro 11: Demandas por ocupação dos “demais amigos” (1903-1904).....	99
Quadro 12: Justificativa dos “demais Amigos” (1903-1904).....	100
Quadro 13: Conteúdo das Correspondências (1896-1897 e 1910-1911).....	115
Quadro 14: Origem das correspondências por Estados/Distrito (1896-1897 e 1910-1911)	116
Quadro 15: Ocupação dos Correspondentes (1896-1897 e 1910-1911).....	120
Quadro 16: Origem dos políticos por estados (1896-1897 e 1910-1911).....	121

Quadro 17: Origem das correspondências oficiais dos políticos (1896-1897 e 1910-1911).....	124
Quadro 18: Ocupação dos Intermediários (1896-1897 e 1910-1911).....	131
Quadro 19: Justificativas dos missivistas (1896-1897 e 1910-1911).....	133

Sumário

Introdução	12
Capítulo I – Paulo de Frontin e a formação de sua clientela política na Primeira República	22
Dados biográficos de Paulo de Frontin (1860-1933)	22
A importância dos cargos públicos na construção de clientela política	33
Os compromissos políticos e as obrigações de <i>dar, receber e retribuir</i>	50
Capítulo II – Reciprocidades e trocas de recursos públicos na Construção da Avenida Central do Rio de Janeiro (1903 -1904)	63
O cenário: As transformações urbanísticas do início do século XX	64
A construção da Avenida Central chefiada por Paulo de Frontin	67
Correspondências ao Diretor da Comissão Construtora da Avenida Central	72
As demandas	74
Origem das Correspondências	79
Os missivistas	80
As Amizades diferenciadas	84
Amigos engenheiros	85
Amigos políticos	91
Amigos militares	97
Os demais amigos	98
Os intermediários	102
Capítulo III– A direção da Estrada de Ferro Central do Brasil e a construção de prestígio na distribuição de recursos públicos (1896 -1911)	106
– Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (1896-1897 e 1910-1914)	110
Correspondências ao Diretor	114
Conteúdo	115

Origem dos missivistas.....	116
Ocupação dos missivistas.....	120
Os intermediários	130
Justificativas das demandas.....	133
– O prestígio na distribuição de recursos públicos.....	138
Considerações Finais	146
Fontes	149
Bibliografia Citada	150

Introdução

Esta dissertação tem como tema a política na Primeira República brasileira. Trata-se de investigar, como objeto central, as formas de articulações de parcelas da população com o Estado. Especificamente, aquelas que consistiam em relações de vínculos pessoais para o acesso a recursos públicos. Estas práticas, por sua vez, revelam as maneiras como estes agentes relacionaram a esfera de seus interesses com os bens públicos. Neste sentido, as correspondências recebidas por figuras em cargos públicos, principalmente na função executiva, tornam-se chaves documentais privilegiadas para acessar os vínculos desta natureza.

Paulo de Frontin (1860-1933) foi um personagem que na virada para o século XX ocupou, por vezes, estes espaços privilegiados na estrutura do poder público. Atuando, inicialmente, em áreas específicas da engenharia, acumulou prestígio que lhe facilitou tornar-se uma das lideranças mais sufragadas da política carioca. A capacidade de gerir recursos públicos e a possibilidade de criar aliados, por meio de compromissos construídos com o atendimento de demandas, tiveram papéis significativos no seu processo de ascensão de poder.

Estas fases da vida do engenheiro consistiram nos momentos em que foi diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), entre 1896 e 1897, quando chefiou a Comissão Construtora da Avenida Central, entre 1903 e 1905, e o seu retorno à EFCB, entre 1910-1914. Estes três momentos orientaram o recorte cronológico adotado neste trabalho (1896-1911), por três razões principais. A primeira delas, por permitir o alcance de um panorama político mais amplo, porque este período atravessa três conjunturas peculiares do regime republicano. Estes anos compreenderam (I) ao período inicial da Primeira República, próximos ao fim dos “anos entrópicos”¹, mas ainda marcados por instabilidade política; (II) o momento de relativa estabilidade e de remodelação do espaço

¹ Rento Lessa classificou “anos entrópicos” os primeiros dez anos do regime republicano, um momento de anarquia institucional e marcado por um grau de incertezas, com o abandono dos critérios de organização do Estado produzidos pelo Império brasileiro. Esta foi uma fase marcada por baixa institucionalização do governo, forte politização dos militares, instabilidade nos estados e conflitos entre o poder Legislativo e Executivo, sobre, ver: LESSA, Renato. **A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira.** 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

da cidade Rio de Janeiro, no contexto de execução do maior projeto de melhoramento do espaço urbano do início do século XX e , por fim, (III) aos anos da campanha eleitoral de 1910, fase de aumento da instabilidade política fruto, principalmente, da disputa eleitoral entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa.

A segunda razão é a importância significativa da ferrovia e da construção da Avenida Central para a população da Capital Federal. A EFCB era a maior ferrovia brasileira e mantida pelo governo federal, que ligava a Capital aos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Não somente pelos postos de trabalho estratégicos que poderia oferecer no jogo das relações pessoais, a ferrovia era alvo dos interesses das áreas de exportação e importação, de transporte de trabalhadores para os subúrbios e a ela estavam ligados diretamente o abastecimento de produtos provenientes destes estados, como alimentos. A construção da Avenida Central, por sua vez, ainda que de dimensões menores e pelo caráter provisório de uma obra encravada no centro da Capital do país, suscitou questões como as desapropriações, indenizações e os postos de emprego em seus canteiros de obras.

O perfil da própria liderança de Frontin, nestas fases, é a terceira razão do nosso recorte. No exercício dos cargos públicos analisados, este personagem encontrou meios diferenciados para sua inserção no poder público: através da atuação como engenheiro. Uma figura, inicialmente, periférica do jogo político-partidário da Capital Federal, conseguiu criar aliados por meio de sua capacidade de articulação e acumulou prestígio dentro e fora do Estado – como veremos. Por meio da posição de “porta-voz” dos interesses dos engenheiros, Paulo de Frontin atuou em áreas estratégicas da engenharia dentro dos quadros do Estado, como no segmento ferroviário e de melhoramentos urbanos.

É evidente a relação entre os domínios da atividade científica/técnica e a atividade política, que dentro de uma tradição criada no Brasil tendeu a associar estes dois domínios de forma dicotômica². De um lado, segundo esta noção, estariam os engenheiros nos quadros do Estado como técnicos e amparados pela ciência em alternativa aos “profissionais da política”, estes carregados de interesses e distantes das necessidades do restante do povo. Este trabalho demonstra como estes dois domínios, no caso de Frontin,

² GOMES, Ângela de Castro. Novas elites burocráticas. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

conjugavam-se e retroalimentavam-se. Na medida em que a formação de um grupo de aliados políticos do engenheiro contribuía para legitimar sua presença nos quadros do Estado, esta sua inserção facilitava a manutenção e a expansão de seus aliados.

Esta não é, todavia, uma obra biográfica de Paulo de Frontin. Utilizamos momentos de sua trajetória como recurso privilegiado para o nosso problema, que é a compreensão da construção e expansão de uma clientela política em um espaço complexo como o da cidade do Rio de Janeiro na transição para o século XX. Nesta dinâmica, o recebimento de pedidos por recursos públicos, baseados em trocas políticas pessoais, marcadas pela afetividade e a desigualdade entre seus pactuantes, teve papel fundamental na construção de grupos de aliados.

Para isto, analisamos como fontes primárias as correspondências enviadas ao engenheiro no período em que ocupou os cargos referidos. Atualmente, esta documentação encontra-se no fundo do Arquivo Particular Paulo de Frontin, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Doador, em julho de 1986, pela filha Maria da Glória Frontin Muniz Freire, o arquivo foi aberto à consulta em 2004, quando foram finalizados os processos de organização e catalogação. Por ter sido disponibilizado para pesquisadores há um tempo relativamente recente, o seu arquivo pessoal constitui um conjunto documental pouco explorado³.

Todo o acervo é composto de 3.974 documentos textuais e iconográficos, representativos de sua vida pessoal, familiar, como professor da Escola Politécnica e do Colégio Pedro II, como empresário da Empresa de Melhoramentos do Brasil, de associações que foi presidente (Derby Club e Clube de Engenharia) e de suas atividades políticas como deputado federal, senador e prefeito da Capital Federal. O conjunto de natureza epistolar (cartas, telegramas, bilhetes, cartões, requerimentos e abaixo-assinados) destaca-se, significando 68% de todo arquivo – subdivididos em três séries: I) “Correspondências ativas”, comumente cópias de cartas enviadas, II) “Correspondências

³ Ainda que o interesse dos historiadores tenha se renovado pela figura de Frontin por conta da documentação de seu arquivo pessoal. Recentemente, somente duas pesquisas trataram a documentação do Arquivo Privado Paulo de Frontin de forma consistente. Como o trabalho de Surama Pinto, sobre a atuação na política profissional da cidade e de Vânia Cury, sobre a sua presidência no Clube de Engenharia sobre, ver: PINTO, Surama Conde Sá. *As iglas da política carioca. Do prefeito da varinha de condão ao mordedor esperto: as gestões de Paulo de Frontin e Carlos Sampaio na Prefeitura da Distrito Federal*. In: **Só para iniciados...o jogo político na antiga Capital Federal**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011. e CURY, Vânia Maria. **Engenheiros e Empresários: O Clube de Engenharia na Gestão de Paulo de Frontin (1903-1933)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000 (Tese de Doutorado).

de terceiros”, endereçadas a outros missivistas e III) “Correspondências passivas”, remetidas diretamente ao titular do arquivo.

Ao longo deste trabalho, ficará evidente para o leitor que esta documentação revela a face da vida política ordinária da Primeira República. O acesso aos recursos públicos, por via particularista, na tradição da ciência política tem sido compreendido pela rubrica de práticas de natureza clientelística. Relações que pressupõem vínculos que se estabelecem pelo compromisso pessoal, através de relações de trocas de toda sorte de bens políticos materiais (empregos, concessões, isenções fiscais, etc) e imateriais (fidelidade, lealdade, dívida moral). Estas práticas cotidianas evidenciam, justamente, o momento em que o espaço público integra-se às demais esferas de sociabilidade: da casa, da igreja, da empresa, das associações profissionais, etc.

A configuração complexa da cidade do Rio de Janeiro na transição para o século XX oferece elementos diferenciados para a questão. Em primeiro lugar, por tratar-se de um espaço político diferenciado, que concentrava a sede do governo federal e municipal. Por outro lado, o processo de crescimento e complexificação de sua estrutura populacional, desde o final do século XIX, ocasionou maior complexidade em sua estrutura social. Por isto, tratar de uma cidade com status de “metrópole”, com uma composição social heterogênea e complexa pressupõe lidar com diversos níveis de reciprocidades possíveis. Por conta da diversificação de círculos sociais que gera a mobilidade para além de um grupo de pertencimento, a vida na Capital Federal permitia a criação de vínculos sociais mais amplos e diferenciados.

O conteúdo político, portanto, que se revelou nas correspondências, por vezes, heterogêneas entre si não foi somente tratar da política formal – esta ocupou raramente o espaço de escrita dos missivistas. Mas o fato de colocar em perspectiva os atores capazes de estabelecer obrigações e relações de confiança. Por meio delas, seus autores expuseram julgamentos, ideias e posições pessoais que não comportam os demais documentos oficiais. As correspondências que continham demandas revelaram-se como rituais de trocas políticas e genuínos convites à aliança com Paulo de Frontin. Desta forma, as relações desta natureza pressupunham laços de reciprocidade pessoal, porque a distribuição do recurso, entendido de forma geral como benefício ou uma dádiva, vinculava seus pactuantes por meio de dívidas morais. Por isto, estamos diante de trocas de benefícios públicos que possuíam similaridades com a dinâmica da distribuição de presentes. Por meio delas, seus atores criavam, reforçavam ou desfaziam alianças e, por

isto, evidencia-se o seu caráter de articulação política possível em um ambiente complexo como a Capital Federal.

Este trabalho tem como objetivos principais reter os elementos materiais e imateriais que foram intercambiados nestas articulações, discutir a natureza destas demandas e evidenciar as correspondências que se destacaram no próprio ato de encaminhamento de seus pleitos. Para este propósito, foi necessário traçar o perfil social destes grupos de missivistas (origem geográfica, ocupação profissional e recursos solicitados). Além do mais, procuramos analisar, através da performance que os missivistas construíram, as lógicas de reciprocidade e demais valores que legitimavam suas ações.

Atualmente, qualquer proposta de trabalho que se designe estudar aspectos do sistema político da Primeira República brasileira já nasce em meio a uma extensa produção historiográfica⁴. Por conta disto, cumpre-nos fazer seleções e apresentar a vertente na qual este trabalho procura inserir-se. E ela constitui uma corrente de interpretações clássicas que se esforçaram na compreensão da relação entre o interesse público e o privado no contexto oligárquico do regime republicano.

Uma primeira linha interpretativa, na qual destaca-se a obra de Nestor Duarte⁵, concebeu a ordem privada antagônica ao poder público do Estado. Nesta perspectiva analítica, os proprietários rurais e sua parentela eram vistos com amplos poderes dentro de seu latifúndio e o Estado agiria em função dos seus interesses. Esse olhar sobre a questão privilegiou os potentados das regiões rurais que, após a Independência, passaram a controlar o Estado e submeteram-lhe aos seus interesses. Por meio de uma associação direta entre o poder político e o poder econômico, foi a ordem privada que teria governado o Estado, desde o regime Imperial, continuando ao longo de toda Primeira República.

Outro modelo interpretativo ficou conhecido como a vertente “patrimonialista” e teve Raymundo Faoro, no clássico “Os donos do Poder”⁶, seu principal representante. Ao

⁴ Sobre um balanço historiográfico mais amplo do sistema político da Primeira República brasileira, ver FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela de Castro. **Primeira República: um balanço historiográfico**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Vértice, v. 1, n. 4, 1989. p. 244-280 e José Murilo de Carvalho também produziu um balanço historiográfico sobre o período de autores que discutiram a relação do público e privado do sistema oligárquico brasileiro, sobre ver: CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados [online] . Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>.

⁵ DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939.

⁶ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Editora Globo, v.2, 1977.

analisar a evolução do Estado português desde o século XIV e o Estado brasileiro, após a independência até o período Vargas, o autor concluiu que a configuração do Estado do Brasil possuía uma natureza patrimonial. Este seria o centro do poder e dirigido pelo “estamento burocrático”, uma minoria dissociada do restante da nação, que controlava a direção estatal e, portanto, ela quem arbitraria os negócios públicos da nação. Pela centralidade e onipotência do Estado, é ele quem criaria e personificaria a classe dirigente. Ângela de Castro Gomes e Marieta Ferreira salientaram como, no caso específico desta interpretação sobre a Primeira República, o estamento burocrático teria sofrido um declínio ou sua quase extinção, mas em momentos de crise econômica e financeira, este grupo intervia para amparar, principalmente, a cafeicultura⁷.

Outro modelo de interpretação consolidou-se a partir da obra “Coronelismo, enxada e voto”⁸, de Victor Nunes Leal, que rompeu com a tese tradicional, nas ciências sociais, da separação entre ordem pública e privada da política brasileira. O autor estudou o fenômeno coronelismo, ao analisar o desenvolvimento da estrutura dos municípios brasileiros desde o período colonial até 1946. Leal identificou o coronelismo como um fenômeno histórico específico da Primeira República brasileira e definiu-o “como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”⁹.

O coronelismo, enquanto um sistema político complexo, foi um fenômeno datado historicamente por conta de dois fatos determinantes. O primeiro deles, um fato político: o federalismo implantado na Constituição de 1891, que ampliou a autonomia dos estados da federação e tornou os poderes municipais dependentes da política dos estados. O segundo foi um fato econômico: a decadência dos proprietários rurais, que enfraqueceu o poder político dos coronéis. A dinâmica de manutenção do coronelismo, portanto, deu-se no movimento da expansão da atuação do poder público do Estado, à medida em que retraía a atuação privada dos coronéis. Este sistema era estruturado em uma rede de compromissos, pautados no voto como principal moeda de troca, que ligava os coronéis às lideranças estaduais e estes ao presidente da República.

⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela de Castro, op. cit, 1989, p. 252.

⁸ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1948].

⁹ Idem, p.20

Ainda que a proposição de Victor Nunes Leal tenha sido alvo de críticas, como pela excessiva importância dada ao valor do voto na Primeira República e por não ter levado em consideração, de forma mais consistente, os interesses das classes dominantes neste sistema¹⁰, historiadores têm demonstrado a validade deste referencial para a compreensão do sistema oligárquico da Primeira República.

José Murilo de Carvalho reconheceu a validade do conceito de coronelismo argumentando que o compromisso clientelista poderia ser mantido sem que fosse dado um papel fundamental ao voto¹¹. Segundo o autor, mesmo sem prescindir do coronel isoladamente, a estabilidade do sistema exigia um mínimo de entendimento com os coronéis. E, por isto, torna-se secundário o fato da contrapartida do coronel se traduzir em voto – em determinadas circunstâncias bastava o apoio tácito e a paz social que o coronel poderia garantir na região. Ao analisar a correspondência passiva de Nilo Peçanha – chefe oligarca fluminense, enquanto governador do estado-, Surama Pinto¹² demonstrou como a prática do coronelismo e a prática do clientelismo estiveram presentes na articulação política durante a Primeira República. No entanto, no contexto da política do estado do Rio de Janeiro, o compromisso coronelista foi a prática predominante.

Outra linha interpretativa, marcada por um viés antropológico, foi a de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Em sua proposta de abordagem do coronelismo, ressaltou que considerar o fenômeno somente pelo seu viés político, seria desprezar um conjunto amplo e complexo, que impediria uma compreensão mais profunda da questão¹³. Para a autora, a compreensão do fenômeno passa pelo entendimento dos vínculos de parentela, definidos como “um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam o grupo pai-mãe-filhos), vivendo cada

¹⁰ Críticas feitas pelo historiador britânico Paul Cammack, para o qual o sistema político não deveria ser entendido pelo viés do clientelismo – para ele, sinônimo do coronelismo -, porque seria necessário levar em consideração o interesse das classes dominantes. Outra crítica feita por Cammack foi direcionada a uma das bases do compromisso coronelista: a dependência eleitoral do governo estadual em relação aos coronéis. Para o historiador britânico, o sistema eleitoral era controlado pelo governo estadual, não havendo a necessidade da dependência do poder dos coronéis, e nem o voto tinha um valor determinante como mercadoria política naquele sistema. Sobre, ver: CAMMACK, Paul. **O Coronelismo e o Compromisso Coronelista: Uma Crítica**. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, nº 5, Belo Horizonte, 1979, p. 1-20.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de, op. cit., 1997.

¹² PINTO, Surama Conde Sá. **A Correspondência de Nilo Peçanha e a Dinâmica Política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

¹³ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Coronelismo numa Interpretação Sociológica**. in FAUSTO, Boris(org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 1. São Paulo, Difel, 1975.

qual em sua moradia, em regra geral, economicamente independentes”¹⁴. A pirâmide da parentela não seria, como se poderia pensar, estável, estática ou imóvel e no seu interior haveria camadas socioeconômicas em ascensões e declínios. Para ascender no seu interior, um de seus membros precisaria ter reconhecidas as suas qualidades pela liderança, por meio de suas relações pessoais.

Diferentemente de Leal, para Queiroz não houve um único fator responsável para decadência da estrutura coronelista no país. A urbanização, o crescimento demográfico e a industrialização foram responsáveis por essa decadência. Também o peso de cada um destes fatores e seu impacto sobre a estrutura de poder em questão variaram de região para região e de acordo com o momento histórico vivido e, por isto, o fim do coronelismo não teria ocorrido de uma só vez e nem de forma homogênea.

Como podemos observar, é consolidada na historiografia sobre a Primeira República a abordagem da relação entre o público e o privado. Sobretudo em enfoques de perspectiva nacional, que privilegiaram a ligação da realidade rural com o governo central, como na abordagem do coronelismo. Na cidade do Rio de Janeiro, contudo, a relação entre o poder local - central e as maneiras da população articular seus interesses com o Estado assumiram características próprias.

E, por isto, identificamos como lacuna a ser explorada a investigação das práticas políticas que envolvem a relação do público e do privado no então Distrito Federal. A cidade teve como principal elemento constitutivo sua face cosmopolita (por ser a maior do país e a Capital da República) que lhe permitia comportar uma multiplicidade de papéis e domínios sociais. Neste sentido, consideramos ser pertinente explorar o lado desta mesma face cosmopolita, que corresponde ao cotidiano de sua vida política, das práticas particularistas identificadas com a política pessoal. Por isto, o problema desta dissertação foi conduzido por meio da noção conceitual de comportamento clientelista em sociedades urbanas, articulada com o referencial teórico de Marcel Mauss sobre a reciprocidade pessoal nas trocas de dádivas¹⁵. As definições e discussões destes conceitos estão presentes ao longo do trabalho.

Desta forma, a tendência da historiografia sobre Primeira República até aqui exposta e a utilização de arquivos privados como privilegiados conjuntos documentais

¹⁴ Ibidem, p. 165.

¹⁵ MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974 [1924].

legitimam a nossa proposta de pesquisa. Além disto, o fato do Arquivo Privado Paulo de Frontin ter sido pouco explorado contribui para a relevância desta pesquisa, em virtude dos novos resultados que estas fontes primárias ensejam.

Este trabalho, que se situa no campo das discussões sobre a história política da Primeira República, procurou diálogos com as abordagens da antropologia da política. Principalmente com as obras de antropólogos que, através de etnografias sobre a política em metrópoles e centros urbanos¹⁶, foram críticos à concepção clássica de “clientelismo político”. Isto por conta de seu forte apelo normativo e etnocêntrico – que opera com certa naturalidade modelos “ideais”, como, por exemplo, o de “democracia” em contraponto ao de “clientelismo”. E, por isto, estes autores também não compreenderam as relações de natureza clientelísticas como “anomalias” ou práticas de natureza paroquiais dentro uma escala de modernização do sistema político¹⁷.

A perspectiva destes antropólogos, em seu conjunto, propôs a abordagem das práticas políticas como um exercício antropológico de compreensão do “outro”. E estas etnografias analisaram a política em sua dimensão mais ampla, por vezes, fora do período eleitoral e procurando não a dissociar das demais dimensões sociais. Voltados, portanto, para os domínios subjetivos das práticas políticas, estes pesquisadores partiram do pressuposto de que existem diferentes modos de pensar e viver a experiência política. Além do mais, ressaltaram, em suas análises, tantos os aspectos imateriais (noção de honra, vínculos pessoais, prestígio) como aspectos materiais, por exemplo, os recursos públicos.

A dissertação foi estruturada em três capítulos, no qual o primeiro apresenta dados biográficos de Paulo de Frontin com foco na sua trajetória pública na Primeira República. A partir destes dados, delimitamos o objeto e o problema central do trabalho. Ainda neste capítulo discutimos como o recebimento de demandas facilitou a construção de uma rede

¹⁶ BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das bases política: política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume-Damará, 1999; PALMEIRA, Moacir. **Política, facção e compromisso: alguns significados do voto**. In: *Encontro de Ciências Sociais no Nordeste*. Salvador: CRH/FINEP, 1991; _____. **Voto: racionalidade ou significado?**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.20, 1992, p. 26-30; _____. Os comícios e as políticas de facções. Rio de Janeiro: Anuário Antropológico, n. 94, 1995. e *KUSCHNIR, Karina. Eleições e Representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP-MN-UFRJ, 2000.

¹⁷ Sobre, ver: _____. CARNEIRO, Leandro Piquet. **As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 13, 1999.

de aliados e prestígio político. Isto, através do debate teórico sobre o clientelismo e das contribuições da tradição antropológica sobre as dádivas.

No capítulo 2, analisamos as correspondências enviadas a Frontin, enquanto chefe da Comissão Construtora da Avenida Central no Rio de Janeiro. Dentro do contexto das grandes reformas urbanas no início do século XX, que marcaram o auge da efetivação dos projetos de reconfiguração da cidade planejados pelos engenheiros no período. Por meio das demandas recebidas no primeiro ano de obras da Avenida, focalizamos os rituais de troca e os vínculos de reciprocidade dos seus principais missivistas.

No capítulo 3, analisamos as correspondências recebidas pelo então diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil em uma perspectiva comparada. O fato de ter exercido o cargo em duas oportunidades (entre 1896-1897 e 1910-1914) permitiu abordar a fase de início de sua carreira com agente público na área da engenharia e o último cargo desta natureza, antes ingressar na política representativa e partidária. A comparação entre estes dois momentos tornou-se, portanto, privilegiada para reter a relação entre prestígio e a distribuição de bens públicos ao longo deste período.

É necessário, ainda, fazer duas orientações prévias ao leitor. A pesquisa que culminou neste texto não teve o caráter de denúncia e, portanto, a organização das informações (quadros, gráficos, figuras e transcrições de fontes) foi feita para o melhor encaminhamento do problema, qual seja o de compreender a construção de uma rede de clientela e os vínculos de reciprocidade entre seus participantes. A outra consideração consiste no fato de que, como não entendemos nosso objeto como elemento “deformador” do sistema político adotado no período, o leitor não encontrará afirmações sobre como estes personagens deveriam proceder, propostas ou alternativas para a solução da política brasileira da Primeira República.

Capítulo I – Paulo de Frontin e a formação de sua clientela política na Primeira República

Dados biográficos de Paulo de Frontin (1860 -1933)

André Gustavo Paulo de Frontin construiu grande parte de sua trajetória de vida na cidade do Rio de Janeiro. Entre as últimas décadas do século XIX e durante toda a Primeira República teve intensa atividade como engenheiro, professor e empresário. Além disto, acumulou prestígio que lhe facilitou tornar-se uma das lideranças mais sufragadas da política carioca. Esta dissertação investigará os momentos de sua atuação profissional em cargos públicos que foram oportunidades para a construção e expansão da sua própria clientela política.

Nascido na Raiz da Serra de Petrópolis (província do Rio de Janeiro), em 1860, Paulo de Frontin era oriundo de família de poucos recursos, mas com relações políticas suficientes para que transferisse o filho, aos trezes anos, para estudar na Corte. João Gustavo de Frontin, seu pai, valendo-se da amizade com o jornalista Francisco Otaviano de Almeida Rosa, obteve, então, uma carta de recomendação do ministro João Alfredo Correia de Oliveira para matriculá-lo no Colégio Pedro II¹⁸.

Já instalado na cidade do Rio de Janeiro, Frontin começou o estudo superior, em 1874, na Escola Politécnica – com a qual manteria vínculos duradouros, posteriormente, como professor. Ingressou nas primeiras turmas de engenharia civil da instituição, pioneira nesta cadeira de formação na cidade, antes o curso de engenharia era oferecido pela Escola Central, mantida pelo Ministério do Exército. Com o currículo de perfil mais abrangente e geral, os engenheiros formados neste período ficaram conhecidos como *Enciclopédicos*¹⁹. Os alunos da Politécnica, situada no Largo São Francisco de Paula,

¹⁸ ATHAYDE, Raymundo de. **Paulo de Frontin: sua vida e obra**. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1961, p. 23.

¹⁹ Cf. FILHO, Saturnino de Brito. **A Engenharia no Brasil**. Rio de Janeiro: sem editora, 1949, p. 21-30.

construíam suas carreiras acadêmicas no principal centro formador de uma cultura que privilegiava a razão científica com o auxílio da técnica, com forte influência do positivismo²⁰.

Foi este um espaço significativo para, o então estudante, criar sua primeira rede de colegas de profissão e amigos, sobretudo, com os próprios professores e alunos da Escola. Muitos deles acompanhariam Paulo de Frontin e comporiam com ele sua atividade tanto profissional como engenheiro, quanto como empresário e político – como veremos adiante. Na Escola Politécnica ingressavam filhos de famílias abastadas, porque naquele momento a carreira de engenheiro no Brasil já representava, para muitos homens, um caminho científico e intelectual promissor.

O cenário favorável para a atuação destes profissionais consolidou-se na Primeira República, particularmente, dentro dos quadros do Estado. Esta inserção ocorria, basicamente, por duas formas: pela nomeação para cargos em áreas como de melhoramentos urbanos (área de atuação que desenvolveremos detalhadamente no capítulo 2) e ferroviária (que veremos no capítulo 3); ou por meio do exercício de cargos no Legislativo e no Executivo.

Neste sentido, é importante ressaltar que a Escola Politécnica foi o berço formador destes agentes que integrariam, de maneira consistente, a elite política²¹ da primeira fase do regime republicano²². A incidência dos engenheiros nos quadros do Estado é explicada, em alguma medida, por suas atuações diretas na fase de transformação urbanística da cidade do Rio de Janeiro que ocorreriam no início do século XX e por suas atuações no campo da infraestrutura, como o de ferrovias.

²⁰ Sobre, ver CURY, Vânia Maria, op. cit, 2000, p. 68-72.

²¹ Ao longo deste trabalho, o conceito de “elite política” seguirá os critérios de “posição” e “decisão” de personagens ou de grupos políticos. O primeiro critério está relacionado com a posição que estes agentes ocuparam em cargos formais do Executivo e do Legislativo tanto no Império como na República. O critério de “decisão”, por sua vez, considera a ação desses atores em determinadas conjunturas e seus comportamentos em questões específicas, sendo possível analisar a participação daqueles que não ocupavam posições formais de poder. Sobre trabalhos da elite política na Primeira República que adotaram perspectiva semelhante, ver FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da idade do ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994; VISCARDI, Cláudia Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. e PINTO, Surama Conde Sá, op. cit, 2011.

²² No caso específico das elites cariocas, Surama Pinto identificou que o ensino superior foi um elemento em comum no interior destes grupos e, entre eles, os títulos de bacharel em engenharia civil e militar foram significativos entre os deputados, senadores e prefeitos do Distrito Federal, entre 1909-1922. Sobre, ver: *Ibidem*, p. 45-53.

Antes de concluir os estudos, Paulo de Frontin conseguiu sua primeira indicação para um serviço público, pelo apadrinhamento de seu professor, Borja Castro. Foi trabalhar como residente no reservatório do França (província do Rio de Janeiro), que integrava o sistema de abastecimento da cidade e era controlado pela Inspetoria de Águas. Não ficou no cargo por muito tempo; no ano seguinte, em 1880, retornou à Politécnica para participar do concurso para cadeira de Engenharia Civil, perdendo o primeiro lugar para André Rebouças e cabendo a Frontin a função de professor substituto. Ainda em 1880, assumiu a vaga de professor de Mecânica Aplicada a Máquinas, por concurso, na Escola Politécnica, acumulando com a função de professor em filosofia do Colégio Pedro II, onde ingressou no mesmo ano²³.

Ainda na década de 80, ajudou a fundar a *Sociedade Desportiva Derby Club* (1885), instituição que se tornou presidente perpétuo e que esteve vinculado até o final da vida. Era uma sociedade formada para explorar e manter as corridas de cavalo na cidade do Rio de Janeiro. É razoável considerar que, para além do interesse pessoal de Frontin por corridas de cavalos, ele angariou prestígio político, tendo a imagem do turfe da cidade vinculada à sua própria – ao longo deste trabalho veremos a presença de correspondências ligadas à atividade do Derby Club.

A construção do mito de “grande realizador” tornou-se evidente no episódio conhecido como “Água em Seis Dias”, em 1889. A partir deste momento, o engenheiro popularizou-se na cidade, ajudado pela grande imprensa da época, com a narrativa de Paulo de Frontin como um prodígio dos bancos do curso de engenharia da Escola Politécnica e realizador de grandes empreendimentos. Esta mitificação de sua trajetória foi utilizada como um bem político tanto para Frontin legitimar a sua atuação profissional pública e privada, quanto foi reforçada, posteriormente, para a construção da memória sobre a engenharia brasileira.

O episódio foi protagonizado pelo engenheiro, o governo imperial e Rui Barbosa, através das páginas do Diário de Notícias. No verão de 1889, a Corte sofria com severa estiagem e a falta d’água afetava toda a cidade. Nas páginas da imprensa fervilhavam as advertências ao governo e a cobranças de soluções para o problema. Foi quando, em 12 de março, o Diário de Notícias publicou um furo de reportagem apurado por Rui Barbosa.

²³ Ibidem, p. 32-35.

Nele havia um audacioso projeto que previa trazer água para a Corte em seis dias. Dizia um trecho da matéria:

Acabamos de chegar à mais plena certeza, ouvindo a engenheiros de competência especial e provadíssima, e podemos afiança-lo, sem o menor escrúpulo aos leitores, que para trazer essas águas ao Rio de Janeiro, mediante comunicação provisória, por uma calha de madeira, com as cachoeiras do Tinguá, até que se conclua a canalização definitiva –bastavam seis dias²⁴.

Em 15 março de 1889, Frontin enviou ao mesmo diário de Notícias a proposta de trazer água em seis dias²⁵. O texto apresentava os motivos da inviabilidade da proposta de Francisco Bicalho, projeto até então autorizado pelo governo Imperial a trazer, em 40 dias, um suprimento entre 70 e 75 milhões de litros d'água. Frontin assumiu a responsabilidade de, em seis dias, levar à Corte cerca de 15 milhões de litros d'água. A proposta, feita no documento, seria cumprida se o governo autorizasse a quantia de 80:000\$000, acrescido dos turbos e o transporte do material²⁶. O Imperador, então, incumbiu-lhe da tarefa e o contrato foi assinado em 16 de março de 1889. O engenheiro cumprira a proposta de entregar a água no dia e com o volume em que se comprometera. No dia seguinte, o nome de Frontin esteve estampado nos principais periódicos da Corte e Rui Barbosa, em editorial²⁷ no Diário de Notícias, atribuiu as razões do sucesso da empreitada à competência do engenheiro e criticou a “má vontade e do “desleixo “do governo imperial.

Com a repercussão deste episódio, Frontin atrelou os lucros políticos da obra finalizada ao seu prestígio pessoal como estratégia política. Conhecido até aquele momento, principalmente, entre os círculos da Politécnica e do Colégio Pedro II, tornou-se mais popular junto a um número maior de parcelas da população carioca; e não apenas pelas atividades de professor que vinha desempenhando naquele momento. O engenheiro vinculava a sua própria imagem à capacidade de realizar grandes obras públicas. A partir de então, este personagem, aproveitando a ascendência de seu prestígio profissional, concentraria suas atividades políticas como sócio do Clube de Engenharia.

Fundado em 1880, o Clube de Engenharia institucionalizou-se como uma entidade que reunia engenheiros, técnicos, empresários e demais sócios. Tinha como objetivo tratar

²⁴ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 12 mar 1889.

²⁵ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 15 mar 1889.

²⁶ Ver ATHAYDE, Raymundo de. Op Cit p. 57-77.

²⁷ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 25 mar 1889.

e debater temas ligados, sobretudo, às questões tecnológicas e de infraestrutura²⁸. A instituição promoveu conferências, exposições e congressos, elaborando pareceres sobre consultas formuladas pelo governo, por empresas e particulares, e publicando, além da sua revista, documentos e memórias. Diferentemente da Escola Politécnica, marcada por um perfil acadêmico, o Clube, além dos debates do campo da engenharia, desempenhou um papel de interação entre os engenheiros e os empresários.

No quadro de sócios da instituição havia também a participação expressiva de empresários e profissionais formados em outras áreas. A ação empreendida pela instituição não foi apenas de promover seus debates científicos do campo da engenharia, o Clube de Engenharia também era caracterizado como uma instituição de negócios, voltada para a criação de áreas de investimentos para seus associados. Segundo Oswaldo Porto Rocha, “o Clube de Engenharia não é somente uma entidade profissional, mas de classe. Não são apenas engenheiros e arquitetos os seus filiados, mas também comerciantes, industriais e proprietários de firmas de construção civil”²⁹.

Em nome da modernização econômica do país, o Clube incumbiu-se de garantir uma posição de destaque para os engenheiros na função de promotores do “progresso”. A ideia de progresso esteve intimamente vinculada à ideia de civilização, no sentido de um estágio a ser alcançado em uma marcha linear de desenvolvimento. No caso específico da auto representação dos engenheiros, como demonstrou Simone Kropf, a proposta de progresso advinha da transformação do domínio da natureza, por meio das inovações técnicas, que alavancariam o progresso da sociedade³⁰. Neste sentido, a atuação destes profissionais consistiu em reformas e organizações dos espaços, com objetivo de livrá-los dos entraves que os impediam de seguir rumo ao progresso e, conseqüentemente, à civilização³¹.

²⁸ CURY, Vânia Maria, op. cit, 2000, p. 38-44.

²⁹ ROCHA, Oswaldo Porto. **Era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920**. Rio de Janeiro: [S.n]. 1995. vol 11, Coleção Biblioteca Carioca, p. 51.

³⁰ KROPF, Simone Petraglia. *Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade*. In: **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p.83.

³¹ Simone Kropf trata a representação dos conhecimentos dos engenheiros, ao final do século XIX e início do século XX, em termos de um “olhar pragmático”, que instruído pela ciência e pela técnica, propunha a construção de uma nova realidade. Mudanças que seriam efetivadas, em grande medida, por meio de reformas, baseadas em uma perspectiva normativa, que objetivava a garantia da ordem e valores como o novo, o saudável, o limpo; em contraste a uma realidade instaurada, que para eles era “velha”, “doente”, “feia”, “suja”. Sobre, ver Ibidem, p. 104-105.

Para além do discurso que legitimava a atuação organizada dos engenheiros, o Clube de Engenharia, como instituição, revelou-se como uma agência pragmática que se atribuiu como legítima para formular planos e projetos, garantindo para seus membros empregos e possibilidades de empreendimentos. Esta instituição representou o esforço dos engenheiros de garantir um lugar de destaque como interlocutores do poder público nas áreas de infraestrutura e questões tecnológicas, tendo Paulo de Frontin um papel fundamental nesta posição da instituição.

Membro desde 1882, seus primeiros anos no Clube foram marcados por uma participação discreta. Pois a partir de 1890, Frontin percebendo a desmobilização de seus sócios, passou a atuar na promoção de encontros e eventos, como o I Congresso de Engenharia e Indústria (1900)³², dentro do calendário de comemorações do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. Através deles, o engenheiro disseminava um discurso para seus membros, pautado na união, na efetividade do campo de atuação da engenharia e também de empresários. Como analisou Vânia Cury, ele procurou ocupar uma posição de comando dentro da instituição, por meio da promessa de um futuro promissor, garantido pela aplicação da ciência e da tecnologia diante do grave cenário de infraestrutura do país³³.

Este momento de ascendência nos quadros do Clube de Engenharia coincidiu com o início de sua carreira empresarial. Frontin fundou, em 1890, a Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil, juntamente com amigos da época da Politécnica, como Carlos Sampaio, Vieira Souto e outros engenheiros. Inicialmente, a empresa foi responsável por importantes obras de construção de trechos ferroviários país afora, como também na área de construção civil e atuando no ramo imobiliário. Em seus escritórios foram elaborados os projetos do Cais do Rio de Janeiro e das Estradas de Ferro Caxias – Cajazeiras, Caxias – Palmas e Nazaré-Crato. A duração da empresa revelou que o seu escopo foi maior do que uma estratégia de aproveitamento da especulação imobiliária e sua área de atuação

³² O objetivo do encontro foi integrar os conhecimentos da engenharia, para dar direção à atuação do grupo, tanto na relação com o poder público, no sentido de regulamentar o sistema viário no Brasil, quanto das próprias empresas, no sentido de capacitá-las para aproveitar as condições de crescimento do Brasil. As principais pautas foram as linhas de atuação do campo da engenharia para o Brasil. Esteve no centro dos debates a questão das obras de infraestrutura do país, sobretudo os desafios da indústria nacional, o sistema viário e o saneamento da Capital Federal. Sobre, ver CURY, Vânia Maria, op. cit, 2000, p. 167-175.

³³ Ibidem, p. 165-166.

obedecia a um projeto empresarial de um grupo, que tinha de maneira clara os nichos de atuação de seus investimentos³⁴.

Com um perfil político negociador, Paulo de Frontin construiu alianças suficientes junto aos membros do Clube de Engenharia para ser eleito presidente em 1903. Cargo em que seria reconduzido por trinta anos. Este foi um ponto fundamental da sua trajetória, porque a cadeira da presidência contribuiu para legitimar sua atuação política futura e direcionar sua ascendência de poder para fora do grupo de engenheiros. A partir de então, Frontin colocava-se como autorizado a falar e agir como “representante dos membros do Clube de Engenharia”. Durante todo o período que foi presidente, este personagem manteve com os membros do Clube de Engenharia uma relação de reciprocidade de “dupla troca”³⁵. Nesta relação, ambos auferiam ganhos, na qual os membros organizados garantiam a Paulo de Frontin a legitimidade necessária para suas articulações políticas, sobretudo, dentro da estrutura do Estado; já os seus pares percebiam que a alta capacidade de articulação e inserção do engenheiro junto ao poder público lhes renderia proveitos, como empregos e campos de investimentos.

Outros aspectos importantes da trajetória deste personagem foram os momentos em que ocupou cargos públicos em áreas de atuação da engenharia. Foram elas, as áreas ferroviárias e de melhoramentos urbanos, mais especificamente, quando foi Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil em duas oportunidades (1896-1897 e 1910-1914) e quando dirigiu a Comissão Construtora da Avenida Central do Rio de Janeiro (1903-1905). Estes períodos representam uma fase de transição da biografia de Frontin, na qual deixou de concentrar sua atuação como engenheiro/empresário (sem ter abandonado o ofício) para atuar na política formal. Ao longo de dezoito anos em que ocupou estes cargos, Frontin construiu sua ascendência no Clube de Engenharia, tornou-se presidente da entidade, atuou diretamente nas grandes reformas urbanas do Rio de Janeiro do início do século XX e, por fim, ingressou no jogo político-partidário da cidade.

Embora tratemos destes momentos de forma mais detalhada ao longo do trabalho, é preciso assinalar a importância das reformas urbanas da Capital Federal³⁶ na carreira do

³⁴ Sobre a Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil, ver *Ibidem*, p. 315-320.

³⁵ Sobre, ver: *Ibidem*, p.165-166.

³⁶ As obras inseridas contexto mais amplo de transformação das urbana da cidade do Rio de Janeiro, do início do século XX, empreendidas durante o governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906). Os engenheiros assumiram o protagonismo no plano arrojado de investimentos em obras públicas que tinha

engenheiro. Diferentemente do episódio “Água em Seis Dias”, que foi utilizado, sobretudo, para a construção do prestígio de Frontin; o término das reformas urbanas referidas teve duplo impacto na sua carreira política. Por um lado, o prestígio auferido como “representante dos engenheiros”, os quais tiveram posição de destaque nas reformas da cidade e, através de suas intervenções, consolidaram seu discurso como “promotores” da modernidade e do progresso. Por outro lado, Frontin capitalizava à sua imagem o atributo de “grande realizador” por ter sido responsável pela comissão construtora de uma das principais obras do período: a construção da Avenida Central do Rio de Janeiro.

Ainda que muito festejado pela imprensa, houve críticos de peso à atuação de Frontin, um deles foi Lima Barreto. O escritor, que interrompeu o curso de engenharia também na Escola Politécnica, ironizou a responsabilidade de Frontin pelos desastres ocorridos na Estrada de Ferro Central do Brasil, sob sua direção. Para Barreto, havia uma contradição na reforma urbana da cidade, porque ao invés de resolver os problemas fundamentais da população, preocupava-se com os aspectos de embelezamento das ruas, fachadas de prédio, arborização, etc. Em “O subterrâneo do Morro do Castelo”, Barreto construiu uma divertida cena numa sessão espírita na qual Frontin, publicamente um católico praticamente, descobria, por meio de um médium, ser a reencarnação do Marques de Pombal.

O medium, um conhecido jornalista vidente, de óculos e barbas negras, invocou o espírito do Visconde de Mauá, fundador das estradas de ferro no Brasil, e este, apresentando-se, teve esta frase:

—Que queres tu, Pombal?

O Sr. Frontin ficou surpreso e começou a empalidecer.

Em torno, os circunstantes não dissimulavam o espanto.

—Pombal? Por que Pombal?

[...]

O medium pediu-lhe explicações; e D. José, sem se fazer rogado, declarou que efetivamente o Conde de Oeiras [título do Marques de Pombal] encarnara no diretor da Central e que estava na terra a expiar as passadas culpas; que os desastres o haviam de perseguir por toda a vida e que assim como Sebastião José reconstruíra Lisboa, assim também André Gustavo [Paulo de Frontin] seria o encarregado de reconstruir o Rio de Janeiro.³⁷

Lima Barreto utilizou a ideia da sessão espírita em uma referência à ligação da elite política com os cultos de origem africana, muitos famosos na época, como o terreiro de Tia Ciata e os candomblés de João Baiana. O escritor, neste trecho, satiriza justamente

como principal objetivo transformar a cidade a Capital da República com seu perfil colonial em uma metrópole.

³⁷ LIMA Barreto. **Os Subterrâneos do Rio de Janeiro**. Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 07 mai 1904

a função de Paulo de Frontin como promotor do “progresso”, evidenciando os custos humanos resultantes da atuação dos engenheiros, como a “culpa” pelos desastres que aconteciam na Estrada de Ferro Central do Brasil.

Outro crítico, e este de maneira mais prolongada e sistemática que Lima Barreto, foi o jornal *Correio da Manhã*, dirigido por Edmundo Bittencourt. A presença de Frontin em seu periódico era constante, principalmente, em seu retorno à direção da Estrada de Ferro Central do Brasil, após 1910 – período em que se tornava mais clara a sua aproximação com os chefes de partidos políticos da cidade. As críticas das reportagens eram concentradas nos problemas de funcionamento da ferrovia, principalmente atrasos e desastres, explicados pela atividade política que o engenheiro vinha desempenhando dentro da EFCB.

O nomeado, dizem, é o sr. Paulo de Frontin,. Pessima nomeação. Já foi experimentado naquelle cargo, e a sua administração é das três que se assignalam, na historia da Central pelo maior numero de desastres (...) Em 50 annos de existência da Estrada, apenas dois exercicios fecharam com deficits ; um na administração do marechal Jardim, e outro, na do sr. Frontin.

(...)

O sr. Frontin, pois, faz parte dessa trindade que representa os periodos de peor administração na Estrada. O sr. Frontin vae ali fazer politica.

Metteu-se nella, depois de velho, e está, para a politica , na situação dos que começam a amar no outono da vida: entram a fazer asneiras de toda a especie, que os expõem ao ridiculo. O sr. Frontin sonha com uma cadeira, no Senado, e na Estrada, o que elle vae fazer é preparar-lhe a conquista.³⁸ (Grifo nosso)

Em dois anos, Paulo de Frontin confirmaria as suspeitas do *Correio da Manhã* com sua filiação ao Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF). Em 1917, elegeu-se para a cadeira do Senado com representação pela cidade do Rio de Janeiro, mandato que não completaria por aceitar o convite feito, em 1919, pelo presidente Delfim Moreira para chefiar prefeitura do Rio de Janeiro. Após breve passagem pelo Executivo Municipal, elegeu-se novamente para o Legislativo Federal, só que desta vez para a cadeira de deputado federal. Voltaria ao Senado em 1921, de onde só sairia por conta do fechamento do Congresso em 1930³⁹. Além de seus exitosos resultados eleitorais, gozando de grande

³⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 jan 1910.

³⁹ PINTO, Surama Conde Sá., op. cit, 2011, p. 62-63.

popularidade tanto no meio político, quanto entre a população, Paulo de Frontin foi uma importante liderança política no partido fundado por ele, a *Aliança Republicana* (AR). E mesmo com a dissidência em 1922, em que saiu do partido, continuou alcançando resultados eleitorais expressivos⁴⁰.

Existe uma gama diversificada de produção historiográfica sobre a atuação de Paulo de Frontin, sobretudo, no campo da engenharia e da política. Uma primeira tendência de trabalhos foi construída, em grande medida, por seus biógrafos com clara intenção de construir uma memória, dando ênfase à importância de Frontin como representante dos engenheiros⁴¹. Estas obras têm em comum uma narrativa linear, laudatória, que privilegiaram a sua participação, como um quadro essencialmente especializado, em obras exitosas, como as da cidade do Rio de Janeiro e desfocando, por vezes omitindo, os projetos malogrados, os seus críticos, a sua atividade empresarial e político-parlamentar e partidária.

Uma segunda vertente de trabalhos concentrou-se nas transformações do espaço urbano da Capital Federal do início do século XX. Estas obras historiográficas, consolidadas no contexto da pós-graduação da década de 1980 foram críticas à atuação de Paulo de Frontin nas reformas urbanas da cidade⁴². Estes trabalhos propuseram pensar a cidade como um espaço de atuação do Estado e vivência da cidadania. Neste cenário, revelaram a presença autoritária do Estado no processo de reconfiguração do espaço urbano, sobretudo, naquilo que consideram uma nova correlação de forças entre “o Capital” e o Estado, que reorganizou o espaço urbano da cidade.

Outra vertente de obras foi produzida a partir dos anos 90 e esteve empenhada em compreender a atuação dos engenheiros como intelectuais, sua organização interna, os discursos e as representações que fizeram de si e de suas atuações na sociedade⁴³. Estas

⁴⁰ Idem.

⁴¹ ATHAYDE, Raymundo de, op. cit, 1961; SILVA, Maurício Joppert da. **Paulo de Frontin, o patrono da engenharia brasileira; sua vida, sua obra, sua glória**. Rio de Janeiro: Ministério dos Transporte e Clube de Engenharia, 1972 e MARTINS, Luiz Dodsworth. **Presença de Paulo de Frontin**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas de Bastos, 1966.

⁴² ABREU, Maurício de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN-Rio/ Zahar, 1988; BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: Um Hausmann Tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992; CARVALHO, Lia de Aquino. **Habitações populares**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao Porto. Um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991 e ROCHA, Osvaldo Porto, op. cit, 1995.

⁴³ AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2003; CARVALHO, Maria Alice Rezende. Governar

obras concentrarem-se suas investigações entre as três últimas décadas do século XIX e o início do século XX, momento em que os engenheiros se engajaram para formular um pensamento próprio sobre a realidade brasileira e apresentaram diagnósticos para os problemas materiais da sociedade. Desta maneira, por conta da posição privilegiada de Paulo de Frontin, como presidente do Clube de Engenharia, foi inevitável que estes trabalhos abordassem sua atividade como um dos “porta-vozes” do discurso do grupo e como articulador destes junto ao poder público, no sentido de garantir um espaço de atuação e investimentos.

Uma última vertente privilegiou a atuação político-partidária de Paulo de Frontin. Surama Pinto investigou sua atuação como prefeito da cidade, sua ascendência partidária na formação da sigla AR (Aliança Republicana) e sua atividade parlamentar. Neste momento, salienta a autora, Frontin possuía um perfil “negociador”, gozando de popularidade nos meios políticos e junto à população, dominando a prática de alimentar clientela política⁴⁴. Além dela, o historiador Américo Freire publicou uma obra em que organizou seus discursos parlamentares⁴⁵ e a participação de Frontin também aparece em livros de História do Rio de Janeiro, por ter integrado o grupo dos prefeitos da cidade, na sua breve passagem como chefe do executivo municipal em 1919⁴⁶.

Todos estes trabalhos citados, exceto os de seus biógrafos, enfatizaram ou a atividade política de Frontin como presidente do Clube de Engenharia ou como liderança política na cidade do Rio de Janeiro. Um aspecto, no entanto, que não mereceu a atenção dos historiadores foi o momento em que ocupou cargos públicos por nomeação. Estes foram espaços privilegiados de gestão de recursos que favoreceram a expansão de sua própria clientela política. Por isto, estes são elementos da sua trajetória que orientaram a delimitação do objeto e o recorte cronológico da nossa investigação.

por retas: Engenheiros da Belle Époque Carioca. In: **Quatro Vezes Cidade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994. CURY, Vânia Maria, op. cit, 2000 e KROPF, Simone Petraglia, op. cit, 1996.

⁴⁴ PINTO, Surama Conde Sá, op. cit. p. 75-104 e 197-216. A autora também foi autora do verbete sobre Paulo de Frontin do Dicionário Histórico-Biográfico do CPDOC –FGV, VER_____. Paulo de Frontin. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC-FGV**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Frontin,%20Paulo%20de.pdf>>

⁴⁵ FREIRE, Américo. **Paulo de Frontin: discursos parlamentares**. 1. ed. Rio de Janeiro: Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

⁴⁶ CARVALHO, Delgado de. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992 e REIS, José de Oliveira. **O Rio de Janeiro e seus Prefeitos**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977, 5 vols.

O principal objeto de análise deste trabalho consiste nas articulações políticas, que se construíram por meio de vínculos de reciprocidade pessoal, para a obtenção de recursos públicos da Primeira República. Especificamente, com o foco nas demandas encaminhadas a Paulo de Frontin, que facilitaram a criação de compromissos em torno de uma rede de favores pessoais. Desta maneira, o recorte temporal é entre 1896 e 1911, cronologia que abrange o período de sua direção na Estrada de Ferro Central do Brasil (entre 1896 e 1897), o primeiro ano de sua chefia na Comissão Construtora da Avenida Central (entre 1903 e 1910) e o primeiro ano de seu retorno à direção da Central do Brasil (1910 e 1914).

Estes momentos, portanto, tornam-se privilegiados para aplicação do problema central desta pesquisa: a compreensão da expansão de uma clientela política em um espaço urbano complexo como a Capital Federal na transição para o século XX. Trata-se de compreender a relação da obtenção de recursos públicos, em forma de benefícios ou dádivas, na construção de compromissos políticos. Os três momentos da trajetória de Frontin revelam-se como uma janela ideal para observação da questão, na qual foi possível construir uma clientela política por meio da atuação profissional na área de engenharia.

A importância dos cargos públicos na construção de clientela política

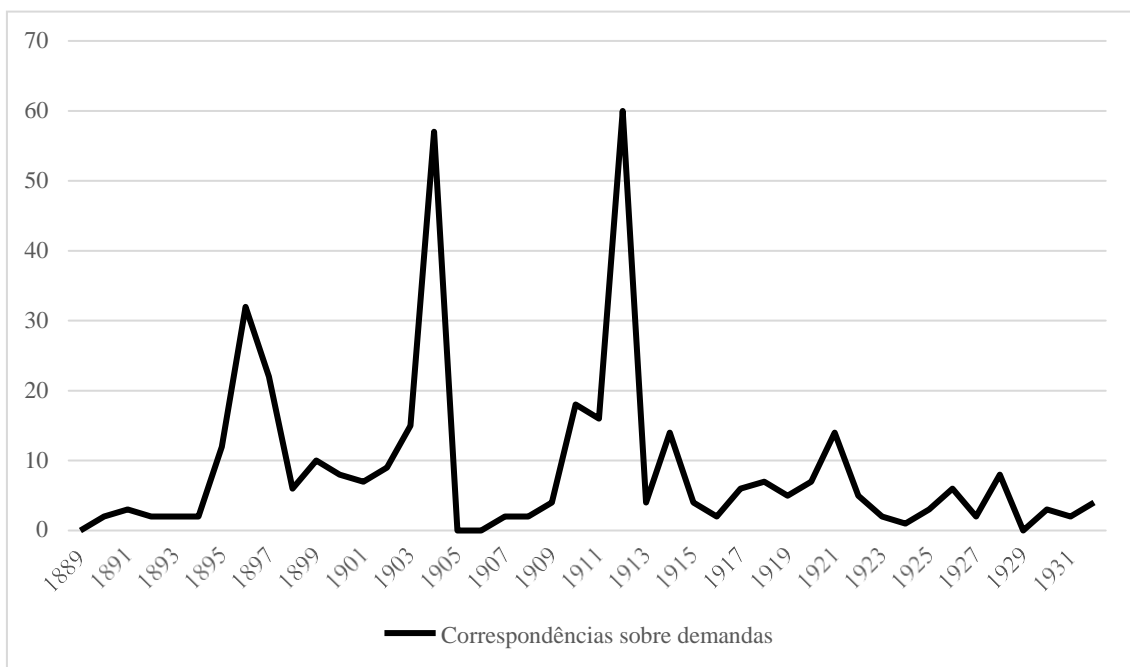
[...] Sei perfeitamente que V. Ex^{cia} terá milhares de pedidos de emprego à atender e não ponho dúvida que só com muita benevolência poderá ser feliz o meu amigo Joaquim de Freitas Brandão que me pede para collocar-o sob valiosa proteção de V. Ex^{cia} [...]⁴⁷

As fontes primárias que sustentam este trabalho são as correspondências enviadas a Paulo de Frontin na função pública, em áreas da engenharia. Elas constituem-se em importantes vestígios para a compreensão da clientela pessoal construída por este personagem na Primeira República. Pesquisas demonstraram como, em arquivos desta

⁴⁷ Trecho da carta de Sá Vianna, pedindo emprego para Joaquim de Freitas Brandão. Rio de Janeiro: 22 mar 1904. Arquivo Particular Paulo de Frontin. Pasta: 1233, Lata: 002.

natureza, de personagens que ocuparam cargos públicos executivos, guardam quantitativos expressivos de documentos que contêm pedidos de favores⁴⁸. O arquivo que estamos tratando apresenta a mesma tendência. Um primeiro dado importante sobre este conjunto documental foi o excessivo assédio por demandas durante a atuação pública de Frontin como engenheiro, consideravelmente maior se comparado a qualquer outra etapa de sua vida – inclusive no exercício de cargos parlamentares e como prefeito do Distrito Federal. Isto fica claro no gráfico a seguir, que demonstra as demandas específicas por emprego, organizadas em biênios, recebidas durante a Primeira República.

Gráfico 1: Correspondências contendo demandas por emprego (1889-1933)



FONTE: Dados coletados no Inventário do Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB).

Observação: Neste gráfico foram consideradas somente as demandas que se encontram arquivadas na série de “Correspondência Passiva” e não foram computadas as correspondências que possuem datação incompleta ou sem datação

⁴⁸ PINTO, Surama Conde Sá., op. cit, 1998; HEYMANN, Luciana Quillet. **As Obrigações do Poder: Relações Pessoais e Vida Pública na Correspondência de Filinto Müller**. UFRJ: dissertação de mestrado, 1997; CARVALHO, José Murilo de. **Rui Barbosa e a Razão Clientelista**. Revista Dados. Rio de Janeiro. n.1.v.43,2000. Estes trabalhos analisaram pedidos em arquivos de natureza distinta dos arquivos pessoais: REIS, Elisa Pereira. **Opressão Burocrática: O Ponto de Vista do Cidadão**. Estudos Históricos, nº161-179, 1990; FERREIRA, Jorge Luiz. **A Cultura Política dos Trabalhadores no Primeiro Governo Vargas**. Revista de Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990. p.180.195.

O gráfico I demonstra como, durante sua trajetória na Primeira República, houve registros das relações de Paulo de Frontin baseadas no atendimento a demandas e troca de favores. Como podemos ver anteriormente, a sua inserção no início da carreira esteve relacionada com a intermediação de padrinhos, o que reforça o dado da inserção deste personagem em redes de favores pessoais.

Os três maiores picos do gráfico (primeiro entre 1894-1898, o segundo entre 1901-1905 e o terceiro entre 1911-1913), correspondem, de maneira aproximada, aos períodos em que ocupou a função pública como engenheiro. Foram eles, a direção da Estrada de Ferro Central do Brasil (1896-1897), a direção da Comissão Construtora da Avenida Central (1904-1905) e o retorno à diretoria da ferrovia (1910-1914). Outro dado geral do gráfico é como a evolução destes três picos é sutilmente crescente. O que indica para uma tendência de que a sua rede de relações se robustecia e aumentava o seu prestígio à medida que se inseria nestas relações de favores.

É preciso, no entanto, relativizar estes dados quantitativos, como indicou Luciana Heymman⁴⁹, por conta de duas associações problemáticas sobre arquivos privados. O primeiro deles é abordar o arquivo como espelho da uma trajetória linear de seu titular. Em muitos casos, não existindo correspondência direta quanto ao período coberto pela documentação, nem a riqueza dos registros acumulados da atuação de seu titular. O segundo equívoco, segundo a autora, é considerar estes arquivos como resultado da memória de seu titular, fruto de uma seleção definitiva e que foi preservada no estado deixado pelo seu autor. Estes conjuntos documentais, na verdade, sofrem diversos processos de seleção e reordenamento por parte de seu próprio titular em diferentes fases de sua trajetória, pela sua família após sua morte ou incapacidade, pela instituição responsável por guardar a documentação e pelo arquivista designado para a organização dos documentos.

Estas correspondências, portanto, não são o retrato fiel da trajetória de Paulo de Frontin e o próprio gráfico 1 indica para possíveis silêncios, como no ano de 1913, após um pico de 60 demandas por empregos, no ano seguinte há apenas vestígio de quatro solicitações em plena atividade do mesmo cargo. Ainda considerando estas variáveis, o

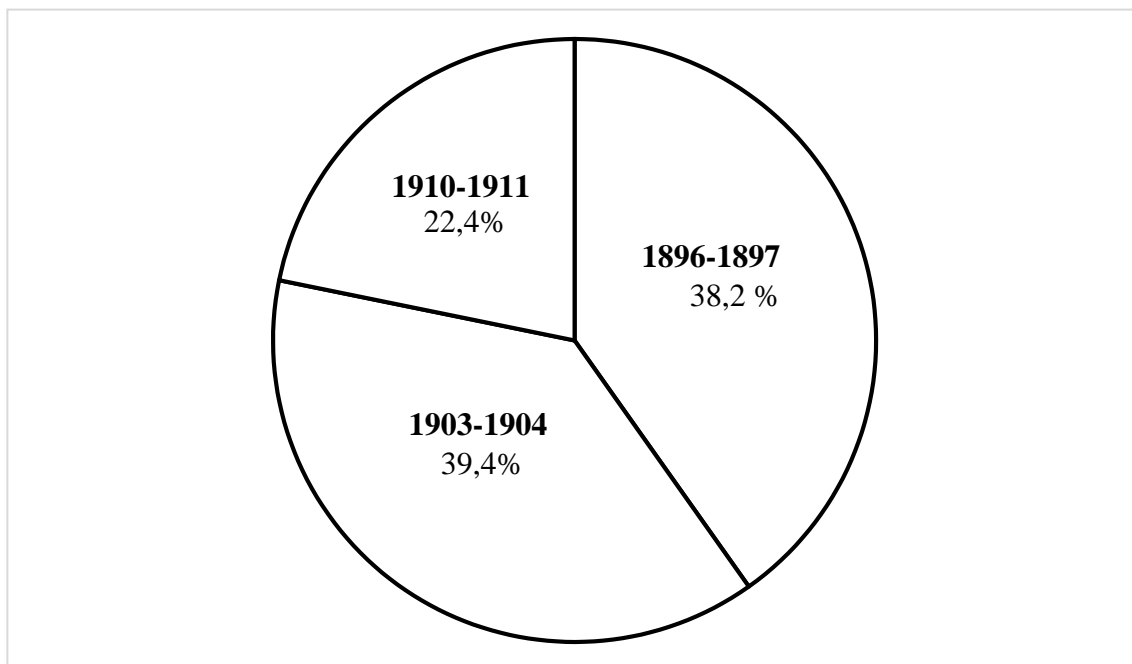
⁴⁹ HEYMANN, Luciana Quillet, op cit, 1997, p. 19-22.

quantitativo de demandas revela-se preponderante. Desta forma, foram investigadas 317 correspondências compostas não somente por demandas de emprego, mas por missivas de toda natureza recebidas por Frontin enquanto esteve nos cargos selecionados. Para chegarmos a este quantitativo, foi preciso estabelecer critérios de seleção, por conta do excessivo número de documentos e de missivistas.

Nas fontes recebidas durante as obras de construção da Avenida Central, o recorte adotado foi o do primeiro ano de atividades, que correspondeu ao período em que Frontin foi escolhido diretor da Comissão Construtora, em 1903, até a data de inauguração do eixo principal da Avenida (1904). O término das obras, no entanto, ocorreria somente de 1905. Incluir todo o período levaria a considerar um período extenso de recebimento de missivas, sendo a seleção por ora adotada representativa do momento de maior visibilidade e de atuação das obras, sobretudo por conta de seus desdobramentos de demolição e desapropriações.

Em relação às cartas recebidas enquanto diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, foi necessário estabelecer o mesmo critério. Em sua primeira passagem pela ferrovia (1896-1897) Frontin permaneceu somente dez meses no cargo; já em seu retorno (1910-1914), esteve no gabinete de diretor geral por quatro anos e dez meses. Por conta disto, selecionamos as correspondências recebidas no primeiro ano de seu retorno à EFCB, pelos mesmos critérios de seleção aplicados durante a Avenida Central. Como estes balizamentos, o quantitativo de correspondências deste trabalho se estrutura da seguinte forma:

Gráfico 2: Quantitativo de correspondências por cargos públicos (1896-1911)



Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB

Observação: Não foram consideradas, neste gráfico, as correspondências dos respectivos períodos que continham datação incompleta ou não as possuíam.

Estas fontes primárias tiveram uma abordagem que privilegiou o perfil social dos missivistas, no sentido de observar as regularidades destas correspondências e identificar as características sociais daqueles que compuseram a clientela abastecida durante cargos ocupados pelo engenheiro. Um segundo tratamento desta documentação foi apontar para as diferenças existentes no interior deste conjunto de missivistas, privilegiando as demandas que se destacaram por sua dimensão performativa – como autênticos atos de articulação política construídos por meio da linguagem. O espaço privilegiado dado à análise das demandas justifica-se por serem vestígios de práticas que estão diretamente relacionadas à construção de compromissos baseados em favores pessoais, que sustentam a formação de clientelas.

A primeira abordagem consiste, portanto, em análises quantitativas, porque o elevado número de missivistas e correspondências impossibilita o seu tratamento caso a caso. Desta forma, os quadros, ao longo deste trabalho, identificaram a natureza dos pleitos, seus conteúdos, a origem geográfica e ocupação profissional dos missivistas,

assim como as justificativas de suas demandas. Esta perspectiva metodológica é convencional da ciência política, fortemente marcada pelo viés sociológico, que se direcionou para investigar o fenômeno do “clientelismo político” em sociedades urbanas contemporâneas⁵⁰.

Os fenômenos desta natureza configuram-se em arranjos diversificados de clientes, vinculados pelas distribuições de recursos (públicos ou privados), que pressupõem retribuições de bens políticos. A síntese da definição clássica do comportamento clientelístico em sociedades urbanas complexas pode ser resumida como um fenômeno construído por meio de relações diáticas (envolvendo dois ou mais agentes que atuam em relações marcadas por algum nível de troca, na qual todos auferem benefícios), por meio de relações assimétricas (entre agentes que controlam recursos desiguais) e são sustentadas por fortes vínculos particularistas, que pressupõem a existência de envolvimento afetivos⁵¹.

A apropriação do “clientelismo” como uma perspectiva teórico-metodológica para a compreensão da formação de uma clientela política, no entanto, não implica em tratarmos do fenômeno em sua configuração clássica (vinculado ao voto ou demais recursos da política formal). Desta forma, entendemos que neste momento da vida de Frontin, suas redes não operavam de maneira a reverter diretamente para ele bens políticos associados à política formal, como o voto ou poder de atuação parlamentar-partidária. Embora, como veremos ao longo do trabalho, tenha sido recorrente a presença de políticos profissionais, possuidores de clientelas próprias, encaminhando demandas ao engenheiro. Portanto, dentro dos limites temporais deste trabalho, ainda que a clientela deste personagem não o torne uma liderança política *stricto sensu*, ela favoreceu a sua legitimidade como uma liderança da cidade no sentido amplo.

⁵⁰ Os autores que se dedicaram a uma abordagem mais sistemática do clientelismo em sociedades urbanas complexas foram GRAZIANO, Luigi. **A conceptual framework for the study of clientelism**. In: *Internacional Political Science Review*, vol.4, n4, 1983.; _____. **Clientelismo e sistema político: il caso dell'Italia**. Milão: Franco Angeli, 1980; LEMARCHAND, Rene (org.) **Political clientelism and development: a preliminary analysis**. In: *Comparative politics*. Vol 4 (2), 1972; e CARVALHO, José Murilo de, op cit. 1977; LANDÉ, Carl H. Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism. In: SCHMIDT, Steffen W. (org). **Friends, Followers, and Factions**. University of California Press, 1977 e LUZÓN, Javier Moreno. **El clientelismo político: História de un concepto multidisciplinar**. Revista estudios políticos, n.105, 1999.

⁵¹ Por conta das múltiplas e dispersas conceituações sobre o “clientelismo em sociedades complexas”, utilizamos a síntese dos elementos fundamentais do fenômeno em GRAZIANO, Luigi, op. cit, 1983, p. 4-5.

Outra característica fundamental do “clientelismo” em sociedades urbanas é a formação de redes que se ramificam por meio de fluxos de trocas. Nestas redes, seus integrantes passam a desempenhar papéis distintos e surge a figura do intermediário⁵², que atua, justamente, no processo de distribuição dos bens materiais e imateriais que circulam no interior destas redes, agindo como distribuidor ou mediando os recursos que não controla diretamente. Estes personagens atuam por meio das alianças que constroem entre grupos que não teriam a oportunidade de estabelecer contato sem a sua interferência ou teriam seu contato dificultado. Na relação de troca realizada por intermediação, os três ou mais agentes envolvidos auferem benefícios.

Estes agentes não intermediam somente recursos materiais, eles realizam mediações culturais⁵³, à medida em que passeiam por diferentes mundos socioculturais. Esta capacidade torna-se um bem político próprio que garante, com maior ou menor sucesso, o contato com personagens, por vezes, muito diferenciados. Nas redes baseadas na lógica de relações pessoais, os mediadores atuam por meio da troca e da reciprocidade direta, que envolvem tanto bens materiais, como imateriais diversificados. Neste sentido, o conceito de “potencial de metamorfose”⁵⁴ é frutífero porque sistematiza a atuação daqueles indivíduos que se comunicam e interagem com universos que não são contínuos, necessariamente.

Na multiplicidade dos contextos sociais da Capital, estes agentes comunicam e traduzem domínios regidos por lógicas e visões de mundos próprias, com uma capacidade de metamorfose que lhes facilita o estabelecimento de pontes. Desta forma, a maleabilidade das redes de trocas de favores permite a um único sujeito desempenhar inúmeros papéis. Como veremos, no caso concreto, tanto Paulo de Frontin exerceu, por vezes, um papel semelhante, como teve a oportunidade de construir compromissos com outros intermediários. Como já foi apresentado, a principal garantia de legitimidade política de Frontin foi sua condição de “representante” dos engenheiros e demais membros do Clube de Engenharia – que, a rigor, foi uma posição privilegiada de intermediação.

⁵² Sobre a atuação do “Broker”, ver LANDÉ, Carl H, op cit, 1977. p. 13-17.

⁵³ VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina. **Mediação e Metamorfose**. In: Mana: estudos de antropologia social. Vol. 2 (1), 1996, p. 82-84.

⁵⁴ VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 29.

A reciprocidade é uma questão fundamental em nossa abordagem das redes de clientela. Uma vez que a diversidade social de clientelas desta natureza revela uma dificuldade de ordem metodológica sobre os critérios de coesão destes personagens. Isto porque estas relações são marcadas por vínculos de reciprocidade direta e, por tratar-se de um universo com muitos missivistas, é necessário estabelecer clivagens sociais para a organização das informações. Sobre esta questão, autores como Carl Landé⁵⁵ enfatizaram que os vínculos que sustentam as relações no interior de uma clientela política são distintos dos demais vínculos associativos. E, portanto, as relações de perfil clientelístico distinguem-se por sua reciprocidade direta entre clientes e patronos, distinta da reciprocidade dos demais grupos organizados (sindicatos, partidos políticos e demais associações), como também distinguem-se da reciprocidade contratual, na qual a troca é estipulada com antecedência e existe algum nível de previsibilidade por parte de seus contratantes.

Luigi Graziano propõe, por sua vez, como alternativa uma lógica “gradualista”⁵⁶. Rompendo com a oposição entre reciprocidade direta e reciprocidade associativa, percebe as relações de natureza clientelística tanto em vínculos diretos, entre patronos e clientes, como no interior de instituições que integram sistemas políticos (parlamentos, partidos políticos, poder executivo, sindicatos e demais grupos organizados). Graziano entende que as associações típicas de um comportamento clientelista ocorrem também no interior dos grupos com algum nível de organização. E, nesta perspectiva, as instituições estariam suscetíveis a um maior ou menor grau de clientelismo, diferindo somente o princípio da troca que, nestes casos, ocorreria de forma partilhada.

Neste sentido, a lógica “gradualista” ajuda a conduzir o problema, porque permite associar outros vínculos a práticas de favores pessoais. Por isto, definimos como critério de coesão destes personagens a sua ocupação profissional, porque esta foi informação recorrente que os missivistas fizeram de si e torna-se uma alternativa de clivagem social para discutir seus perfis. Embora, seja necessário assinalar que a noção de “gradualista” de Graziano, como conceito explicativo, utilize o “modelo ideal” de democracia antagônico ao de clientelismo para balizar o maior ou menor grau de clientelismo, uma perspectiva marcada por um viés excessivamente normativo e etnocêntrico.

⁵⁵ LANDÉ, Carl H, op cit, 1977.

⁵⁶ GRAZIANO, Luigi, op. cit, 1983, p. 9-12

Estes cientistas políticos que procuraram sistematizar uma abordagem para clientelismo em sociedades urbanas vêm sendo alvos de críticas por parte de antropólogos. A principal delas, feita por Marcos Bezerra, reside no fato destes autores associarem, em suas interpretações, o clientelismo a práticas atrasadas na escala de desenvolvimento da modernização dos sistemas políticos⁵⁷. Nestes termos, o clientelismo seria entendido como formas de participação política paroquial, típica de sistemas políticos não modernos. Além disto, acrescenta o autor, que estas abordagens deram ênfase aos aspectos materiais que são permutados pelos parceiros no interior das clientelas e estão mais de acordo com uma visão utilitarista e mercadológica destas práticas⁵⁸.

Em seu trabalho etnográfico sobre a atuação dos parlamentares federais no atendimento aos pleitos de suas bases eleitorais, Bezerra propôs uma abordagem do clientelismo como um conceito analítico de *estatuto sociológico próprio*⁵⁹. Isto significa considerar, em termos teóricos–metodológicos, as redes de patronagem e do clientelismo como relações dotadas de certa autonomia e racionalidade própria dentro do contexto em que se inserem.

Karina Kuschnir segue uma posição próxima à crítica de Bezerra, ao chamar atenção para a necessidade de relativizar o conceito de clientelismo como categoria de análise. Para a autora, de fato, o fenômeno é um problema do ponto de vista democrático, pois opera sobre o princípio da dádiva, implicando relações de lealdade e empenho individual⁶⁰. Entretanto, do ponto de vista político de parcelas da população envolvidas nestas práticas, este tipo de relação é legítima e positiva. E, portanto, se a perspectiva da antropologia é compreender a visão de mundo do “outro” há a necessidade de investigar a maneira como estes agentes vivenciam e constroem estes fenômenos. Além disso, argumenta a autora, que em lugar nenhum do mundo existe uma prática política pura, verdadeira ou universal e, por isso, o conceito de clientelismo, entendido sob o viés de práticas não modernas, naturaliza ideias universalizantes como a relação entre “o público

⁵⁷ Sobre as críticas do antropólogo Marcos Bazerra, ver BEZERRA, Marcos Otávio, op. Cit, 1999, p. 14-17.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Ibidem, p. 16

⁶⁰ KUSCHNIR, Karina. Clientelismo Urbano? In: **Cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 136-141.

e o privado”. Kuschnir ressalta, entretanto, que relativizar ou ressaltar uma “humanidade construída pelas diferenças” não é o mesmo que valorizar positivamente ⁶¹.

As críticas de Bezerra e de Kuschnir, no entanto, não invalidam a operacionalidade da noção clientelismo em sociedades urbanas porque seus argumentos não atingem as três características básicas do conceito de clientelismo (a assimetria, o seu caráter diático e afetivo). Elas são importantes, no entanto, como orientação teórico-metodológica porque, em primeiro lugar, chamam atenção para o caráter etnocêntrico de associar o clientelismo a formas de articulação política atrasadas em um processo de modernização das instituições democráticas. E, em segundo lugar, pela ênfase dada à troca de benefícios materiais em detrimento aos bens imateriais, que compõem parte significativas das relações desta natureza.

Além desta abordagem dos pleitos em sua configuração de redes, este trabalho aponta para as diferenças no interior destas e a capacidade de agência de seus integrantes. Foi com este objetivo que trilhamos o caminho de uma abordagem performativa destas demandas, na qual privilegamos a análise do próprio ato de pedir, construído por meio das palavras. Nesta dimensão performativa⁶², segundo John Austin, a própria linguagem possui o poder de realizar ações (seu poder *ilocucionário*⁶³), logo, existem atos que são executados por meio da fala. Nesta ótica, a linguagem transcende sua função meramente comunicativa de descrever ou constatar uma realidade exterior a ela – sem, com isto, desconsiderá-la, porque o enunciado performativo, no todo ou em parte, é a condição para que ações ou decisões sejam tomadas.

As demandas assumem, portanto, uma opacidade própria à medida em que, além de informar sobre uma realidade pessoal destes missivistas, elas são também vestígios da própria ação política construída por estes autores. Nestes termos, a linguagem em si não é indiferente e cumpre uma função constituinte da realidade política. E, em sua dimensão performativa, não está sujeita somente a uma verificação crítica entre o verdadeiro e o falso, como também a da eficácia de seus próprios atos, sejam eles felizes ou infelizes⁶⁴.

⁶¹ Ibidem, p. 141.

⁶² O nome performativo é derivado do verbo inglês *to perform*, um verbo correlato ao substantivo “ação”.

⁶³ AUSTIN, J. L. **Quando Dizer é Fazer – Palavras e Ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

⁶⁴ Sobre a condição de felicidade do ato performativo, ver Ibidem, p.29-47.

O poder investido na palavra, necessário para que os pleitos fossem atendidos, não advinha simplesmente do ato de escrever a Paulo de Frontin. Para que suas performances fossem eficazes, era necessário atender a regras, nem sempre explícitas, as quais Austin qualificou como “condicionantes de felicidade”⁶⁵ dos proferimentos. Estes consistem no uso de palavras apropriadas, por pessoas autorizadas e em circunstâncias propícias, no qual o procedimento deve ser executado, por todos os participantes, de modo correto e completo para que tenha êxito. É preciso frisar, ainda, que na realidade social não há enunciados puramente performativos ou puramente descritivos, e sim um intercâmbio entre estas duas dimensões da enunciação.

As correspondências que contêm demandas possuem, em comum, uma linguagem performativa repleta de cerimoniais. E, por isto, revelam-se como rituais⁶⁶ de troca e genuínos convites à aliança com Paulo de Frontin em busca de recursos públicos. Nelas os missivistas criavam ou reforçavam compromissos por meio de uma conjugação da formalidade (que uma correspondência a um agente público requeria) com a informalidade dos vínculos de reciprocidade direta, fortemente marcados pela afetividade.

Em todas as sociedades, segundo Tambiah, há um grau de variação da formalização do ritual em função de sua abertura ao contexto e, por isto, as convenções estão suscetíveis a contingências e, com isto, sofrem alteração de seus significados⁶⁷. Mesmo tratando-se de formalidades, caracterizadas pela convencionalidade, rigidez, condensação e repetição, elas são dinâmicas e flexíveis. E, nesta condição, a abordagem performativa do ritual, apresenta como desafio, que é o de examinar as formas repetidas do ritual, que possui certa formalidade, aparentemente invariável e fórmulas de etiqueta que são seguidas na ação. E também considerar a dimensão de variabilidade do ritual,

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Adotamos a noção de rituais proposta por Tambiah, em tradução nossa: “O ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de seqüências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios. Estas seqüências têm conteúdo e arranjo caracterizados por graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição). A ação ritual nos seus traços constitutivos pode ser vista como “performativa” em três sentidos: 1) no sentido pelo qual dizer é também fazer alguma coisa como um ato convencional; 2) no sentido pelo qual os participantes experimentam intensamente uma performance que utiliza vários meios de comunicação e 3), finalmente, no sentido de valores sendo inferidos e criados pelos atores durante a performance”, em TAMBIAH, Stanley. **Culture, Thought and Social Action: an Anthropological Perspective**. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1985.

⁶⁷ TAMBIAH, Stanley J. **A performative approach to ritual**. *Proceedings of the British Academy*, n. 65, 1980, p. 115.

porque nenhuma performance é exatamente igual a outra, visto que atuavam atores sociais com visões de mundo diferentes, assim como em conjunturas diferentes⁶⁸.

Nada nesta documentação era indiferente e seus atos conjugavam o conteúdo de suas demandas com a forma com que realizam o seu pedido. Como podemos perceber na correspondência transcrita e reproduzida integralmente, do deputado federal Irineu Machado⁶⁹.

Meu prezado amigo Senhor Doutor Paulo de Frontin

Afetuosas saudações.

Rogo-lhe, ainda uma vez, a grande fineza de nomear auxiliar de escrita o senhor Luiz Carlos N. Motta, atualmente guarda de escritório e já tendo sido condutor de trens, conferente, etc. É a pessoa por quem pedi ao amigo ante-ontem, pessoalmente em sua casa, quando recebeu gentilmente a Comissão de Estado.

Mil agradecimentos por [...] obsequiado amigo admirador.

Rio, 30, set, 1910

Irineu Machado

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Sobre o perfil do político Irineu Machado, ver FREIRE, Américo. **Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado**. Niterói: Revista Tempo, vol. 13, núm. 26, 2009, p. 118-132.



Mes mo: amo, senôr D. Paulo
de Frontin.

Effectivas saudações.

Rogo-lhe, ainda uma vez, a
grande faveja de nomear
auxiliar de escripta o senhor
Luiz Carlos Motta, actua-
mente de escripta e já tendo
sido conductor A trem, em-
ferente, etc. É a priôa por
quem pedi ao amigo anta-hontem,
pessoalmente em sua casa, qd.
receber gentilmente a Commissão
de Estado.

Mil gratias por sua obsequio de
amizade

Rio de Janeiro, 30 de Setembro de 1910. Irineu Machado

Figura 1: Carta digitalizada de Irineu Machado para Paulo de Frontin em que solicita a promoção do funcionário Luiz Carlos Motta na Estrada de Ferro Central do Brasil. Distrito Federal: 30 set 1910. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1293, Lata: 048.

Nesta correspondência de dimensões de 17 cm por 11 cm, destacam-se elementos próprios da dimensão performativa desta documentação, como o papel timbrado, os tratamentos de saudação, despedida e a própria narrativa da carta. Construída, estrategicamente, como uma demonstração de força que se apresenta em um ritual de troca, no qual sobressai a afetividade entre “amigos”. O timbre da “Câmara dos Deputados” foi uma maneira de reforçar a autoridade e, com isto, colocar-se como autorizado, em prestígio, a estabelecer uma relação com Paulo de Frontin. Muito embora tanto o destinatário como o remetente fossem figuras conhecidas no Distrito Federal, o missivista não abriu mão de reforçar sua demonstração de poder. Outro ponto significativo destas relações foi o contato face-a-face, típicos dos vínculos de reciprocidade direta – como a referência feita pelo missivista de ambos terem se encontrado anteriormente e o próprio fato de escrever a carta a próprio punho. Esta demonstração de força, neste jogo de reciprocidade, evidenciava a capacidade de retribuição, por controlar, ele próprio, recursos como deputado.

Este pedido revela como o encaminhamento das demandas era feito por meio de um convite à aliança pessoal com Paulo de Frontin. Nestes termos, a possibilidade de atendimento ao recurso desejado (promoção do funcionário Luiz Carlos Motta na Estrada de Ferro Central do Brasil) favorecia a criação de uma dívida moral entre estes pactuantes. Por meio de um ritual próprio, atendendo a formalidades que exigem o exercício do poder, a relação da formalidade burocrática não excluiu o caráter de afetividade entre “amigos” diferenciados, que controlavam recursos públicos diferentes. A rigor, este ato que assumiu a forma de um solicitante em posição inferior, como o próprio missivista atribui sua ação a um ato de “rogar” – que pressupõe um pedido com insistência e humildade – revela que por trás dele existe uma rivalidade e demonstração de força.

As cartas foram produzidas, em sua maioria, por pessoas físicas, tratando de pleitos ligados a necessidades pessoais ou de seus indicados. Elas retratam o espaço da experiência familiar, de trocas entre amigos, de opiniões, de produções particulares, assim como da esfera do Estado e das demais instituições em que estão inseridos. Este tipo de fonte comporta a subjetividade de seus autores, o que dificilmente conteriam os demais documentos oficiais. É interessante considerar que estes conjuntos de cartas atendem a variadas motivações e intencionalidades e ao foro estritamente pessoal, daquilo que Ângela de Castro Gomes qualificou como uma “escrita de si”:

A escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante da sua linguagem, construindo sobre ela a “sua” verdade. Ou seja, toda essa documentação de “produção do eu” é entendida como marcada pela busca de um “efeito de verdade” – como a literatura tem designado –, que se exprime pela primeira pessoa do singular e que traduz a intenção de revelar dimensões “íntimas e profundas” do indivíduo que assume sua autoria. Um tipo de texto em que a narrativa se faz de forma introspectiva, de maneira que nessa subjetividade se possa assentar sua autoridade, sua legitimidade como “prova”

70

Este perfil de correspondências é distinto das demais correspondências oficiais (ofícios, memorandos, requerimentos), que são marcadas essencialmente pela formalidade, padronização, concisão e pela linguagem da norma culta. As cartas enviadas a Paulo de Frontin associam a formalidade, exigida pelo contato com uma autoridade pública, sem excluir as características da “escrita de si”, à quebra de protocolo e da informalidade, evidenciando uma materialidade que lhe é própria. Neste sentido, ao considerar a subjetividade dos autores destas cartas, é que se revela como a realidade política está impregnada de sentidos diversos criados pelas “verdades” que construíram de si, do outro e do espaço em que atuavam.

Correspondências como estas repetem-se no arquivo do engenheiro, revelando a natureza ritualizada deste tipo de material. Não é possível, porém, compreendê-las como reproduções idênticas porque, como vimos, o ritual ainda que resultado de convenções, está sempre aberto ao contexto. Como podemos observar nesta outra forma de encaminhamento da demanda, por meio de um cartão de visitas que, geralmente, era um pequeno cartão contendo dados de contato do autor (nome, cargo ou função e endereço).

Ao meu bom amigo Doutor Paulo de Frontin

Cumprimento o seu amigo Major Antônio José de Mello Junior e apresenta-lhe o meu parente, chefe de numerosa família que se acha desempregado, e peço-lhe que o proteja, como se fosse a minha pessoa fiado no seu bom coração;

Desde já muito lhe agradeço o seu amigo respeitador obrigado criado.
Antônio José Mello Junior.

⁷⁰ GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de Si, escrita da História: a título de prólogo.** In: *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

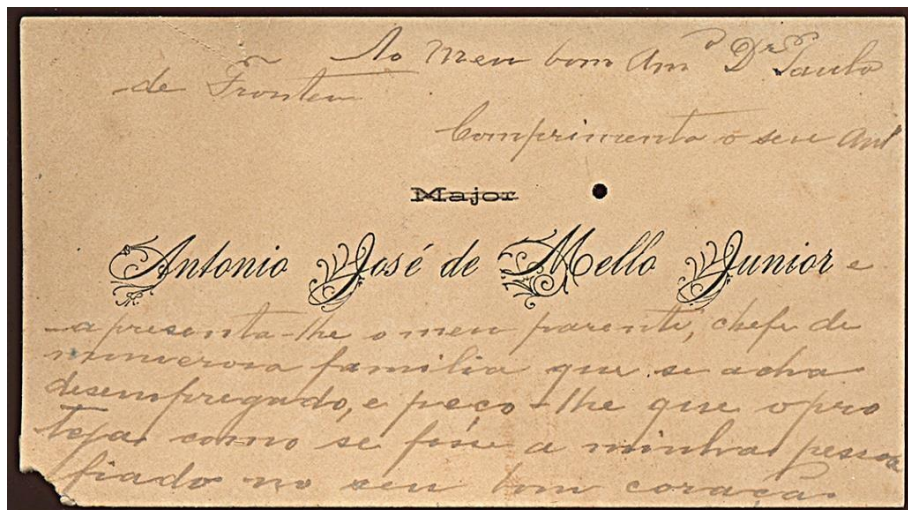


Figura 2: Digitalização do cartão de visita do major Antônio José de Mello Junior para Paulo de Frontin, em que solicita uma vaga de emprego para seu parente. Sem informação de local: 19 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1322, Lata: 036.

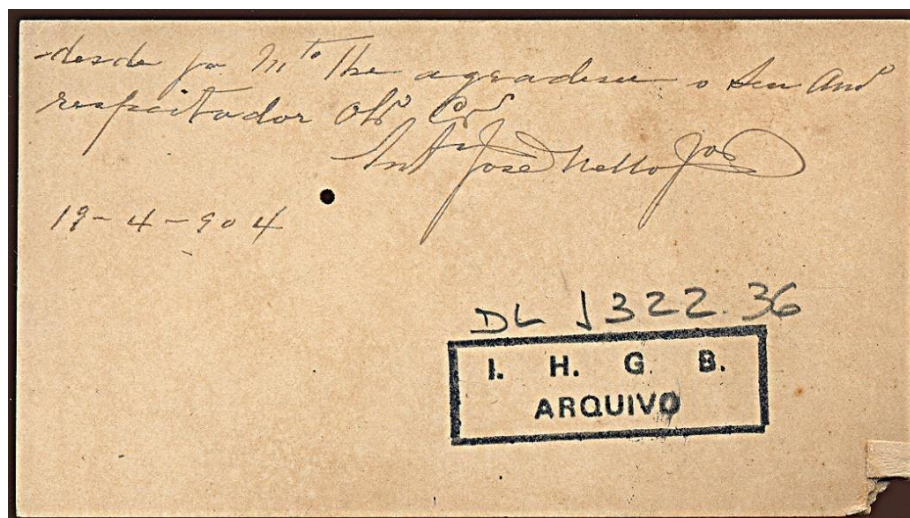


Figura 3: Digitalização do verso cartão de visita do major Antônio José de Mello Junior para Paulo de Frontin. Sem informação de local: 19 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1322, Lata: 036.

Embora o cartão tenha um espaço reduzido (10 cm por 6 cm) comparado com a carta, este espaço foi suficiente para o envio do pleito de Antônio José de Mello Junior. Desempenhando a função de intermediário, apadrinhou seu “parente” desempregado nas obras de construção da Avenida Central. É interesse notar que mesmo o pleito sendo realizado por meio de uma relação de amizade, foi necessário o major apresenta-se como

alguém autorizado em prestígio a estabelecer este ritual de troca com Paulo de Frontin. Nesta interação de demonstração de poder e afetividade, sobressai a sutileza com que o autor revela (ou relembra) ser um oficial superior das forças armadas: fazendo dois traços na palavra “Major” impressa no cartão sem, com isto, tornar sua patente ilegível para seu remetente. Esta rivalidade na afirmação de prestígio e poder, através de um ritual de troca entre amigos, aparentemente desinteressado, é a tônica das demandas que foram analisadas ao longo deste trabalho.

Uma última consideração importante sobre a natureza destas práticas diz respeito à sua relação com o cotidiano da política. Este é contato de parcelas da população com um agente público e, por isto, evidencia a relação destes personagens políticos com o Estado. Raramente, estes missivistas ocuparam as páginas de suas correspondências para tratar de questões relativas à política formal. Ainda que o encaminhamento dos pleitos possuísse uma forma desinteressada e espontânea (inclusive em um claro esforço de afastar-se dos interesses da política), em seu conteúdo, constituíam-se em autênticas articulações políticas, afinal de contas, tratavam de acesso a recursos públicos.

Estes missivistas, portanto, construíam suas performances políticas de fora do “tempo da política”⁷¹. Isto pressupõe a percepção da dinâmica política em termos da adesão mais ampla que as disputas típicas do tempo da política, como o processo eleitoral, em que o grupo se divide claramente em facções. A adesão que se constrói de fora do tempo da política compromete os indivíduos, famílias e outras entidades sociais de maneira peculiar. Neste tempo, a lealdade política conquista-se via compromissos, como favores e empenhos pessoais. Portanto, na vivência cotidiana da política, estes sujeitos relacionam-se por meio de fluxos de troca, que vinculam pessoas e grupos, criando obrigações.

A partir destes critérios teórico-metodológicos, as fontes foram lidas em sua integralidade e catalogadas no programa *Excel*, subdividida em três sub planilhas, cada qual com seu respectivo conjunto de missivas nos três momentos analíticos (1896-1897, 1903-1904 e 1910-1911). Desta forma, as informações foram organizadas sob as seguintes rubricas: 1) localização do documento no arquivo, 2) data, 3) local, 4) tipologia da correspondência, 5) destinatário, 6) assunto, 7) tratamento do destinatário, 8) nome do

⁷¹ Sobre, ver: PALMEIRA, Moacir. **Política e tempo: nota exploratória**. In: PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. p. 171-177.

remetente, 9) informações do remetente (ocupação, instituição, relação com o destinatário), 10) natureza da demanda, 11) recurso demandado, 12) justificativa do pedido, 13) retribuição da demanda e 14) despedida.

Os compromissos políticos e as obrigações de *dar, receber e retribuir*

Os encaminhamentos de pleitos a agentes públicos através de vínculos afetivos e pessoais, ainda que aparentemente distantes da política formal, constituem-se em uma maneira peculiar de articulação política. Pelo seu caráter de troca, as relações desta natureza pressupunham a existência de laços de reciprocidade, porque a distribuição do bem material vinculava seus pactuantes por meio de dívidas peculiares. Por isto, estamos diante de trocas de benefícios públicos que se assemelham à dinâmica da distribuição de presentes. Por meio delas, seus atores criavam, reforçavam ou desfaziam alianças e, portanto, esta foi uma das formas possíveis de fazer política em um ambiente complexo como a Capital Federal na transição para o século XX.

A cidade, neste momento, foi marcada pela complexificação de sua estrutura social e por mudanças no seu ordenamento institucional. As transformações do Rio de Janeiro inserem-se em um processo mais amplo de diversificação da sociedade brasileira, a partir, principalmente, das três últimas décadas do século XIX. Novos elementos tiveram impactos profundos no país, como a transferência do eixo de produção do café da região do Vale do Paraíba para a região do Oeste Paulista, que se apresentava como uma agricultura mais dinâmica, o início da organização de um mercado de trabalho, sobretudo, com a construção e acionamento de ferrovias e serviços urbanos, além da própria abolição da escravidão (1888).

Neste ambiente, a virada para o século XX foi uma fase de profundas mudanças para a cidade do Rio de Janeiro, entre elas, merece destaque a sua explosão populacional. Entre 1872 e 1900, a população da cidade mais que dobrou, passando de 274.972 habitantes, em 1872, para 522.651 habitantes, em 1890, e chegando em 1900 ao número

de 691.565 habitantes. Em 1906, quando já estavam praticamente concluídas as obras urbanas, a cidade possuía 811.444 habitantes⁷².

Uma das razões para este aumento foi o processo de proibição do tráfico negreiro e, posteriormente, a abolição da escravatura – sobretudo através do fluxo migratório dos escravos libertos provenientes das fazendas do Vale do Paraíba⁷³. O crescimento populacional da cidade alterou não apenas sua estrutura em dimensão numérica, como também a natureza da ocupação de seus habitantes, com a realocação de mão de obra da cidade, que agudizou os problemas sociais – como a questão habitacional. Segundo José Murilo de Carvalho, este êxodo populacional gerou maior desequilíbrio em pessoas de ocupação mal remuneradas, que viviam na “fronteira tênue entre a legalidade e a ilegalidade”⁷⁴. Além disto, o crescimento reforçava as pressões sobre a administração pública, pelos problemas de habitação, abastecimento de água e saneamento.

Esta fase da cidade também foi marcada pelo início de seu processo de industrialização, principalmente a partir da década de 1890, com a consolidação dos primeiros segmentos fabris. As fábricas produziam bens de consumo corrente, como tecidos, alimentos, calçados, bebidas, etc. Neste contexto, a Capital apresentava um dos principais mercados de consumo e, por ser uma cidade portuária, facilitava a estes setores industriais o acesso a matérias-primas e máquinas importadas de países industrializados, como a Inglaterra. Para Jaime Benchimol, o fato da cidade ser o centro financeiro mais importante do país e possuir força de trabalho abundante favoreceu investidores que se concentraram nas áreas de transportes e serviços⁷⁵.

Havia também a percepção, por parte da população, de um momento da cidade ligado ao novo. Isto por conta das mudanças significativas ocorridas em seu cotidiano, como a inauguração das linhas de bondes, que passaram a circular a partir de 1868. Além disto, outros maquinismos afirmaram-se no espaço urbano carioca, como a disseminação do cinematógrafo, do fonógrafo, do telégrafo – figurando como representantes do novo⁷⁶. Esta percepção atingiu o seu auge com as grandes reformas urbanas empreendidas durante

⁷² Todos estes dados populacionais foram coletados por Jaime Benchimol nos Censos realizados no período em BENCHIMOL, Jaime Larry, op. cit, 1992, p. 172.

⁷³ Segundo dados coletados por Benchimol, o fluxo imigratório interno entre 1890 e 1900 atingiu a cifra de 85.547, sobre, ver: Idem.

⁷⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. José Murilo de. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 17.

⁷⁵ BENCHIMOL, Jaime Larry, op. Cit, 1992, p. 173.

⁷⁶ Cf. KROPF, Simone Petraglia, op. Cit, 1996, p. 94-95.

o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), por meio de um plano arrojado de investimentos que reconfigurou, principalmente, o espaço central da cidade.

Em termos institucionais, a República trouxe significativos reflexos para a cidade, escolhida para ser a capital do país. Um primeiro aspecto desta mudança foi a expectativa por mudanças que o novo regime ensejava, principalmente no sentido da renovação política e a possibilidade de participação por parte daqueles que estiveram alijados da participação política no regime imperial⁷⁷. Um segundo aspecto diz respeito à estrutura institucional da cidade do Rio de Janeiro e a correlações de forças entre a política local da cidade e o governo central – ambos sediados na cidade.

Ao longo de regime republicano, consolidou-se a intenção de neutralizar a influência da Capital na vida nacional, seja no sentido de reduzir a participação popular, seja em fortalecer as oligarquias estaduais e cooptá-las para eclipsar a política local da cidade do Rio de Janeiro. O modelo idealizado pelo presidente Campos Sales (1898-1902), além de um conjunto de procedimentos para dotar a República de estabilidade e governabilidade, na chamada política dos governadores, em sua base, tinha como princípios e valores a concepção de um Estado despolitizado⁷⁸, que estaria acima das paixões e dos interesses partidários, primando pelo ideal científico da administração. Desta maneira, a Capital, como centro da administração federal, seria o espaço, por excelência, do governo e da eficiência administrativa, cabendo aos estados a prerrogativa das disputas político-partidárias.

Este também foi o processo da construção dos traços fundamentais do modelo institucional da Capital Federal. Como configuração de Capital, o regime estabeleceu a nomeação de um prefeito pelo Presidente da República, a eleição do Legislativo Municipal (Conselho Municipal) por meio de eleição direta e ao Senado Federal caberia a prerrogativa do exame dos vetos do prefeito contra as deliberações do Conselho Municipal. Américo Freire identificou como a criação do modelo de Capital constituiu-se em um conjunto institucional de “difícil manejo”, com a presença da esfera federal e municipal sem um centro de gravidade clara⁷⁹.

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de, op cit,1987.

⁷⁸ Segundo Renato Lessa, a premissa fundamental do modelo de Campos Sales era a ideia de que a ordem advinha da vontade e criação positivas do indivíduo comprometido com o interesse nacional. Lessa qualificou o “construtivismo” deste modelo, sobre, LESSA, Renato. Op. Cit, 1999, p. 16.

⁷⁹ FREIRE, Américo Oscar Guichard. **Uma Capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX**. Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 62-65.

Os esforços de neutralização e nacionalização da política local da Capital Federal, no entanto, não impediram que as lideranças da cidade atuassem nos quadros do poder público. A trajetória de Paulo de Frontin foi um destes casos, como veremos no perfil geográfico de seus missivistas. Ele utilizou esta característica peculiar da cidade para tecer compromissos tanto com a população local, quanto com os representantes dos demais estados – sobretudo políticos. Esta foi uma característica institucional fundamental da cidade porque, diferentemente das demais cidade brasileira no período, atuavam no mesmo espaço o poder central e o poder local.

A mudança da configuração da cidade para um status de “metrópole” do Rio de Janeiro impactava diretamente nas formas de construção de laços e vínculos de reciprocidade entre os integrantes de sua população. Isto porque a vida na metrópole está associada à fragmentação das percepções e experiências urbanas. Tratar deste espaço na virada para o século XX pressupõe lidar com um universo social heterogêneo e complexo.

Diferentemente das pequenas e médias cidades, a metrópole comporta diversos domínios, nem sempre contínuos uns ao outros. Como interpretou George Simmel⁸⁰, a diversificação dos círculos sociais da metrópole gera uma capacidade de mobilidade do indivíduo para além do seu grupo inicial de pertencimento. Por isto, a vida em cidades desta natureza permite a criação de vínculos sociais mais amplos e diferenciados (familiar, religioso, artístico, político, profissional, etc). Ao mesmo tempo em que, por conta desta multiplicidade de contextos, os laços afrouxam-se à medida em que precisam ser atendidas as mais diversas relações.

A questão dos canais da distribuição dos recursos públicos na cidade do Rio de Janeiro, por meio de vínculos de reciprocidade de caráter pessoal, já foi abordada por trabalhos historiográficos. Estas práticas foram discutidas, de forma geral, pela chave explicativa da relação de interesses entre o “público e privado”, sobretudo em seus impactos no sistema político da Primeira República. É necessário, portanto, resgatar estes historiadores que trataram a questão.

Marcos Veneu⁸¹ abordou as peculiaridades da política de clientelas em meio urbano, ao investigar as organizações e as práticas políticas dominantes na Capital da

⁸⁰ SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973 [1903].

⁸¹ VENEU, Marcos. **Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895**. Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 30, n. 1, 1987.

República entre 1889-1895. Para o autor, diante do caráter excludente da política republicana, os partidos políticos e as demais agremiações políticas não possuíam a função precípua de representar o eleitorado. Tais agremiações funcionavam sob a lógica de um grupo de “amigos políticos”. Nestes termos, as relações desdobravam-se tanto de maneira horizontal, dentro do círculo de relações familiares, sociais e de negócios; como também de maneira vertical, por meio de relações hierarquizadas que interligava chefes políticos maiores aos chefes políticos menores. Todas estas relações uniam-se por laços de favor no interior de uma clientela.

O processo de “metropolização”⁸² da cidade do Rio de Janeiro foi um fator importante para ser considerado na análise do clientelismo político, segundo o autor. O impacto deste processo na configuração destas práticas seria o de permitir a multiplicação de clientelas concorrentes, sustentadas pelo expediente de distribuição de recursos públicos para a garantia da fidelidade política do eleitorado. Por ser a cidade a Capital da República e, portanto, concentrando a burocracia federal e municipal no mesmo espaço, nela facilitavam-se, em parte, as nomeações de correligionários em empregos públicos. Ainda que fosse de fundamental necessidade da negociação por parte destes agentes diante do controle dos recursos feitos, sobretudo, pelo governo federal.

O autor também destacou as formas variadas com as quais os profissionais da política construíram suas clientelas e sua influência eleitoral, a principal delas era a ocupação de postos-chave da administração pública. Estes foram canais essenciais para qualquer distribuição de favores políticos e, na avaliação de Veneu, a política partidária carioca, nos primeiros anos da República, esteve próxima a uma competição de “notáveis”, com as suas respectivas clientelas⁸³.

José Murilo de Carvalho⁸⁴ investigou a “razão clientelista” nos pedidos feitos a Rui Barbosa enquanto ministro da Fazenda (1889-1891). A pesquisa revelou que havia, para os pedintes, uma obrigação moral de ajudar parentes e amigos, entre os patronos e clientes, que justificava o gasto de dinheiro público para promover essa ajuda. Além disto, para Carvalho foram naqueles primeiros anos do regime republicano, que se começava a esboçar a separação entre o público e o privado. Ainda assim, o autor demonstrou como

⁸² Ibidem, p. 26-27.

⁸³ Ibidem, p. 23-24

⁸⁴ CARVALHO, José Murilo de, op cit, 2000.

o enraizamento do clientelismo político, sobretudo em sua face de trocas desiguais, era uma extensão da desigualdade da realidade social brasileira. E foi justamente esta desigualdade que justificava o direito à proteção, construído em termos da lealdade política. Conclui o autor que os valores de igualdade, essenciais ao liberalismo político adotado na Primeira República, não eram compatíveis com as práticas de caráter clientelista.

Neste trabalho, Carvalho também demonstrou a heterogeneidade do perfil daqueles que pediam a Rui Barbosa. No conjunto daqueles que encaminhavam demandas, entre os “pidões”, segundo o autor, estavam funcionários públicos, tanto civis como militares, profissionais liberais, políticos e colegas de faculdade, parentes e desconhecidos. O trabalho também apontou para o significativo número de intermediários que apadrinhavam estes pedidos, 72% deles solicitavam para seus protegidos e somente 28% pediam diretamente para si⁸⁵.

Outras duas importantes obras abordaram o tema da população carioca e o acesso a recursos públicos, ainda que tratando de temas de maior escopo, como a da cidadania. Em *Os Bestializados*⁸⁶, José Murilo de Carvalho analisou a questão na cidade do Rio de Janeiro, um espaço em que reunia todas as condições históricas para o florescimento da cidadania; o autor identificou a maneira particular com a qual a população carioca vivenciava sua participação política. E utilizou o conceito de “estadania”⁸⁷ para explicar esta forma específica de participação, que se dava não através de organização de interesses via institucional, e sim a partir de ligações pessoais com a máquina governamental. Um vestígio claro destas práticas, segundo o autor, seria a quantidade expressiva de pedidos presentes nos arquivos de personagens que tiveram responsabilidade executiva. Para estes cidadãos, o Estado configurava-se como um lugar a que se recorria de forma útil e haveria a indiferença pela participação através dos canais do poder institucionalizado, que se traduziria na ausência de visão de governo como responsabilidade coletiva.

Eduardo Silva também procurou compreender o problema, quando analisou a relação de parcelas mais pobres da população com o Estado, através das reclamações encaminhadas à coluna “As queixas do Povo”, de um dos principais jornais em circulação

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de, op. cit, 1987.

⁸⁷ Ibidem, p. 65.

da cidade - o *Jornal do Brasil*⁸⁸. Ao examinar as queixas cotidianas da cidade, o autor chegou a uma conclusão da “exterioridade” com a qual os cidadãos desenvolveram o contato com o Estado. Neste sentido, as classes populares não negavam a existência do poder público, nem reivindicam maior participação nas decisões do governo. Os queixosos, em linhas gerais, não questionavam o estilo autoritário da ação do poder público, eles desejavam, pragmaticamente, a solução para suas carências.

Ainda em famoso artigo sobre o tema, José Murilo de Carvalho também discutiu os usos e as apropriações equivocadas do clientelismo sobre a realidade brasileira⁸⁹. O autor trabalhou a noção com a qual o clientelismo indica para tipo de relação entre atores políticos que envolve a concessão de recursos públicos, na forma de benefícios como emprego, favorecimentos fiscais, isenções, em troca de apoio político⁹⁰. A contribuição de Carvalho foi demonstrar como o “uso frouxo” produziu uma confusão conceitual com a noção de coronelismo, desenvolvida por Victor Nunes Leal⁹¹. Este conceito, menos universal, refere-se ao sistema político historicamente datado da Primeira República, composto por uma rede complexa de relações que ligavam desde o coronel e os votos que controlava às oligarquias estaduais até o Presidente da República – por meio de compromissos recíprocos.

O clientelismo, segundo o autor, é um conceito mais universal e um atributo político viável em sistemas políticos mais amplos. Para Carvalho, as relações clientelistas dispensam a presença do coronel, pois ela dá-se entre o governo ou políticos e setores mais pobres da população. Isto porque, à medida que os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar o voto diretamente de parcelas da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passam a tratar com os eleitores, transferindo para estes as relações clientelistas⁹².

A questão do clientelismo também foi abordada em outras temporalidades sobre o Rio de Janeiro. Em 1982, Eli Diniz⁹³ analisou a estrutura política, conhecida como “máquina política chaguista”, construída pelo político Chagas Freitas. Carlos Eduardo

⁸⁸ SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁸⁹ CARVALHO, José Murilo de, op. cit, 1997.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ LEAL, Victor Nunes, op. cit, 2012 [1948].

⁹² CARVALHO, José Murilo de. Op cit, 1997.

⁹³ DINIZ, Eli. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Sarmiento⁹⁴ também abordou o tema das estruturas clientelistas construída pelo “chaguismo”. Além de um trabalho de reconstrução da trajetória política de Chagas Freitas, Sarmiento investigou a formação e atuação da sua rede de clientelas na sua relação com a identidade política da cidade. Uma característica fundamental desta obra é a postura teórica assumida de relativizar a ideia do clientelismo como prática atrasada ou deformadora do sistema político. Sarmiento advertiu para os riscos desta interpretação que esvaziam o conceito de seu caráter explicativo e abrem espaço para certa “adjetivação”, sendo utilizado como instrumento de pregação política e ideológica.

A relação entre os interesses públicos e privados está no fundo deste debate sobre o contato de parcelas da população com o Estado e a construção de clientelas políticas por meio de vínculos pessoais. É importante ressaltar que esta chave analítica, ainda que operacional, revela riscos de análise. Ângela de Castro Gomes apontou para o problema da concepção fronteira entre o público e o privado como modelo explicativo da realidade brasileira⁹⁵. Uma primeira questão colocada pela autora é que a tensão entre estes dois domínios tem sido o caminho que as ciências sociais trilharam para compreender os males da formação brasileira. E, a partir desta constatação, Gomes chama atenção para os problemas de se pensar a política brasileira por meio do binômio “Brasil real” (privado) - Brasil legal (público)⁹⁶. O país real estaria simbolizado pelas práticas atrasadas de uma sociedade rural, exportadora, dominada pelo poder privado patriarcal, familiar, clientelista e oligárquico; do lado oposto estaria o país legal representado pelo artificialismo, que emerge da sociedade urbano-industrial na qual o poder concentrado no Estado sustentara-se em bases impessoais e racionais, funcionando através de uma burocracia técnica.

A compreensão das mazelas brasileiras, segundo a autora, estaria presente no desajuste entre o público e o privado, entre o “reino das virtudes” e “reino dos vícios”. Para Gomes, tanto os vícios, quanto as virtudes encontram-se nos dois domínios, e este aspecto do problema mostra-se mais complexo para ser analisado. Esta situação fronteira de conceber a política sofre, segundo Gomes, de uma “ambiguidade

⁹⁴ SARMENTO, Eduardo. **O espelho partido da metrópole: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelistas**. Rio de Janeiro: Folha Seca: FAPERJ, 2008.

⁹⁵ GOMES, Ângela de Castro. **A política brasileira em busca da modernidade: as fronteiras entre o público e o privado**. In: NOVAIS, Fernando A. (org). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 490-558.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 500-501.

constitutiva”⁹⁷: a situação fronteira da política brasileira não poderia ser desfeita completamente em razão dos fatos e valores que constituem a formação nacional brasileira. Entretanto, continua a autora, que se essa característica é a razão dos nossos problemas, somente por meio de seu remanejamento que se poderia encontrar novas possibilidades e novos caminhos para serem trilhados. E a busca da modernidade política é traçada em termos de categorias que só podem ser operacionalizadas no escopo desta própria ambiguidade.

Uma orientação muito pertinente feita pela autora é a da necessidade de desnaturalizar a marca da história política brasileira como uma patologia entre o público e o privado. Para isto, ela sugere questionar a “artificialidade” de categorias “puras” que conduzem análises do comportamento eleitoral brasileiro como fruto de manobras “clientelistas” ou apelos “demagógicos”, classificados como desvirtuamento da “verdadeira” política⁹⁸. O desafio, neste sentido, seria romper com o “mito do cidadão democrático”, ideia excessivamente racional sobre a qual se acreditou, por séculos, que a democracia era formada por cidadãos informados, dotados de consciência de seus direitos e preocupados com os negócios públicos.

Especificamente sobre as obras historiográficas que trataram desta questão na cidade, podemos considerar que, em seu conjunto, a relação do público e do privado foi abordada no que poderíamos considerar como uma perspectiva “sistêmica”. Elas ressaltaram os impactos de práticas que tensionam os domínios do público e o privado sobre problemas de maior escopo, como o da cidadania, das estruturas partidárias e das culturas políticas do período. Este trabalho procura inserir-se neste debate enfatizando as clientelas políticas em seu estatuto próprio- o que não significa, todavia, considerá-la uma “ilha” dentro do sistema político da Primeira República, e sim privilegiar a sua dinâmica interna. Neste sentido, evidenciamos uma perspectiva “interacional” destes atores por meio de suas articulações políticas através de fluxos de bens públicos e bens imateriais (como o prestígio, a honra, a lealdade, o empenho, etc).

Diante do fato de que as distribuições de recursos constituía-se em trocas, nas quais seus pactuantes ligavam-se por vínculos afetivos, é pertinente considerar três elementos da teoria da reciprocidade formulada por Marcel Mauss sobre as dádivas: I) os

⁹⁷ Ibidem, p. 502.

⁹⁸ Ibidem, p. 551-554.

compromissos que se constroem por meio das trocas de bens materiais, II) a dimensão imaterial da troca e o componente de afetividade que compõe estes rituais de troca de presentes, que vinculam as pessoas às coisas dadas e III) a construção/manutenção de prestígio por meio da distribuição de presentes.

O texto clássico “Ensaio sobre a Dádiva” é uma longa e densa investigação comparativa sobre as formas de troca nas regiões tribais da Malinésia, Polinésia e do Noroeste Americano. Nele, Mauss estabeleceu um programa de investigação sobre as formas de direito e economia das sociedades tribais que o próprio autor qualificou como “arcaicas”⁹⁹. O cerne de seu problema foi a compreensão das regras de direito e interesse que, em sociedades “arcaicas”, faziam com que o presente recebido fosse obrigatoriamente retribuído, assim como procurou compreender a força existente na coisa dada que fazia com que o donatário a retribuísse¹⁰⁰.

No bojo de sua análise, Mauss apresenta a ideia “fato social total”¹⁰¹ que, por definição, eram os fatos que exprimiam, de uma só vez, toda sorte de instituições (instituições religiosas, jurídicas, econômicas e morais). Elas revelavam-se em seu caráter aparentemente livre e voluntário, mas que na verdade eram obrigatórios e interessados. Nestas sociedades tribais, os fatos sociais totais assumiam a forma de presente, oferecidos generosamente, mas que na verdade eram, segundo Mauss, “somente ficção, formalismo e mentira social e, quando há, no fundo, obrigação e interesse econômico”¹⁰².

O sistema de prestação total não contemplava somente a troca de bens materiais, de riquezas ou de produtos de mercado entre os indivíduos; eram coletividades, famílias, grupos que trocavam e contratavam mutuamente. E o mais importante, não trocavam exclusivamente bens materiais e riquezas; mas, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços, mulheres, crianças, danças, festas, onde a troca utilitarista era apenas um desses momentos e um termo de um contrato bem mais geral e abrangente.

Portanto, segundo Mauss, a dádiva pressupõe a existência de dupla verdade: de um lado, ela possui uma aparência de trocas voluntárias, espontâneas e desinteressadas e, por outro lado, o que existe no fundo são ações obrigatórias e interessadas. Neste sentido,

⁹⁹ Sobre o programa de investigação proposto, ver MAUSS, Marcel, op. cit, 1974 [1924], p. 187-188.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 188-189.

¹⁰¹ Ibidem, p. 187-188

¹⁰² Idem.

o caráter obrigatório da dádiva opera sobre uma “tríplice obrigação” de dar, de receber e de retribuir¹⁰³.

A obrigação dar é a essência da dádiva, através dela o chefe do grupo preserva sua autoridade sobre seus comandados (tribo, comunidade, família) e demonstra que, se é visitado com frequência, isto significa ser favorecido pela fortuna. A maneira com que ele mantém esta fortuna é gastando-a, distribuindo-a, humilhando os outros que não podem retribuir à altura e criando obrigações com aqueles que podem retribuir. Desta forma, a garantia de possuir recursos para serem distribuídos é a condição da manutenção da sua posição social de dominação. A obrigação de receber, por sua vez, é tão importante quanto a obrigação de dar. Nestes rituais, o sujeito não tem o direito de recusar a dádiva e agir desta maneira significa manifestar medo ou incapacidade de retribuí-la futuramente. Os líderes autorizados que não eram capazes de retribuir uma dádiva recebida perdiam o próprio prestígio, porque isto significava colocar-se vencido de antemão e proclamar o outro como vencedor. E a obrigação de retribuir, por sua vez, é o encerramento do sistema, porque a distribuição de dádivas não consiste em pura destruição ou entrega generosa de presentes. Como observou Mauss, nestas tribos, a sanção da obrigação de retribuir poderia resultar até na escravidão de seus pactuantes.

O importante a ressaltar sobre estas obrigações é princípio da rivalidade que a dádiva enseja. Nestas cerimônias de troca de presente, Mauss observou como *potlatch*¹⁰⁴, uma forma específica de prestação total, que significa “nutrir”, “consumir”. E ela tem como princípio a rivalidade e o antagonismo que dominam as festas de distribuição de presentes. Nas trocas desta natureza, há a destruição santuária de riquezas acumuladas para eclipsar o chefe rival e têm como elementos essenciais, além dos objetos materiais, a honra e o prestígio que esta riqueza confere. Mauss comparou a distribuição de presentes à guerra: “Os bens se perdem no *potlatch* como são perdidos na guerra, no jogo, na luta”¹⁰⁵. Estes rituais de distribuição de presentes traduzem-se em uma “guerra de propriedade” que definem a posição dos membros dos clãs.

Por ser uma obra clássica, o Ensaio sobre a Dádiva produziu um conjunto maciço de comentários e críticas. Na impossibilidade de tratar deste material e também por já ter

¹⁰³ Ibidem, p. 243-251

¹⁰⁴ Ibidem, p. 191.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 239

sido um esforço de outros trabalhos que fizeram isto¹⁰⁶, resgataremos, brevemente, o debate sobre a dupla verdade da dádiva (sua forma desinteressada e livre e o seu conteúdo obrigatório e interessado).

Em sua “Introdução à obra de Marcel Mauss”, Lévi-Strauss reconheceu a originalidade de Mauss naquilo que considerou a “transcendência da observação empírica” no sentido de captar este duplo aspecto da dádiva. Entretanto, foi a partir deste elogio que formulou sua própria crítica. Para Lévi-Strauss o “pecado” de Mauss foi deixar-se mistificar pelo nativo e a propriedade imaterial das coisas trocadas que carregam algo de seu doador, o que seria uma teoria nativa, ainda que interessante, pouco satisfatória. O autor se opõe à visão de Mauss sobre a dádiva, propondo o próprio Strauss privilegiar as estruturas sociais a ações individuais e focalizar o exame da reciprocidade obrigatória e interessada como mecanismo necessário para a constituição dos vínculos sociais.

Pierre Bourdieu, por sua vez, procurou conciliar a visão de Mauss (que discutiu a dádiva como é vivenciada pelo nativo) e Lévi-Strauss (que discutiu a questão fora da inserção na experiência do nativo). Nestes termos, sob a perspectiva de quem vivencia a troca, a dádiva é espontânea e desinteressada, já sob a perspectiva do observador de fora desta lógica que rege a troca, a dádiva é forçada e motivada por interesses. Bourdieu procurou conciliar estas duas versões, no sentido de que, na sua interpretação, a dádiva pode ser desinteressada e reversível, ao mesmo tempo em que também pode ser obrigatória e irreversível¹⁰⁷. E a solução dada pelo autor foi, justamente, a observação do intervalo entre a doação e a retribuição; isto porque o sistema de circulação de dádivas pressupõe um grau de incerteza quanto à retribuição – própria da sua dimensão espontânea e desinteressada.

Diante desta discussão, este trabalho segue a orientação teórica de que a distribuição de dádivas consiste em uma troca que apresenta a forma gratuita e

¹⁰⁶ Maria Cláudia Coelho dedicou um capítulo de sua obra para a discussão do tema da dádiva no interior da teoria antropológica, sobre, ver COELHO, Maria Cláudia. **Os sistemas da dádiva: dom, sociedade e teoria antropológica**. In: O valor das intenções: dádiva, emoção e identidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 17-34. E Lygia Sigaud investigou o que havia sido destacado na área das ciências humanas sobre a teoria da troca, especificamente formulada por Marcel Mauss, sobre, ver SIGAUD, Lygia. **As vicissitudes do "ensaio sobre o dom"**. Mana [online]: vol.5, n.2, 1999, p.89-123.

¹⁰⁷ BOURDIEU, Pierre. **Marginália: algumas notas adicionais sobre o dom**. Revista Mana, v.2, n.2, 1996.

desinteressada, mas que há em seu conteúdo obrigação e rivalidade. Desta maneira, os bens trocados vinculam os pactuantes, na condição de devedores, ao doador, que auferia prestígio e poder com transações desta natureza. É importante ressaltar, no entanto, que a transformação da distribuição de dádivas em prestígio é o que o observador percebe, já para os donatários envolvidos na troca, o que existe é somente dívida moral.

A teoria de Mauss foi elaborada para o exame de sociedades “arcaicas”, distintas das sociedades contemporâneas, controladas e reguladas por agentes como o Estado, o mercado, o arcabouço jurídico, etc. Apesar disto, as ciências humanas têm construído problemas e adaptado o instrumental teórico da circulação de dádivas para aplicá-los em sociedades complexas. Na historiografia, uma obra clássica que realizou isto foi a de Ângela de Castro Gomes sobre a relação do presidente Getúlio Vargas com os trabalhadores durante do Estado Novo¹⁰⁸. Segundo a autora, esta foi uma relação fundada na doação de dádivas/presentes/benefícios, na qual o presidente, ao doar generosamente cumpria uma função primordial de garantia da justiça social e, com isto, removendo os conflitos. Esta relação dava-se por um contrato de adesão direta entre o chefe da nação, materializado na “pessoa moral” do presidente Vargas e o povo trabalhador materializado na “pessoa coletiva” e não como indivíduos. E, por tratar-se de uma relação de troca de dádivas, a retribuição do povo, na condição de coletividade, seria integrar-se ao mundo da política, qual seria: trabalhar para produzir riquezas, possuir uma carteira de trabalho para ser reconhecido juridicamente e o dever moral de reconhecer o trabalho como um direito/dever.

Estes referenciais teórico-metodológicos foram fundamentais para a elaboração das duas hipóteses que norteiam esta dissertação. A partir do próximo capítulo, verificaremos se estes cargos foram posições estratégicas para o engenheiro construir sua clientela política, para além da atuação restrita na área da engenharia. E a segunda hipótese a ser averiguada consiste na legitimidade própria que estes clientes construíram para justificar seus acessos a recursos públicos, que conferiam a Paulo de Frontin um prestígio diferenciado na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁰⁸ GOMES, Ângela Maria de Castro. Dar, receber e retribuir – a política brasileira fora do mercado. In: *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 3ª edição, 2005, p. 226-233.

Capítulo II – Reciprocidades e trocas de recursos públicos na Construção da Avenida Central do Rio de Janeiro (1903 -1904)

Os anos iniciais do século XX representaram para a cidade do Rio de Janeiro uma época de significativas transformações em seu espaço urbano. Na Capital da República, o engenheiro Paulo de Frontin foi um dos protagonistas destas mudanças. Com atuação no campo da engenharia e inserido nos círculos das decisões políticas, foi escolhido o diretor das obras de construção da Avenida Central, empreendida pelo governo federal. O objeto de análise deste capítulo é a ação política de setores da sociedade, sobretudo, carioca através das correspondências enviadas ao engenheiro. Os trabalhos da Avenida ocorreram entre 1903 e 1905, porém, concentraremos nossas atenções em seu primeiro ano de atividades. Desta forma, o recorte cronológico (1903-1904) foi orientado por ser este o período no qual Frontin recebeu maior assédio por demandas e por tratar-se da fase mais conturbada da construção, por conta das desapropriações e demolições da região central da cidade.

Este momento é privilegiado porque significou uma mudança no padrão das relações entre o Estado e os interesses privados. Os engenheiros assumiram o protagonismo no plano arrojado de investimentos em obras públicas do governo Rodrigues Alves (1902-1906). Trataremos, portanto, de um período de aumento substancial de recursos públicos disponíveis na cidade, controlados diretamente por agentes do Estado e executados, sobretudo, por engenheiros. A principal hipótese a ser comprovada, neste capítulo, é a de que setores da sociedade construam uma legitimidade própria em sua relação de interesse com o Estado. Esta congregava instituições pessoais e afetivas para justificar seu acesso aos recursos públicos. Verificaremos, também, as formas de intermediações políticas necessárias para a circulação destes recursos públicos.

O cenário: As transformações urbanísticas do início do século XX

O tema da remodelação do espaço urbano da Capital Federal esteve na ordem do dia da política brasileira desde o século XIX. Com a agudização da crise sanitária, que vinha sendo discutida, sobretudo, entre médicos sanitaristas e engenheiros para solucionar os problemas da cidade – que sofria com milhares de mortes desde meados do Império com surtos epidêmicos de febre amarela, varíola e tuberculose¹⁰⁹. Outro problema que agravava a crise foi o das moradias coletivas. As habitações coletivas, sem condições de salubridade e fruto do déficit populacional, tornaram-se alvo principal das críticas destes profissionais, que identificavam nelas as principais causas dos problemas sanitários da cidade. Em termos concretos, a solução encontrada para resolver a questão foi reestruturar a configuração urbana da Capital do país. Isto significava a expansão urbana para bairros com melhores condições de salubridade para desaglomerar o centro, a instauração de normas para construção de casas, construção de praças e vias mais amplas para a ventilação da cidade, além de arborização, saneamento, criação para lugares específicos de despejos, etc¹¹⁰.

A oportunidade conjuntural para empreender um programa arrojado de obras públicas surgiu com a vitória do presidente Rodrigues Alves, em 1902. Do ponto de vista político, as turbulências dos “Anos Entrópicos”¹¹¹ do início da República haviam amainado e o seu antecessor, Campos Sales, garantiu uma governabilidade necessária com seu arranjo da “Política dos governadores”¹¹². Sales estabilizou a relação entre Executivo e Legislativo por meio da manutenção, no poder, das oligarquias dos estados em troca da sustentação parlamentar em nível federal. Por meio da Comissão de Verificação dos Poderes, os deputados governistas tinham o poder de homologar a eleição dos candidatos

¹⁰⁹ Sobre as discussões históricas para solucionar os problemas sanitários que começaram no Império, ver CHALHOUB, Sidney. **A Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 29-46. E sobre a atuação da “Medicina Social no agravamento da crise sanitária, ver BENCHIMOL, Jaime Larry, op. cit, 1992, p. 112.122 e p. 181.

¹¹⁰ Ibidem, p. 117.

¹¹¹ Renato Lessa classificou como “Anos entrópicos” a primeira fase do período republicano, que se estende da Proclamação ao arranjo político consolidado por Campos Sales. Um momento de incertezas e instabilidade política com a desintegração dos critérios monárquicos de instituições políticas. Sobre, ver Renato, op. cit, 1999, p. 48-64.

¹¹² Sobre, ver: Ibidem, p. 120-134.

ao Congresso Nacional. Na prática, esta medida garantia que os conflitos no seio das oligarquias não ultrapassem os domínios dos estados e controle da escolha dos deputados que representassem eventual oposição ao poder federal.

A economia, já em 1902, dava sinais de recuperação depois das consequências econômicas da febre especulativa do Encilhamento, com o aumento das matérias primas e bens de capitais e, depois de 1903, a formação bruta de capital fixo¹¹³. Além disso, o período foi marcado por um incipiente aumento dos preços do café. Neste ambiente favorável, a remodelação e o saneamento da Capital Federal constituíram a coluna vertebral do programa de governo de Rodrigues Alves. Como ressaltou André Azevedo, no discurso do presidente, era urgente a modernização da Capital da República, um “nó górdio” para o desenvolvimento da nação; precisando a cidade ser restaurada por meio de uma reforma urbana que apontasse para a nação o destino do progresso material¹¹⁴.

A grande reforma urbana foi estruturada em duas grandes frentes de obras financiadas por empréstimos estrangeiros. Uma, executada pelo prefeito Pereira Passos e a outra estaria a cargo do governo federal, concentrada na pasta do ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas Lauro Muller.

As obras sob a responsabilidade da municipalidade ficaram conhecidas como o “Bota Abaixo”. Governando com amplos poderes, com o Legislativo Municipal suspenso, o prefeito realizou um conjunto de obras de prolongamento e alargamento de ruas e avenidas da cidade. As ruas do centro da cidade eram estreitas e sofriam com problema de calçamento, recebiam o impacto cada vez mais forte do tráfego que crescia, como também a falta de integração entre as regiões da cidade. Com as obras, o prefeito procurou articular a região central com a zona sul da cidade, a região litorânea do centro com bairros na direção norte e oeste da cidade, regiões do próprio centro, como a portuária e a comercial, e, por fim, a região sul com a região oeste da cidade¹¹⁵.

A atuação do governo federal concentrou-se nas obras do porto do Rio de Janeiro e na construção de vias complementares, como as Avenidas Central, do Cais e do Manguê, com objetivo de facilitar a circulação de mercadorias na cidade. Em 1903, o ministro

¹¹³ CARVALHO, José Murilo de, op cit, p. 92 -93.

¹¹⁴ André Nunes Azevedo analisou a ideia de progresso e civilização do presidente Rodrigues Alves no que tange as reformas urbanísticas da Capital contidas no discurso de posse e nas mensagens enviadas ao Congresso Nacional. Sobre, ver AZEVEDO, André Nunes de, op. cit, 2003, p. 252-257.

¹¹⁵ Sobre as transformações viárias do Centro da Cidade, ver Ibidem, p.263-274 e BENCHIMOL, Jaime Larry, op. cit, p. 235-239.

Lauro Muller convocou e presidiu uma Comissão técnica para elaborar o projeto definitivo das obras; entre seus integrantes havia figuras influentes no Clube de Engenharia, como Paulo de Frontin e Francisco Bicalho. O projeto foi baseado no plano da antiga concessionária Empresa Melhoramentos do Brasil com algumas alterações¹¹⁶. A empresa escolhida para a realização das obras foi a britânica *C.H. Walker & Company Limited*, a mesma que havia construído as docas de Barrow e Preston, o canal naval de Manchester e a doca de Buenos Aires. A escolha foi realizada sem concorrência pública e teve o contrato firmado com o governo brasileiro, em 1903. O andamento dos serviços aconteceu entre 1904 e 1911, representando um contrato de 4,5 milhões de libras e um canteiro de obras com mais de dois mil operários¹¹⁷.

Os historiadores trataram dos interesses empresariais de Frontin nas obras de reformulação da cidade. Atuando conjuntamente com seus sócios da Empresa Melhoramentos do Brasil, que também eram membros do Clube de Engenharia, no processo de escolha da *C. H Walker*. Não há consenso entre os pesquisadores sobre este processo que teve início em 1897, quando a “Melhoramentos” iniciou os contatos para a venda de sua concessão nas obras portuárias. Para Jaime Benchimol, Paulo de Frontin, então presidente da empresa, cederia o posto ao sócio e amigo Carlos Sampaio, que em viagem de negociação pela Europa transferiu a concessão para um grupo de Londres no valor de £880.00. Não havendo registro da atuação desta empresa no empreendimento do porto após a transação. A escolha da *C.H. Walker & Company Limited*, para o autor, ficou “em família”, porque a contratada, em 1903, para as obras do porto teria relações com a firma que adquirira a concessão negociada por Carlos Sampaio – o historiador, no entanto, não apresenta o nome da empresa que adquiriu a concessão¹¹⁸.

Oswaldo Porto Rocha, por sua vez, fala da intervenção do Clube de Engenharia, que tomou para si a tarefa de estabelecer os critérios para a escolha da empresa. Para os membros do Clube, a *C.H. Walker* teria dado provas de idoneidade técnica, capacidade financeira e utilizava a tecnologia mais moderna existente (sistema de ar comprimido)

¹¹⁶ Sérgio Lamarão detalhou os aspectos técnicos das modificações realizadas neste novo projeto. Este incluiria a margem do Arsenal da Marinha à embocadura do Canal do Mangue, composto de 3.500 metros de extensão para atracação de navios de grande calado. O Cais seria contínuo, com exceção da entrada da Saúde e no trecho entre do Canal do Mangue. Os 2.000 metros restantes, correspondentes do trecho do Canal do Mangue à ponta do Caju. Sobre, ver LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer, op. cit, 1991, p. 144-147.

¹¹⁷ Idem, p. 147-150.

¹¹⁸ BENCHIMOL, Jaime Larry, op. cit. p. 216.

para a realização das obras do Cais¹¹⁹. Já Sérgio Lamarão aponta que foi sugestão da própria comissão de não haver concorrência pública e a escolha da empresa teria ocorrido por conta da experiência e das amizades construídas pelo seu diretor Joseph J. Walker¹²⁰.

A comissão decidiu incluir no projeto definitivo das obras do porto a construção de vias complementares, que seriam construídas pelo próprio governo federal. Uma delas foi a Avenida do Cais, que articulava o porto com as regiões industriais em desenvolvimento, como o bairro de São Cristóvão e os subúrbios mais próximos. Com 3.090 metros de extensão e 40 metros de largura, na direção do eixo principal dos armazéns do Cais, ligava a Praça Mauá à Avenida do Manguê¹²¹. Já a Avenida do Manguê ficou a cargo de Francisco Bicalho, outra figura influente do Clube de Engenharia. Esta foi a mais ampla de todas, possuía 96 metros de largura por 1.380 metros de extensão, tendo entre suas faixas o Canal do Manguê, que foi prolongado até a ponte dos Marinheiros. Esta Avenida seguia o sentido da expansão industrial da cidade, que se deslocava para os setores norte e oeste, localizando-se nas proximidades da estrada de ferro, o que facilitaria a distribuição de produtos pelos bairros do subúrbio carioca.¹²²

A construção da Avenida Central chefiada por Paulo de Frontin

A Avenida Central foi projetada, inicialmente, para ser uma construção complementar às obras do porto e acabou tornando-se a intervenção urbanística de maior visibilidade. Com a finalidade de suprir um problema de infraestrutura da cidade, buscava facilitar a distribuição de produtos do porto com a rede comercial do centro da cidade. O porto do Rio, historicamente, esteve isolado da região comercial da cidade, por conta dos morros da Conceição, Livramento, Providência, Saúde, Gamboa e do Pinto. Portanto, a alternativa encontrada foi traçar uma via que ligasse a Prainha até o Largo de Santa Luzia.

¹¹⁹ ROCHA, Osvaldo Porto, *op. cit.*, 1995, p. 60-61.

¹²⁰ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer, *op. cit.*, p.147.

¹²¹ AZEVEDO, André Nunes de, *op. cit.*, p. 246.

¹²² Idem.

Desta forma, evitando-se maior número de demolições e abrangendo a área mais valorizada e ativa da cidade¹²³.

O financiamento das obras federais foi realizado por meio de empréstimo, autorizado pelo Congresso, em 1903, com o banco britânico *N. M. Rothschild and Sons de Londres* no valor de £ 8.500.000. Foram destinados ao orçamento da Avenida 3.780:000\$000 para as obras, 52.450:000\$000 para as desapropriações em conjunto com as obras do cais e 5% do total do empréstimo para a administração¹²⁴.

O ministro Lauro Muller, quem teve a ideia de incluir a Avenida no conjunto de obras do porto, escolheu o presidente do Clube de Engenharia, Paulo de Frontin, para chefiar a comissão encarregada das obras. A atuação deste ficou restrita à obra de comunicação entre o Cais do Porto e o centro da cidade e ele esteve diretamente subordinado ao ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. O chefe da Comissão dependia da autorização ministerial somente para as medidas relacionadas ao pagamento dos trabalhadores da Comissão Construtora, a venda de material proveniente das demolições da obra e despesas que ultrapassassem a quantia de 20.000\$000¹²⁵.

Os poderes do chefe da comissão, contudo, não se limitaram a decisões técnicas e administrativas. O engenheiro teve nas mãos a prerrogativa de decisão sobre dois bens políticos importantes naquele cenário. O primeiro deles foi o poder de intervenção nos conflitos imobiliários gerados pelas desapropriações causadas pela obra. Frontin teve a função assegurada de mediar os conflitos entre os proprietários e o governo federal. Desta forma, sua atuação estendeu-se aos acordos amigáveis de indenização e desapropriação dos imóveis existentes no traçado da Avenida, assim como acionar as decisões judiciais em casos de litígio. Além do mais, ele conquistou a prerrogativa de propor ao governo federal a venda dos terrenos marginais¹²⁶.

Outro importante recurso político controlado diretamente por Frontin foi o da livre nomeação e o controle do quadro de salários dos empregados da obra – apenas com exceção dos membros da comissão construtora. Segundo as “Instruções da Comissão

¹²³ *Ibidem*, p. 249.

¹²⁴ ROCHA, Osvaldo Porto, op. cit. p. 60.

¹²⁵ Informações contidas nas **Instruções para a comissão construtora da Avenida Central**. Rio de Janeiro: Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1903. Documento encontra-se no Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB, lata 1300, pasta 055.

¹²⁶ *Idem*.

Construtora”, somente o aumento do número no quadro de pessoal dependeria da aprovação do ministro¹²⁷.

Os números que dão a dimensão dos postos de emprego e das indenizações da Avenida, levantados pelos historiadores, são descontraídos. Alguns autores tratam de 1800 a 1900 funcionários que trabalhavam em três distritos: o primeiro do Largo da Prainha à rua General Câmara; o segundo desta rua à Sete de Setembro e o terceiro desta à praia do Boqueirão¹²⁸. Já o número das indenizações seria de 497 prédios que teriam sido negociadas em um valor total de 26.456:638\$000¹²⁹; outros trabalhos falam de números mais díspares, de 590 a 3 mil imóveis derrubados¹³⁰.

O esquema administrativo centralizado no chefe da comissão permitiu a Frontin amplos poderes sobre as decisões relativas à obra. Por conta do custo social e político causado pelas demolições, a sua estratégia foi uma ação rápida na região, que atingiu as habitações populares existentes no traçado da futura avenida, como cômodos e cortiços; e também foram arrasados pequenos estabelecimentos comerciais, oficinas e pequenas fábricas.

As obras tiveram início em 26 de fevereiro de 1904. O andamento da primeira fase concentrou-se nas demolições, indenizações e construção do eixo principal. Alguns prédios que estavam no traçado da avenida foram poupados, como a igreja da Conceição e a igreja da Boa Morte, que foi desviado para o sopé do morro do Castelo, além da casa comercial *Hasenclever*, entre a rua General Câmara e São Pedro¹³¹. Transcorrendo em ritmo acelerado, o eixo central da Avenida foi inaugurado em 7 de setembro de 1904 e a conclusão das obras ocorreu no ano seguinte, em 15 de novembro.

A Comissão Construtora cumpriu o planejamento inicial e a via fora composta de três áreas (correspondentes aos distritos em que foram divididos as obras). O empreendimento apresentou uma estrutura técnica das mais desenvolvidas para os padrões brasileiros da época: cabos de luz, fios de telefone, tubos de gás subterrâneos e tecnologias modernas de calçamento viário¹³². Na primeira área, - entre a Av. Beira-Mar à Rua São José-, situavam-se os prédios e estabelecimentos públicos, institutos,

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Cf. CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit, p. 94 e BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. Cit. p. 234.

¹²⁹ Cf. AZEVEDO, André Nunes de. Op. Cit, p. 247.

¹³⁰ Cf. ROCHA, Osvaldo Porto. Op. Cit, p. 61 e BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. Cit. p. 229

¹³¹ Osvaldo Porto. Op. Cit, p. 63.

¹³² Cf. AZEVEDO, André Nunes de. Op. Cit, p. 247-251.

associações de ensino, de auxílio mútuo e beneficentes; a segunda -da Rua São José à General Câmara-, foi reservada aos armazéns da moda, confeitarias, jornais e bancos; e, por fim, a terceira – até o Cais do Porto-, foi ocupada pelo comércio referente à importação e exportação e bancos relacionados a este movimento financeiro¹³³.

A construção da Avenida não cumpriu somente a função econômica de distribuidora de mercadorias do porto. Como defendeu André Avezedo, ela teve um elemento de legitimação simbólica da República. As duas cerimônias de inauguração ocorrerem nas festividades cívicas da independência, em 1904, e da Proclamação da República, em 1905, confirmando a ideia de que os seus idealizadores procuraram, com ela, solidificar o regime junto às camadas populares, com quem buscava-se atrelar a ideia do progresso às realizações do regime republicano¹³⁴.

A construção da Avenida Central do Rio de Janeiro foi abordada por uma vasta produção historiográfica. Uma primeira vertente, produzida por engenheiros e biógrafos de Paulo de Frontin, abordou a questão sobre uma perspectiva laudatória e com um objetivo de produzir uma memória sobre a participação dos engenheiros nas reformas da cidade¹³⁵. Esta historiografia abordou a construção da Avenida enfatizando a superação das dificuldades técnicas e os aspectos positivos da obra, como a celeridade das demolições e da finalização da obra. Estes autores procuram associar a imagem Paulo de Frontin a estes resultados, com o intuito da construção da memória do engenheiro como seu perfil de “grande realizador”.

Outra vertente da historiografia, que se consolidou na década de 1980, foi crítica à atuação dos personagens que empreenderam as reformas urbanas¹³⁶. São trabalhos produzidos no contexto de abertura política brasileira, juntamente com o interesse dos programas pós-graduação pelo Rio de Janeiro em história, geografia, urbanismo, que se propuseram a pensar a cidade como um espaço de atuação do Estado e vivência da cidadania. Estes autores privilegiaram este momento por tratar-se de uma fase de transição da cidade colonial para a cidade capitalista, em vias de industrializar-se, momento que corresponde à transição para o capitalismo. Neste cenário, os autores

¹³³ Osvaldo Porto, op. cit, 64-65.

¹³⁴ AZEVEDO, André Nunes de, op. cit, p. 300-301.

¹³⁵ ATHAYDE, Raymundo de, op. cit, p. 93-107; SILVA, Maurício Joppert da. *op. cit*, 1972. e MARTINS, Luiz Dodsworth. *op. cit*, 1966.

¹³⁶ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Op. Cit.*, CARVALHO, Lia de Aquino, op. cit, 1995., LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Op. Cit.*, ROCHA, Osvaldo Porto. *Op. Cit.*

revelaram a presença autoritária do Estado no processo de reconfiguração do espaço urbano da cidade, sobretudo naquilo que consideram uma nova correlação de forças entre os interesses do Capital e o Estado, este que reorganizou o espaço urbano da cidade e, com o intuito de arrastar as populações pobres do centro da cidade para a promoção do crescimento.

Nesta vertente, para Oswaldo Porto Rocha, Paulo de Frontin teve papel fundamental na *Era das Demolições*, assim como o Clube de Engenharia, por ser a instituição que representava o interesse dos grandes construtores¹³⁷. O Clube, segundo o autor, não foi somente uma instituição que reunia o grupo profissional de engenheiros e arquitetos; a instituição atuou como agente social, como um órgão da classe dirigente. Em seus quadros encontravam-se proprietários de firma da construção civil, industriais e comerciantes. Nestes termos, a atuação de Paulo de Frontin como chefe da Construção das obras, representou o triunfo desta classe, atuando arbitrariamente nas demolições e remoções das populações que se encontravam na região¹³⁸. Ações que tiveram como consequências a desarticulação cultural e a perda de identidade das populações mais pobres.

Jaime Benchimol, por sua vez, apontou que a construção agudizou a crise habitacional histórica sofrida pela cidade, trazendo reflexos diretos para o aumento dos aluguéis, a superlotação dos cômodos e a deterioração das condições higiênicas dos locais adjacentes, para onde foram os proletários removidos¹³⁹. Em contrapartida, houve o enriquecimento de um grande número de comerciantes e proprietários nas áreas deterioradas remanescentes e imediações. Por outro lado, parcelas da “pequena burguesia comercial e industrial”, que estavam sediadas nas áreas diretamente atingidas, foram pulverizadas para os subúrbios ou áreas degradadas subjacentes, enquanto a outra parcela de comerciantes e pequenos industriais puderam permanecer no local valorizado pela atuação do Estado. Desta forma, a abertura da Avenida representou uma possibilidade de ascensão e enriquecimento para segmentos do Capital comercial e industrial da cidade.

Esta linha de interpretação, entretanto, tem sido alvo de críticas por ter concebido as relações entres estes agentes como um bloco monolítico, sem distinguir os diversos

¹³⁷ ROCHA, Oswaldo Porto, op. cit, 1995. p. 51

¹³⁸ BENCHIMOL, Jaime Larry, op. cit p. 99-100.

¹³⁹ BECHIMOL, Jaime. op. cit., 1992. p. 229-231.

projetos que se procederam naquele momento¹⁴⁰. Para André Nunes Azevedo, não houve uma grande reforma, mas ações com características distintas, e que não possuíam uma ação monolítica tramada pela burguesia com o intuito único de remover as camadas populares do centro da cidade. Uma destas ações foi a intervenção federal, que construiu a Avenida Central. De acordo com ele, esta ação teve um objetivo maior de distribuição de mercadorias do porto para o comércio e as indústrias da região central, no qual as partes interligadas ganhavam uma importância maior do que o todo da urbe¹⁴¹.

Este capítulo, no entanto, revisita o episódio da construção da Avenida Central para investigar a relação de setores cariocas com os agentes do Estado em torno do acesso a recursos públicos. As formulações clássicas do problema na Primeira República¹⁴² enfatizaram estas relações com base em uma perspectiva “sistêmica” do problema. Já o nosso estudo aborda a ação dos personagens políticos, focalizando os rituais de troca construídos com Paulo de Frontin e pretende identificar as relações de mediações necessárias para a circulação de recursos públicos¹⁴³.

Correspondências ao Diretor da Comissão Construtora da Avenida Central

A passagem de Frontin pela Comissão Construtora produziu um traço substancial de fontes primárias no fundo de seu arquivo pessoal¹⁴⁴. As 125 correspondências relativas ao período representam aproximadamente 17% de toda a série de correspondência passiva preservada do arquivo. Este indício de aumento da atividade epistolar deve-se, em grande parte, pela visibilidade da figura do engenheiro por comandar uma das maiores obras da reformulação urbanística da cidade. Isto fica evidenciado quando consideramos a curva

¹⁴⁰ AZEVEDO, André Nunes de, op. cit p. 190-192.

¹⁴¹ Ibidem, p. 268-270.

¹⁴² LEAL, Victor Nunes, op. cit, 2012 [1948]; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, op. cit 975; CARVALHO, José Murilo de, op. cit, 1997.

¹⁴³ O papel do intermediário seria o de atuar em sociedades complexas, atuando no interior de diversos grupos distintos, distribuindo e realizando a intermediação de acesso a recursos aos quais estes grupos não possuem acesso. Um tipo específico de mediação política é o que sustenta a troca de favores pessoais, ver KUSCHNIR, Karina e VELHO, Gilberto. Mediação e Metamorfose. In: KUSCHNIR, Karina, op. cit, 1999, p. 84-87.

¹⁴⁴ Série de correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

do quantitativo de correspondências com aumento na inauguração das obras da Avenida e, ao final delas, uma queda acentuada.

Outra razão para o aumento epistolar foi a função executiva exercida por Paulo de Frontin. Como vimos anteriormente, o engenheiro controlou recursos públicos importantes, como os postos de emprego e teve o papel de atuar diretamente no processo de intermediação junto ao governo federal, principalmente em questões de indenização e demolição dos imóveis. Além do mais, Frontin ocupou posições de influência como presidente do Clube de Engenharia em um momento no qual estes profissionais tiveram a importância de colocarem-se como únicos intérpretes da modernização do espaço urbano da cidade.

Como é possível observar no quadro abaixo, as demandas ocuparam a maior parte dos assuntos tratados pelos missivistas. Principalmente os pedidos pessoais por emprego, por questões imobiliárias e indenizatórias e para a atuação da influência de Frontin em outros campos da administração pública. Além disso, encontram-se as discussões sobre questões técnicas e administrativas da obra, como autorizações do ministro Lauro Muller¹⁴⁵, esclarecimentos sobre calçamento¹⁴⁶ e proibição do tráfego de bondes¹⁴⁷.

Quadro 1: Conteúdo das Correspondências (1903-1904)

Assunto		Quantitativo	(%)
Demandas	Emprego	72	97 77,6%
	Imobiliárias	4	
	Indenizatória	4	
	Atuação pelo prestígio	2	
	Não declaradas	15	
Atividade empresarial, do Clube de Engenharia e Derby Club		10	8%
Convites, Felicitações e Agradecimentos		9	7,2%
Outras Correspondências sobre a construção da Avenida Central*		8	6,4 %
Sem informação		1	0,8%
Total		125	100%

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

¹⁴⁵ Cartas de Lauro Muller em Lata 1288, pastas 054 e 055; Lata 1282, pasta 001 e Lata 1287, pasta 032.

¹⁴⁶ Carta de Marquês D'Ávila em Lata 1290, pasta 009 e carta de José Lima Braga em Lata 1292, Pasta 117.

¹⁴⁷ Carta de Arthur Getúlio das Neves em Lata 1322, Pasta 032.

As quinze demandas não declaradas foram, comumente, aquelas sobre assuntos tratados em encontros passados, reuniões futuras ou na apresentação de determinados apadrinhados. Esta natureza de pedidos conjugada com a impossibilidade de afirmar que todas as demandas tenham sido por recursos públicos, indicam o perfil desta documentação. Embora seja razoável deduzir que o aumento substancial de pedidos fosse referente aos recursos da obra da Avenida, não eram todos os missivistas que a especificavam. Um pedido de emprego poderia significar um posto de trabalho na construção da Avenida, como poderia também ser no Clube de Engenharia, na Empresa Melhoramentos do Brasil ou nos demais campos de atuação de Paulo de Frontin.

Estas possíveis lacunas de informações explicariam-se por inúmeras razões: pelo fato do missivista não julgar necessário especificar o pedido por considerar óbvio, repetitivo (por já ter tratado em outra oportunidade) ou mesmo por não considerar apropriado tratar daquela questão por carta, por considerar um assunto delicado. Hipóteses à parte, este dado revela como perfil desta documentação a difusividade de domínios de atuação de Paulo de Frontin na percepção dos seus missivistas. Este, portanto, é um primeiro indício de como, na prática destes agentes, conjugava-se o domínio das relações públicas com as relações privadas.

As demandas

Diante das demandas declaradas, os pedidos de emprego destacam-se quantitativamente, equivalendo à 57,6% de todas as correspondências. Como vimos, um dos principais recursos administrados por Frontin foram os postos de trabalho. Em seu conjunto, os pedidos não eram especificados para determinada vaga de emprego, com

algumas exceções para colocação como chefe de turma¹⁴⁸, no escritório¹⁴⁹, apontador¹⁵⁰, no serviço de arborização ou operário¹⁵¹.

As demandas por emprego revelam os termos da reciprocidade que sustentavam a ação de pedir um recurso desta natureza. Está contida nelas a assimetria de relações entre agentes que controlavam recursos diferenciados e ocupavam posições sociais distintas¹⁵². O argumento recorrente da solicitação por um lugar modesto, que não impactasse de maneira significativa os custos das obras e que se justificavam por necessidades, sobretudo financeiras enfrentadas pelo missivista e por sua família. Foi explícita a forma de inferioridade na qual estes atores colocavam-se no momento do pedido, como podemos ver na carta do desempregado Américo Correia:

[...] sem emprego e recursos o que faz-me ir perante ao seu bom coração pedir-lhe arranjar me um lugar nas obras da Avenida pois, estou a 7 mezes sem emprego e lutando com dificuldades e pagando ao meu irmão Moreira, que esta dando-me uma mezada mensal para sustento da minha familia o que faz-me perder dias de vida pois esta generosidade delle por saber as minhas circunstancias obriga-me a sujeitar-me a qualquer lugar pois o Dr. sabe que eu atiro-me a qualquer serviço e não tenho medo de trabalhar [...]¹⁵³

Na justificativa do missivista para pedir o emprego está claramente a distinção em que faz de si e em relação a Paulo de Frontin, evidenciando uma relação assimétrica que pautada justamente por vínculos afetivos, como a “bondade” e a “generosidade” do engenheiro em socorrer as dificuldades financeiras de Américo Correia. Performance semelhante foi feita por outro missivistas, dias depois, que se desculpava por não conhecer Frontin, mas tinha conhecimento da influência do engenheiro e de sua prática de socorrer protegidos:

¹⁴⁸ Carta de Manuel Gonçalves França. Distrito Federal: 18 mar 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1288, Pasta 065.

¹⁴⁹ Carta de Gustavo Gama. Distrito Federal: 22 mar 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1288, Pasta 066 e carta de Herman. Distrito Federal: 23 fev 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1292, Pasta 119. E Carta de Alberto de Souza Pinto. Distrito Federal: 23 abr 1903. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1288, Pasta 071.

¹⁵⁰ Carta de Henrique Coutinho. Distrito Federal: 12 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1322, Pasta 034.

¹⁵¹ Carta de Francisco das Neves. Distrito Federal: 01 fev 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1288, Pasta 040.

¹⁵² Sobre as relações desiguais “*Magister – Minister*” em torno da troca de dádivas entre aqueles que não retribuem ou não podem retribuir mais, ver MAUSS, Op. Cit, p. 304-305.

¹⁵³ Trecho da carta de Américo Correia. Niterói: 08 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1288, Lata 069.

(...)Por isso, tomei a resolução de apelar para V. Ex^a, que a tantos tem protegido, e peço-lhe, com toda a confiança, com todo o entusiasmo que me dita a minha desgraça, que me dê uma colocação em qualquer dos ramos de serviços dependentes de V. Ex.^{cia}, ou então, que com a justa e merecida influencia de que V.Ex^{cia} goza, me obtenha um emprego, onde pôssa encontrar os meios que tanto necessito para viver (...) Acredite Sr. Dr, que só a maior miséria, a maior necessidade, poderia me obrigar a, sem ter honra de conhecer a V. Exia, tomar tamanha liberdade e fico confiante que mereci atenção de V. Excia (...)¹⁵⁴

Os pedidos de emprego, no entanto, não eram feitos somente em termos assimétricos, típicos das relações “patrono-cliente”. Houve demandas de agentes que se posicionavam como amigos próximos e iguais. Uma indicação desta situação foi o pedido feito pelo Visconde de Ouro Preto, que se colocava como “amigo”, em sua apresentação de Euclides da Cunha. Seu pedido foi justificado na seguinte frase: “Apresento-lhe o *Snr.* Dr. Euclides da Cunha, um antigo discípulo, ex-militar e atualmente engenheiro distinto e homem de letras de inegável merecimento”¹⁵⁵. Neste caso, o fato de Ouro Preto classificar-se simplesmente como “amigo” indicava uma grau de proximidade social e de prestígio; além disso, a apresentação de Euclides foi feita como um “Dr.”, uma indicação da mesma proximidade por parte de seu indicado.

Outro ponto significativo desta natureza de demandas foi a percepção da influência de Paulo de Frontin nas demais obras que o governo federal empreendera naquele mesmo momento; sobretudo nas obras do Porto do Rio de Janeiro. Como podemos observar neste trecho:

[...] eu reitero com toda a vehemencia e interesse o pedido, que fiz a V. Ex^{cia} para se interessar pela obtenção de um cargo rasoavel no escriptorio dos *Snr.*es C. H Walker e Cia empreiteiros do Caes [...] Ao Dr. Carlos Sampaio, que me informaram ser muito relacionado e muito influente perante aquella firma eu ja pedi por carta uma colocação [...] Agora reitero os meus pedidos, urgido pela instante necessidade certo de que se V. Ex^{cia} e seu amigo o Dr. Carlos Sampaio, quizerem de [...] protegêr-me, julgando-me assim digno de sua valioza estima eu tudo conseguirei [...] Por mim e por minhas filhas lhe péço não me leve a mal importunal-o e receba desde já os protestos de minha sincera gratidão subscrevo-me [...]¹⁵⁶

¹⁵⁴ Carta de Arlindo de Oliveira. Distrito Federal: 19 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1292, Lata 138.

¹⁵⁵ Carta de Visconde de Ouro Preto: Distrito Federal: 19 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1284, Lata 008.

¹⁵⁶ Carta de Alberto de Souza Pinto. Distrito Federal: 08 jul 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Lata 1288, Pasta 071.

Ocuparam um universo menor as demandas imobiliárias (3,2%) e as indenizatórias (3,2%). As campanhas de arrasamento das habitações populares do centro da cidade aliadas ao desenvolvimento industrial e ao embelezamento da cidade tiveram como consequência direta a valorização imobiliária¹⁵⁷, principalmente, no caso da Avenida Central, a via que atravessava o centro comercial da cidade. Estas demandas revelam um traço da maneira como os agentes articulavam politicamente para ter acesso a estes recursos.

Os pedidos por questões imobiliárias foram sobre três aquisições de terrenos¹⁵⁸ próximos à via e uma concessão de prédio¹⁵⁹. Os missivistas foram sucintos e, diferentemente das demandas por emprego, tratavam-se somente como amigos. A questão foi tratada com apelo de negociação, o que indica que este era um assunto “delicado” para ser tratado por meio de correspondências. Eles limitaram-se a abordar a localização do terreno, como Antônio Dias Pacheco¹⁶⁰, que solicitava um terreno de 10 a 15 metros com um preço razoável ou de pedir preferência, como o fez Cândido Gaffré¹⁶¹, que em nome da amizade, pedia preferência para o terreno em frente à sede do jornal *O Paiz*.

As demandas indenizatórias foram tratadas pelos missivistas como uma questão de justiça e também de amizade. Um deles, abriu mão do vínculo de amizade, utilizando somente o tratamento de “V. Excelência” para pedir que a indenização lhe fosse paga em virtude da obrigatoriedade de mudança de seu escritório – o que considerava uma questão de justiça¹⁶². Outro pedido que evidencia como, na participação política destes missivistas, a questão do favor não era o avesso de outras instituições (como a da justiça) foi a justificativa de A. J. Sampaio, que pediu indenização para seu sogro, “Julgo ser uma

¹⁵⁷ Sobre o processo de erradicação das habitações populares na região central da cidade no período, ver o Capítulo 3 “O Cortiço e a Administração Municipal” em CARVALHO, Lia de Aquino. Op. Cit, p. 154-171.

¹⁵⁸ Carta de Pedro Gracie. Distrito Federal: 14 jan 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1288, Lata 036. Carta de Antônio Dias Pacheco. Distrito Federal: 18 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1288, Lata 037. e Carta de Cândido Gaffré. Distrito Federal: 05 ago 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1322, Lata 033.

¹⁵⁹ Carta de Francisco Joaquim Bithencourt da Silva. Distrito Federal: 19 jun 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1288, Lata 074.

¹⁶⁰ Carta de Antônio Dias Pacheco. Distrito Federal: 19 jan 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1288, Lata: 037.

¹⁶¹ Carta de Cândido Graffé. Distrito Federal: 05 ago 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1322, Lata 033.

¹⁶² Carta de Ananias Albuquerque. Distrito Federal: 29 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1288, Lata 073.

questão de justiça e peço, por isso, **o favor** de atende-mo com **a gentileza** que o caracteriza”¹⁶³ (grifo nosso).

As duas demandas por atuação utilizando sua própria influência, prática que, atualmente, é reconhecida como “tráfico de influência” representaram apenas 1,6% do total de correspondências. Importante ressaltar que o assédio para tal prática não significava, necessariamente, a efetivação da mesma. Um missivista pediu para que Paulo de Frontin atuasse junto ao Tribunal da Recebedoria, por conta de um processo do filho morto,

[...]Sinto-me muito acabrunhado, diante de uma luta sem cessar e com enormes despesas, a sete armas, com os processos que me deixou meu infeliz filho, falecido em Fevereiro [...] Peço-lhe por tudo, Deos tem-se lembrado mais de si do que de mim, estou retirado e desanimado, auxilia-me n'este momento, **só preciso de suas relações e poder para me salvar** [...] ¹⁶⁴ (grifo nosso).

Para justificar seu pedido, o missivista acionou vínculos como o do favor pessoal e o da família, procurando sensibilizar por meio da narrativa do seu próprio drama, vivido pela morte do filho, reivindicando a relação que tratamos anteriormente, da relação entre “patrono e cliente”. A outra demanda foi apresentada de forma sucinta e trata-se de ouvir a opinião de Paulo de Frontin sobre a questão da discriminação da Marinha¹⁶⁵. Pedidos desta natureza, demonstram também uma forma de intermediação. Neste nível de mediação, Paulo de Frontin foi solicitado para atuar como intermediário no contato entre agentes sociais que não teriam acesso por si ou acesso dificultado. Desta forma, este tipo de solicitação era para que Paulo de Frontin usasse suas “relações e poder” que servissem de ponte para alcançarem seus recursos.

¹⁶³ Trecho de carta de A. J Sampaio. Distrito Federal: 27 fev 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1288, Pasta 046.

¹⁶⁴ Trecho da carta de autor não identificado. Santo Antônio: 23 dez 1903. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Lata 1292, Pasta 113.

¹⁶⁵ Carta do Gabinete da City Improvements. Distrito Federal: 16 mar 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1292, Pasta 127.

Origem das Correspondências

Quadro 2: Origem das Correspondências por Estados (1903-1904)

Estado	Quantitativo	(%)
Capital Federal	86	68,8
Rio de Janeiro	12	9,6
São Paulo	2	1,6
Minas Gerais	2	1,6
Paraná	1	0,8
Internacionais*	6	4,8
Sem informação	16	12,8
TOTAL	125	100

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

*As correspondências internacionais foram (03) da França, (02) de Portugal e (01) da Alemanha.

A Capital Federal foi o centro do raio do relações de Paulo de Frontin, que estendeu-se até o estado do Rio de Janeiro. Isto fica evidente ao considerarmos as correspondências provenientes da Capital Federal (68,8%), seguidas pelo Estado do Rio de Janeiro (9,6%) e aquelas que não tiveram local declarado (12,8%) – representativos de 91,2% de todas correspondências. Esta concentração é explicada, em grande medida, pelos recursos de uma obra circunscrita ao espaço da cidade, executada por um grupo de engenheiros também com atuação na cidade.

Por tratarem-se de bens públicos federais, estes dados levantam a questão da concentração dos missivistas em uma região urbana, maior cidade do país e sede da Capital da República, o que expõe a complexidade da relação entre o poder central e o local. Na Capital, concentravam-se políticos com bases eleitorais de regiões distintas do Brasil (como veremos adiante), que também compunham a rede de relações da política carioca.

Além disto, tratar da cidade do Rio de Janeiro deste período pressupõe lidar com um universo social heterogêneo e complexo – conforme vimos no capítulo anterior. Este fenômeno da metrópole, como assinalou George Simmel, significa a diversificação dos círculos sociais e aumenta a mobilidade dos grupos de pertencimento. A vida na

metrópole como a Capital permitia a criação de vínculos sociais mais amplos e diferenciados; ao mesmo tempo em que afrouxam-se os laços dos indivíduos que lhes são mais próximos¹⁶⁶.

Os missivistas

Como vimos, as correspondências partiam, majoritariamente, da própria Capital Federal e do estado do Rio de Janeiro. Os seus autores foram diversos quantitativamente, 117, e em sua composição social. A abordagem deste arranjo de solicitantes indica para uma estrutura similar à de clientelas políticas em sociedades urbanas. Por conta do elevado número de correspondências, há a limitação deste trabalho de abordá-las individualmente. Diante disto, trataremos os missivistas dentro de sua composição social, pelo critério de ocupação – que foi a informação recorrentemente declarada.

Existe, metodologicamente, uma limitação para estabelecer critérios de agrupamento no interior de clientelas desta natureza, por conta da fragilidade da identidade social como grupos (partidários, sindicais, religiosos, etc.) no interior destas redes de relações. Isto porque, as relações de patronagem se caracterizam, do ponto de vista macrossocial, em vínculos construídos entre pactuantes, pautados por relações particularistas-afetivas entre o doador e o donatário¹⁶⁷.

Os missivistas desdobravam-se em uma composição social heterogênea, em um leque de 20 profissões, além dos desempregados e os que não foram identificados. Este dado indica para um universo de personagens oriundos de segmentos sociais distintos, sobretudo da Capital Federal. Vejamos o detalhamento no quadro abaixo.

¹⁶⁶ SIMMEL, George, op. cit, 1987.

¹⁶⁷ LUZÓN, Javier Moreno. , op. cit, 1999. p. 73-95

¹⁶⁷ LANDÉ, Carl H. Op. Cit, p. 13-27.

Quadro 3: Ocupação dos missivistas (1903-1904)

Profissão/Ocupação	Quantitativo	(%)
Engenheiro	27	23,07
Político*	17	14,52
Militares	11	9,4
Comerciante	7	5,98
Desempregado	6	5,12
Advogado	5	4,27
Juiz	3	2,56
Professor	3	2,56
Médico	3	2,56
Funcionário público	3	2,56
Eclesiástico	2	1,7
Empresário	2	1,7
Familiar	1	0,85
Mestre de Obras	1	0,85
Carteiro	1	0,85
Produtor de café	1	0,85
Técnico agrícola	1	0,85
Contabilista	1	0,85
Escriturário de Contabilidade	1	0,85
Ourives	1	0,85
Paisagista	1	0,85
Sem informação	19	16,23
Total	117	100

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Observações: a) As informações foram coletadas com base na ocupação que os próprios missivistas fizeram de si. Para os que não declararam, foi utilizado como fonte primária a imprensa, principalmente o *Almanak Laemmert* e, como fonte secundária, o Dicionário Histórico-Biográfico da Fundação Getúlio Vargas.

b) O quantitativo de missivistas (117) foi menor que o total de correspondências (125) porque houve missivistas que escreveram mais de uma correspondência.

* Nesta categoria foram agrupados os personagens que ocuparam cargos executivos e legislativos no Império e na República, como também possuidores de títulos nobiliárquicos.

Como podemos observar, a atividade epistolar de Paulo de Frontin englobava grupos sociais heterogêneos entre si, como profissionais liberais, agentes públicos, eclesiásticos e trabalhadores de parcelas mais pobres da população. Estas atividades atravessavam diferentes estratos da sociedade, desde as elite políticas até segmentos pobres da população. Embora a diversidade do ponto de vista da ocupação, houve maior recorrência dos missivistas engenheiros (23,07%), políticos (14,52%) e militares (9,4%). Algumas razões contribuem para explicar a tendência de maior atividade epistolar com estes três perfis de missivistas.

O acentuado número de cartas de engenheiros deve-se, em grande medida, por este ser um campo de trabalho diretamente relacionado com a atuação destes profissionais. Além disso, o destinatário era o presidente do Clube de Engenharia. Como foi tratado no capítulo anterior, Paulo de Frontin e a instituição estabeleceram uma relação de “dupla troca”, na qual o seu presidente esforçou-se em obter o reconhecimento dos membros do Clube, que lhe garantiam o posto de interlocutor dos engenheiros; e seus membros reconheceram que a inserção de seu líder junto à esfera do poder público lhes asseguraria os postos de trabalhos e empreendimentos como, neste caso concreto, foi a construção da Avenida Central.

A presença preponderante de missivistas políticos apresenta, de maneira mais evidente, a face da política formal e a possibilidade de atendimento às bases políticas destas correspondências. Elas são o vestígio do encontro de Paulo de Frontin com os políticos profissionais em torno de interesses relativos à construção. Este dado aponta, por um lado, para o fenômeno clássico do clientelismo político, que envolveu a distribuição de recursos públicos, de maneira particularista com forte apelo afetivo, realizada por agentes que controlavam recursos públicos desiguais. Por outro lado, os pedidos apresentam-se como convites a alianças políticas feitos ao diretor das obras. Isto contribui para romper com a noção do senso comum sobre quadros essencialmente técnicos do Estado dissociados dos conflitos de interesses da política formal.

Embora a relação dos militares com Paulo de Frontin fosse menos preponderante como a dos anteriores, a carreira militar esteve, historicamente, ligada à carreira de engenheiros. A geração de Frontin foi a primeira de engenheiros formados em escola civil – A Escola Politécnica. Até 1860, grande parte dos engenheiros eram militares, formados

na Escola Central, mantida pelo Ministério da Guerra¹⁶⁸. Este é um indício de como as relações entre personagens pertencentes a estes dois setores da sociedade esteve próxima.

Os restantes 53,1% pulverizavam-se em outras 17 profissões, desempregados e “sem informação”. Entre eles estiveram profissões distintas entre si, como profissionais liberais, magistrados, eclesiásticos, produtores e demais trabalhadores. Estes dados permitem afirmar que a diversidade de perfil destes missivistas indica para o contato de Frontin com agentes pertencentes a domínios sociais diversificados, ainda que de setores mais abastados da sociedade carioca.

Desta forma, relacionando a heterogeneidade dos missivistas ao expressivo número de demandas (77,6%), é possível considerar que estas cartas demonstram uma mediação política esperada por Paulo de Frontin como Diretor da Comissão Construtora da Avenida Central. Uma forma de mediação, contudo, peculiar de sociedades urbanas complexas, com *potencial de metamorfose*¹⁶⁹. Na multiplicidade dos contextos sociais da Capital, que se traduzia na existência de diversos *domínios e províncias de significados* que não eram, necessariamente, contínuos, havia a possibilidade de vínculos diferenciados que permitiam acesso aos recursos públicos.

Esta pluralidade de missivistas permitiu a Frontin o contato com diferentes grupos sociais, sendo solicitado a exercer um papel de mediador entre eles e os recursos públicos. Portanto, neste ponto do trabalho é possível considerar que estamos tratando de uma rede de relações complexa, em torno de um agente público, constituída, majoritariamente, por engenheiros, políticos, militares e uma gama mais diversificada de agentes sociais. Neste conjunto heterogêneo, predominavam personagens de setores letrados, mas não excluem a presença da população mais pobre da cidade, sobretudo, considerando o quantitativo de trabalhadores desempregados e aqueles que não foi possível obter informação.

¹⁶⁸ Sobre, ver CURY, Vânia, op. Cit, p. 68-71.

¹⁶⁹ Sobre a noção de “Metamorfose”, ver KUSCHNIR, Karina e VELHO, Gilberto, op. cit p. 81 -89.

As Amizades diferenciadas

Os missivistas encaminhavam suas demandas pautadas por vínculos de amizade, salvo 11,34% que não explicitam a palavra “amigo” ou correlatas. A reciprocidade, para estes missivistas, não era sinônimo de igualdade ou simetria. A rigor, por meio de uma linguagem ritualizada, repleta de formalidades, as suas performances revelam amizades diferenciadas, marcadas por algum nível de desigualdade.

Estas correspondências constituem-se em um espaço de troca de dádivas em torno bens públicos materiais. Por meio de um ritual que criava compromissos morais de dar, receber e retribuir entre seus pactuantes¹⁷⁰. Nestes rituais, os bens trocados não eram indiferentes, como também não eram, somente, recursos úteis economicamente. As trocas de dádivas eram feitas com bens materiais e imateriais – no qual trocavam-se amabilidades, serviços, lealdade, compromissos e a troca material era apenas um termo do contrato pessoal mais amplo e permanente.

Os missivistas recorriam na condição de donatários a bens materiais por meio do favor de Paulo de Frontin. A amizade, em seu sentido lato, pressupunha a relação afetiva pautada por sentimento de quem é amigo; por amor; dedicação; benevolência ou pacto de aliados¹⁷¹. A definição genérica da relação de amizade, no entanto, não resolve o problema, visto que em sociedades complexas há a possibilidade de construção de vínculos de reciprocidade diversos. Como vimos, pela ocupação daqueles que escreveram a Frontin, os laços de amizade eram reclamados por personagens de diversos setores da população (engenheiros, políticos, militares, comerciantes, empresários, magistrados, profissionais liberais e, em menor medida, trabalhadores mais pobres).

Procuramos, então, tratar a relação de amizade como uma categoria a ser elucidada do ponto de vista dos próprios missivistas em seu ato de encaminhar suas demandas. Interessa-nos a imagem que construíam si e que faziam de Paulo de Frontin nestes jogos de reciprocidade em que encaminhavam as demandas. O caráter de disputa e rivalidade

¹⁷⁰ Sobre as obrigações de dar, receber e retribuir da teoria de troca de dádivas, ver MAUSS, Marcel Mauss. Op. Cit, p. 243-258.

¹⁷¹ Sobre o verbete “Amigo” e “Amizade”, ver FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão, v. 1, 1899. p. 77.

que encerrava toda troca de presentes¹⁷², põe em perspectiva o nível de desigualdade entre estes personagens diferenciados, seja em relações que tendiam à simetria (troca horizontalizada entre pactuantes de prestígios equivalentes, mas que controlavam recursos diferenciados), seja em relações que tendiam à assimetria (troca verticalizada entre “fracos” e “fortes”, que pressupunha uma relação de subalternidade). É importante ressaltar que, mesmo na relação assimétrica, a posição reclamada de inferior, em muitos casos, era uma performance estrategicamente construída para legitimar o ato de pedir.

Observaremos, a partir de agora, as diversas formas de reciprocidade no interior dos três principais grupos de missivistas de Paulo de Frontin: os engenheiros, os políticos e os militares e dos demais em seu conjunto.

Amigos engenheiros

Os engenheiros fizeram parte do grupo que manteve maior atividade epistolar com Paulo de Frontin – 23,07% do total de correspondentes identificados. Eles trataram de demandas (70,3%), atividade empresarial (11, 1%), felicitações e agradecimentos (11,1%) e demais atividades técnicas e administrativas da Avenida Central (7,5%). As demandas continham, predominantemente, pedidos explícitos por emprego (15 cartas), indicação de nomes (3 cartas), uma para atuação em área de influência e sem informação (8 cartas).

Os missivistas eram, majoritariamente, engenheiros do Distrito Federal (62,9%), um de Valência (RJ), um de Cruzeiro (MG), Santos (SP) e Ponta Grossa (PR). Outros dois engenheiros brasileiros, em viagem pela Europa também mantiveram correspondência: um de Paris, que enviou carta de felicitações, e outro de Berlim, que informava Frontin sobre questões de calçamentos.

¹⁷² MAUSS, Marcel. Op. Cit,p. 191-194.

Na linguagem ritualizada que compunha a correspondência, os pronomes, adjetivos e advérbios utilizados na saudação e na subscrição compuseram a performance dos missivistas, indicando a imagem que fizeram de si e a de Paulo de Frontin.

Quadro 4: Tratamentos dos Engenheiros (1903-1904)

Posição de Paulo de Frontin pelos engenheiros	Posição dos engenheiros por eles mesmos
"Excelentíssimo Senhor Doutor André Gustavo Paulo de Frontin"	"Atento Venerador Obrigado"
"Ilustríssimo Mestre Doutor "	"Amigo e criado "
"Excelentíssimo Colega e Amigo Doutor "	" Amigo grato e colega admirador"
"Excelentíssimo Amigo e Senhor Doutor "	"Atento Criado Obrigado"
"Excelentíssimo Senhor Doutor "	Sem informação
"Ilustre e Prezado Amigo Senhor Doutor "	"Atento Admirador Amigo dedicado compadre e criado afetuoso"
"Prezado colega e amigo doutor "	" Amigo velho e colega muito grato"
"Prezado Senhor Doutor "	" Colega afetuoso e amigo muito grato"
"Companheiro amigo senhor Doutor"	" Amigo obrigado (...) colega "
"Prezado Distinto Colega "	" Colega amigo obsequioso"
"Prezado Amigo e Doutor "	"Sempre seu amigo muito grato"
"Prezado Doutor "	"Sempre colega e amigo "
" Amigo e Colega Doutor "	Sem informação
" Amigo Doutor "	Sem informação
"Meu caro Doutor "	"Afetuoso abraço do discípulo e amigo sincero"
"Meu caro Frontin"	" Colega e amigo "
"Meu Caro Mestre Doutor "	"Do seu discípulo e amigo sincero"
"Amigo Doutor Frontin"	Sem informação
"Amigo Doutor "	Sem informação
"Meu Caro"	" Colega , velho amigo e admirador sincero"
"Meu caro"	"Muito verdadeiro colega admirador"
" Amigo "	"Espero que V. Ex. fará o melhor e disporá do AMIGO "
"Frontin"	"Abraço afetosamente o Amigo Velho e Colega "
"Frontin"	" Discípulo sempre conhecido."; "Atencioso criado e obrigado"
"Frontin"	" Amigo "

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB. (Grifo nosso)

Observação: Os dados relativos aos quadros sobre o tratamento dos missivistas deste capítulo tiveram como inspiração a perspectiva adotada por José Murilo de Carvalho nas tabelas de natureza semelhante sobre as cartas enviadas a Rui Barbosa (1889-1891). Sobre, ver CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit, 2000.

O quadro indica como os engenheiros assumiram visões de si bastante distintas. Estes missivistas conjugavam maiores ou menores formalidades, o que se explica, em parte, que quanto maior a distância das posições ocupadas por eles, maior cerimônia em suas performances e mais evidenciada tornava-se a lógica assimétrica da relação patrono-cliente – como podemos perceber nos tratamentos “Venerador”, “Criado”, “Admirador”, “Discípulo”. Muito embora, a lógica não tivesse operado entre todos os engenheiros, sobretudo, entre engenheiros mais próximos. Estes abriam mão do excesso de formalidades, relevando uma relação mais horizontalizada, como é o caso do pedido de Vieira Souto (engenheiro e sócio de Frontin, que dirigiu a já mencionada Comissão Construtora das Obras do Porto) em um bilhete de uma frase pedindo ao seu indicado alguns minutos da atenção de Paulo de Frontin¹⁷³.

Neste ritual de trocas pautado por amizades desiguais foram centrais os tratamentos “colegas”, “discípulos e “criados”. É importante observar que o tratamento de “colega” foi recorrente apenas no interior deste grupo de missivistas, o que pressupõe a indicação de uma relação de pertencimento de uma corporação ou profissão, vínculos criados em espaços partilhados por eles, como a Escola Politécnica e o Clube de Engenharia. Como exposto na correspondência de José Murinho:

[...] Há dias escrevi-lhe uma carta, pedindo-lhe um lugar para o nosso André Guadie Lay e uma collocação para o Dr. Olavo França, preparador da minha consideração, engenheiro civil pela **nossa Escola** e que é seu conhecido por já ter-lhe sido recomendado há tempos pelo nosso amigo e colega Carlos Sampaio. Nenhuma resposta obtive e por isso fui pessoalmente procural-o **no Club de Engenharia** para entender-me consigo a esse respeito [...] ¹⁷⁴ (grifo nosso)

A posição desigual de “discípulo - mestre” esteve presente recorrentemente, em uma tentativa de evidenciar laços, já que Paulo de Frontin foi professor também da Escola Politécnica e liderava o Club de Engenharia.

¹⁷³ Bilhete de Vieira Souto. Distrito Federal: 17 fev 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1292, Lata 116.

¹⁷⁴ Carta de José Murinho. Distrito Federal: 4 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1292, Lata 132.

[...] Os ultimos jornaes chegados do Rio dão-me a agradável noticia do inicio das obras de embellezamento da nossa Capital e nas quaes o meu prezado Mestre e amigo tem tomado parte tão saliente [...] Ainda que bem longe da Patria, acompanho com mais vivo interesse esses trabalhos, e estou certo que os vindouros hão de render a devida homenagem aos que n'este momento estão concorrendo para esta tão reclamada necessidade! [...] E então terei o grande prazer vel-o collocado entre o grupo de patriotas a quem a Nação, reconhecida, deverá agradecer tão relevantes serviços [...] Peço que me recomende à sua Ex^{ma} Senhora e queira acceitar um affectuoso abraço do discipulo e amigo sincero.¹⁷⁵

Entre os engenheiros que assumiam o papel de “criados”, fica evidente a posição de clientes que construía, estrategicamente, em relação ao destinatário, pelo constrangimento que expunham de ocupar posições inferiores a de Frontin e o esforço para tornarem-se autorizados a realizar o pedido. Como escreveu o engenheiro de Santos,

[...] Uso da autorização que o senhor concedeu-me de escrever-lhe, mas ainda **assim peço desculpas para tal liberdade** [...] peço que creia nos sentimentos de verdadeira estima, admiração e o afetuoso apreço que lhe atribuo [...] ¹⁷⁶(grifo nosso).

E

[...]Tanta vez tenho abusado da complacencia do meu Illustre Mestre, que é **com verdadeiro constrangimento** que me animo a dirigir estas poucas linhas [...] bem compreendo que sou um tanto impertinente em reiterar o meu pedido, mas as condições especiais me obrigam a assim proceder [...] ¹⁷⁷(grifo nosso).

Ou aquele que se qualificou como um “Amigo criado”, justificou a sua demanda como um ato de rogar, uma ação de pedir insistentemente e que demonstra humildade e subalternidade, comumente utilizada em rituais religiosos;

[...] Roga o seu admirador , amigo e discípulo a bondade de beneficiar o portador [...] Elle se satisfaz com um modesto lugar de apontador fiscal, chefe de turma de serventes, escripturario e etc [...] por isso me animo de pedir aquela

¹⁷⁵ Trecho da carta de Mário Valadares. Paris: 2 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1290, Lata 007.

¹⁷⁶ Trecho da carta de Manuel Perdigão. Santos: 16 dez 1903. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1280, Pasta 007.

¹⁷⁷ Trecho da carta de Arthur Carlos Moreira. Ponta Grossa: 02 fev 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1292, Pasta 115.

proteção [...] Além disso sua proverbial delicadeza de acordo com as atenções que me ha dispensado, servirão de escudo ao meu arrojo [...]¹⁷⁸

A ação dos engenheiros, no entanto, não era encaminhada somente no sentido colocar-se em uma posição de clientes. Por tratarem-se de trocas, estava em jogo outros esforços de tornar o pedido eficaz e, para isto, a sua linguagem compunha elementos que justificavam seu valor como mercedores. Desta forma, a referência à lealdade, como é possível observar no último quadro das posições que faziam de si; como também como chefes de família e à saúde de Paulo de Frontin, em um esforço de aproximação de laços e de demonstração do desinteresse pelo bem solicitado.

Outra demonstração do merecimento foi a explicitação da influência que estes engenheiros tinham, também, como possíveis mediadores de recursos públicos. Por conta disto, justifica-se a presença dos papéis timbrados de repartições públicas, do ponto de vista de possíveis retornos de recursos neste jogo de reciprocidade. Colocar-se à disposição, nestes casos, significava explicitar a sua capacidade de realizar contrapartidas. Os papéis timbrados dos engenheiros referem-se à Estrada de Ferro Central do Brasil (Escritório do Sub-diretor de Tráfego e Gabinete do Diretor)¹⁷⁹, Estrada de Ferro Minas e Rio¹⁸⁰, Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (Direção Geral de Engenharia)¹⁸¹. A utilização destes papéis oficiais conjugada com os tratamentos pautados em vínculos, sobretudo, de amizade, revela como o formal e informal se conjugavam nestas cerimônias.

O reconhecimento do prestígio de Paulo de Frontin, na apresentação das demandas como “Doutor”, foi parte essencial neste ritual. Não somente entre os engenheiros, mas por todos demais missivistas. Nesta palavra reside uma ambiguidade da tradição brasileira que não é possível distinguir o sentido que os missivistas deram ao termo. A ambiguidade é que, pela norma culta, a palavra refere-se à titulação acadêmica, mas foi tradicionalmente utilizada como pronome de tratamentos para médicos, engenheiros e

¹⁷⁸ Trecho da carta de Manoel Gonçalves Campelo França. Distrito Federal: 18 mar 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1288, Pasta 065.

¹⁷⁹ Carta de Luiz da Nobrega. Rio de Janeiro: 4 jun 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1285, Pasta 023 e Carta de José Ricardo de Albuquerque. Rio de Janeiro: 23 fev 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1292, Pasta 121.

¹⁸⁰ Carta de Manuel Buarque de Macedo. Cruzeiro: 24 fev 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1292, Pasta 122.

¹⁸¹ Carta de Manuel Gonçalves Campelo França. Rio de Janeiro: 18 mar 1904 Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1288, Pasta 065.

advogados, como um forma de distinção social. O importante, no entanto, é destacar como a palavra “Doutor” demarcava, na perspectiva do missivista, uma posição de reconhecimento e distanciamento social.

Como podemos ver abaixo, as justificativas das demandas também eram um misto de bens materiais, com valores imateriais e afetividades. Nem todos os missivistas apresentavam justificativas, sobretudoos aqueles mais próximos no qual estas questões estavam implícitas, mas tinham aqueles que alongavam-se na apresentação de seus pleitos. Como no caso deste engenheiro:

[...]Vim hoje aqui unicamente a mandado de meu irmão May, no sentido de pedir mais uma vez ao meu mestre uma collocação nas obras da avenida, para o recomendado de meu irmão, o Sr. Dario Novaes, academico de medicina e que já foi recomendado ao meu mestre, que prometeu attendel-o [...] Si, por meu lado, alguma cousa valho para o meu mestre e amigo faço todo o empenho em que o candidato de meu mano attenda a collocação pretendida, pois elle merece e necessita de sua valiosa proteção [...] A collocação que elle deseja é uma collocação modesta de escripturario ou auxiliar de escripta, pois entende muito de partidas simples [...] Creia o meu mestre que às muitas atenções e provas de amizade que lhe devo, ficaria satisfêitissimo si lhe devesse mais esta [...] Quanto à minha entrada para o Club, peço-lhe que não esqueça de que me prometeu.[...] ¹⁸²

É possível evidenciar neste pedido, pela sua riqueza de detalhes, como a prática política destes personagens conjugava as mais diversas instituições, como a casa, as relações profissionais, um direito pessoal, sustentado por vínculos afetivos de amizade e de lealdade. Na performance deste missivista a justificativa da aptidão, “acadêmico de medicina”, legitimava uma proteção provavelmente para continuar os estudos, conjuntamente com outros elementos, como a “recomendação”, a referência a uma colocação modesta que não causaria impactos nos custos da construção, aproveitando, ainda, para cobrar outra promessa.

Como vemos no quadro abaixo, as justificativas dos engenheiros eram sustentadas como um favor, tendo vínculos tanto materiais (necessidade e competência) associados com afetividades e valores como a necessidade de proteção e generosidade, um vínculo típico das relações patrono-cliente.

¹⁸² Trecho da carta de Hermann. Distrito Federal: 23 fev 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1292, Pasta 119.

Quadro 5: Justificativas dos engenheiros (1903-1904)

Motivo	Ocorrências
Favor/Obséquo	16
Necessidade material	9
Generosidade	9
Competência Profissional	6
Proteção	5
Bondade	3
Benevolência	2
Delicadeza	2
Promessa	2
Benefício	1
Complacência	1
Cavalheirismo	1
Consideração	1

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Observação: Os termos acima foram coletados por incidência nas correspondências e agrupados nestas categorias. Todos os quadros sobre justificativas dos missivistas deste capítulo seguirão o mesmo critério.

As correspondências dos engenheiros, em seu conjunto, evidenciam como o acesso a recursos públicos era feito por meio de trocas pautadas em relações pessoais, com forte traço afetivo (generosidade, bondade, benevolência, delicadeza, complacência, cavalheirismo, consideração), mas que possuíam em comum uma lógica de reciprocidade profissional. A posição que reclamavam para si e para Frontin, neste ritual de troca, demonstra a desigualdade entre estes personagens, no interior de uma estrutura hierarquizada. Em suas performances criaram uma legitimidade similar à de trocas de dádivas, compromissos que se construía de maneira desinteressada e dívidas que se pagariam de forma difusa e duradoura.

Amigos políticos

Os políticos representaram o segundo grupo com maior atividade epistolar preservada. Em sua totalidade, 80% eram sobre demandas, 15% sobre assuntos técnicos e administrativos (ofícios ministeriais e decretos de nomeações) e 5% não possuíam informação. O universo dos pedidos constituiu-se, basicamente, em demandas por emprego (12 cartas) e apresentações, nas quais não se declarou o recurso (4 cartas). Os políticos escreveram do Distrito Federal (60%), Portugal (10%), Estado do Rio de Janeiro (5%), de Minas Gerais (5%) e os demais 20% não informaram ou estão ilegíveis. Conforme o quadro abaixo, que considerou a base política destes solicitantes, fica evidente como este grupo, mesmo com concentração na Capital, tinha a origem de suas bases políticas mais ampla, do ponto de vista geográfico.

Quadro 6: Origem dos políticos por países/estados brasileiros (1903-1904)

Nome	Estados
Manuel Martins Torres	Rio de Janeiro
“Barão” de Santa Margarida	
“Barão” de Vargem Alegre	
Custódio José Coelho de Almeida	
“Barão” de Ouro Preto	Minas Gerais
Joaquim Gonçalves Ramos	
Henrique Sales	
Alcindo Guanabara	Distrito Federal
Manoel Joaquim Valladão	
Lauro Severino Muller	Santa Catarina
Hercílio Luz	
Marquês D'Avila e Bolama	Portugal
João de Sá Camelo Sampreia	
Henrique Coutinho	Espírito Santo
Antônio Francisco Azeredo	Mato Grosso do Sul
A. Índio do Brasil	Pará
Victorino Monteiro	Goiás

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Somente dois políticos tinham base eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, como aponta o quadro acima. Havendo maior número de representantes dos demais estados,

sobretudo do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O que não significa que a presença de políticos destes estados tenha sido predominante, já que existiam outras maneiras usualmente utilizadas para o encaminhamento dos pedidos – como o contato “face-a-face”. A informação significativa do quadro é a dimensão complexa entre a rede de relações local da Capital com os representantes de políticos das demais regiões. O fato da cidade exercer a função de centro do poder federal, foi um facilitador da criação de vínculos e compromissos entre as lideranças locais, como Paulo de Frontin, e políticos de localidades mais heterogêneas. Neste sentido, do ponto de vista dos compromissos pessoais, a relação entre poder local e central conjugava-se.

O quadro indica uma atividade epistolar de personagens que foram políticos no Império e possuíam título nobiliárquicos. Mesmo após a proclamação da República, em 1889, quando foram extintos os foros de nobreza, o uso dos títulos nobiliárquicos continuaram possuindo um valor de prestígio dentro da estrutura de poder do regime republicano. Estes personagens continuaram exercendo influência e integrando-se nos quadros do poder público. Isto é mais um indício de como estas trocas não operavam somente na relação do recurso público direta com o voto, ela dava-se em relação a diversos níveis de prestígio político.

Diferentemente dos engenheiros, os políticos encaminhavam os pedidos, em seu conjunto, de forma menos hierarquizada. A dinâmica da reciprocidade no interior deste grupo tendia à amizade sustentada em bases mais simétricas. Embora, a simetria não significasse igualdade de posições, uma vez que o prestígio destes personagens era estruturado em espaços de atuação e no controle de bens (materiais e imateriais) diferentes. Vejamos o quadro com o tratamento que os políticos fizeram de si e de Paulo de Frontin.

Quadro 7: Tratamentos dos Políticos (1903-1904)

Posição de Paulo de Frontin pelos políticos	Posição dos políticos por eles mesmos
“Excelentíssimo (...) e Senhor Doutor ”	“Muito admirador e muito obrigado ”
“Senhor Engenheiro Chefe da Comissão Construtora da Avenida Central”	“Saude e Fraternidade”
“Ilustríssimo Amigo e Senhor Doutor ”	“ Amigo atencioso e muito obrigado ”
“Ilustríssimo e Excelentíssimo Doutor ”	“Concidadão, amigo e (...)”

“Frontin”	“ Amigo sincero”
“ Amigo Doutor ”	“Colega obrigado ”
“Prezado Amigo Doutor ”	“ Amigo admirador”
“Meu Caro”	“ Amigo Afetuosíssimo e particularmente obrigado ”
“Ilustríssimo Amigo Doutor ”	“ Amigo muito atento e obrigado ”
“Prezado e Amigo Doutor ”	“Compadre e amigo afetuoso”
“Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor e muito Prezado Amigo ”	“Seu muito amigo e muito obrigado ”
“Meu caro Dr. ”	Sem informação
“Excelentíssimo Senhor Doutor ”	Sem informação
“Distinto Amigo Doutor ”	Sem informação
“Ilustre e prezado Amigo Doutor ”	Sem informação
“ Amigo Doutor ”	Sem informação

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB. Grifo nosso.

Como é possível observar, a troca entre os políticos e Paulo de Frontin foi pautada pelo vínculo de amizade e reconhecimento de prestígio, como indica a recorrência dos tratamentos “Amigo” e “Doutor”. Em relação à visão que estes agentes fizeram de si, eles reclamavam um vínculo de amizade acompanhada de palavras que remetiam à dívida de gratidão e obrigações criadas pelos seus pedidos sem, com isso, reivindicar posições de inferioridade (como entre parcela dos engenheiros), embora o fato de tornar-se “obrigado”, por si, era uma condição de desigualdade.

Uma particularidade da performance dos políticos foi a maneira sucinta com que apresentaram suas demandas, alguns deles a fizeram em cartões de visita (6), com tamanho aproximado de 10cm por 6cm. Foram recorrentes entre estes missivistas o uso também de timbres de repartições públicas (Intendência Municipal da Capital Federal¹⁸³, Diretoria Geral de Viação e Obras Públicas¹⁸⁴ e, de Portugal, a Direção Geral dos Trabalhos Geodesicos e Topographicos do Gabinete do Diretor Geral¹⁸⁵), papéis gravados com os cargos de “Ministro de Portugal”, “Deputado por Minas Gerais”, “Senador do Espírito Santo” e monograma com as letras IB, do deputado Índio do Brasil.

¹⁸³ Carta de Manoel Joaquim Valladão. Distrito Federal: 25 fev 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1322, Lata: 032.

¹⁸⁴ Carta de Lauro Severino Muller. Distrito Federal: 09 mai 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1288, Lata: 054.

¹⁸⁵ Carta do Marquês D’Avila e Bolama. Lisboa: 16 set 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1290, Lata: 009.

Não costumavam comentar sobre as questões das disputas entre eles e nem se identificar como políticos, ao mesmo tempo em que reclamavam uma relação institucional, como vimos nos usos de papéis oficiais, a relação era pautada por vínculos de amizade. Isto demonstra como neste ritual de troca, o oficial e o informal se conjugavam. Além disso, nem todas as cerimônias precisavam ser feitas, porque a condição de amigos “iguais” ou de amigos “fortes” fazia com que as regras de reciprocidade entre eles estivessem implícitas. O silêncio sobre questões políticas demonstra como o mundo da política estava associado ao mundo dos interesses, das negociações, que era justamente o avesso destes rituais aparentemente desinteressados.

Um político que fugiu a esta convencionalidade foi o senador pelo Espírito Santo, Henrique Coutinho. Pela riqueza de informações de seu pedido, Coutinho revelou traços dos aspectos implícitos desta forma de relação – principalmente a rivalidade que foi a base da trocas de recursos:

[...] não pude nomeal-o [o recomendado]por ocasião das primeiras nomeações, mas que se esforçaria para o fazer quando tivesse de fazer novas nomeações, vou de novo pedir que embora não tenha eu o direito de solicitar favores a V. Ex.a, se digno prestar sua benevolencia ao pedido que lhe fiz e que reitero relativo a este moço que é digno da proteção de V. Ex.a [...] Não podendo dispor de muito tempo para estar ao lado do Snr. Anphiloquio solicitando esse emprego ou para melhor um emprego com q. elle possa viver, para isso q. em breve vou assumir as redeas do governo de meu Estado, não tenho remedio senão importunar a V. Ex.a que gentil e humanitario como é, não deixará de me atender [...] Sempre as ordens de V. Ex.a sou com muito respeito e consideração [...]¹⁸⁶

É possível notar a forma com a qual o senador capixaba reivindicou uma posição inferior, de humildade, dentro do cerimonial da realização do pedido. A lógica da relação de amizade que se estabeleceu, neste caso, não foi a de “fraco e forte” (patrono-cliente), e sim entre fortes. Ele revela, de forma sutil, um dos aspectos dos rituais de dádivas que é a rivalidade entre os pactuantes. A honra e o prestígio estiveram associados à capacidade do doador de distribuir benefícios e o princípio da disputa foi a base destas relações entre personagens iguais. Em outras palavras, o estatuto de prestígio esperado de Paulo de Frontin, pelo político, residia justamente na condição de conceder recursos públicos. E, nestes termos, a desigualdade que se verifica não foi o nível de prestígio entre missivista

¹⁸⁶ Carta de Henrique Coutinho. Distrito Federal: 05 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1292, Lata 134.

e destinatário (donatário e doador da relação de troca), mas o fato do senador capixaba não controlar os recursos que Frontin controlava. Desta forma, este político precisou compor toda cerimônia para o encaminhamento do seu pleito. Provavelmente, por não participar do círculo de amizades próximas do engenheiro, foi a condição que o levou a explicitar quem era e o que viria a ser (presidente do estado do Espírito Santo), isto sem abrir mão da afetividade que compunha o ritual

As justificativas dos políticos, embora menos declaradas, indicam como as demandas deste grupo também eram pautadas entre favores de amigos, em uma relação de troca de bens públicos marcada por um forte caráter de afetividade.

Quadro 8: Justificativas dos políticos (1903-1904)

Motivo	Ocorrências
Favor/Obséquio	8
Competência Profissional	3
Necessidade Material	3
Bondade	2
Benevolência	2
Proteção	2
Fineza	2
Gentileza	1
Humanidade	1
Interesse Público	1

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Diante do que foi apresentado, é possível considerar que os políticos também mantiveram com Paulo de Frontin uma relação de dádivas em torno dos bens públicos. Com a peculiaridade de estabelecerem com ele relações que tendiam à simetria de posições. A troca, no entanto, pressupunha dívidas e compromissos que se revelavam em posições de inferioridade assumidas na formalidade do pedido. Neste jogo de reciprocidades entre atores de prestígio, a face desinteressada da doação de recursos públicos ocultava a disputa que se travava em relações desta natureza. Raras vezes explicitadas, como o fez o senador capixaba, que de forma cortês, para ter seu pedido atendido, explicitou seu poder político e sua capacidade de retribuir o favor em breve.

Amigos militares

Os militares enviaram 13 demandas e um convite para o lançamento da Pedra Fundamental e procissão cívica para sarcófago Floriano Peixoto¹⁸⁷. Os conteúdos dos pedidos consistiam, basicamente, em emprego e um por indenização, que vieram maciçamente da Capital (92%) e do estado do Rio de Janeiro (8%). Oriundos de patentes mais altas das forças armadas, entre eles havia um marechal, quatro generais, um tenente e um não identificado. Vejamos no quadro abaixo o tratamento dos militares:

Quadro 9: Tratamentos dos militares (1903-1904)

Posição de Paulo de Frontin pelos militares	Posição dos militares por eles mesmos
“Prezado Amigo Doutor ”	“ Amigo afetuoso e obrigado ”
“ Amigo Doutor ”	“De seu amigo ”
“ Amigo Excelentíssimo Senhor Doutor ”	“ Amigo obrigado do coração”
“Excelentíssimo Doutor ”	“ Amigo admirador e muito grato”
“ Doutor ”	“ Amigo dedicado”
“Excelentíssimo Senhor Doutor André Gustavo Paulo de Frontin”	“ Amigo Respeitador e sincero admirador”
“Excelentíssimo Senhor”	“Saúde e fraternidade”
“ Amigo Excelentíssimo Doutor ”	“ Amigo admirador e (...) grato”
“Meu bom amigo Doutor ”	“ Amigo respeitador obsequioso criado”
“Excelentíssimo Senhor Doutor ”	“Afeiçoado, venerador e criado”
“Excelentíssimo Amigo Senhor Doutor ”	“Vosso amigo muito grato e admirador”

Fonte: Correspondências da série passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

¹⁸⁷ Convite de Gomes de Castro. Distrito Federal: 19 jun 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1291, Lata: 141.

A relação dos militares com Paulo de Frontin, em torno de recursos públicos também foi pautada pelos vínculos de amizade e prestígio e, em seu conjunto, tenderam à simetria de relações, fato que se deveu, em grande medida, pelas patentes dos militares que concentravam-se entre oficiais (superiores, gerais e subalternos). Embora a posição de “criado” tenha sido reclamada pelos majores Antônio José de Mello Junior¹⁸⁸ e Joaquim Vieira de Almeida¹⁸⁹. Com demonstra o quadro acima, os vínculos reivindicados variavam, mas mantiveram a relação entre amigos que possuíam compromissos de gratidão e dívida pessoal.

Os militares também acompanharam o ritual até aqui apresentado, como demonstra o quadro 10. As justificativas de suas demandas por recursos públicos giravam em torno de valores e crenças, semelhantes aos vínculos de trocas de dádivas.

Quadro 10: Justificativas dos militares (1903-1904)

Motivo	Ocorrência
Obséquio/Favor	6
Amparo/ Proteção	2
Promessa/Compromisso	2
Justiça	1
Gentileza	1
Justiça	1
Necessidade material	1
Bondade	1

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Os demais amigos

¹⁸⁸ Carta enviada por Antônio José de Mello Junior. Distrito Federal 19 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1322, Lata: 036.

¹⁸⁹ Cartão de visita enviado por Joaquim Vieira de Almeida. Distrito Federal: 7 mar 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1288, Lata: 050.

Os demais missivistas foram responsáveis por 57, 73% das demandas preservadas enviadas a Paulo de Frontin. Eles foram compostos de grupos sociais heterogêneos, conforme é possível perceber nas suas ocupações, de 15 profissões distintas identificadas, além dos desempregados e aqueles sem informação. Suas correspondências eram endereçadas do Distrito Federal (72%), Estado do Rio de Janeiro (14%), de São Paulo (3%) e 11% não foram declaradas. Vejamos abaixo o quadro de demandas por ocupação.

Quadro 11: Demandas por ocupação dos “demais amigos” (1903-1904)

Profissão / Ocupação	Quantitativo de Demandas				Total
	Emprego	Imobiliária	Indenizatória	Não declarada	
Desempregado	7	0	0	0	7
Empresários	5	0	0	0	5
Advogados	3	0	0	2	5
Comerciantes	1	1	1	0	3
Professores	2	1	0	0	3
Juízes	1	0	0	1	2
Médicos	2	0	0	1	3
Funcionários Públicos	1	0	1	1	3
Eclesiásticos	2	0	0	0	2
Familiar	1	0	0	0	1
Mestre de Obras	1	0	0	0	1
Carteiro	1	0	0	0	1
Produtor de café	0	1	0	0	1
Técnico agrícola	1	0	0	0	1
Contabilista	1	0	0	0	1
Escriturário de Contabilidade	1	0	0	0	1
Sem informação	10	1	1	4	16
Total	40	4	3	9	56

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Observação: O quantitativo por profissão deste quadro (40) é menor que o apresentado no quadro geral (62) porque não foram todos os missivistas que enviaram demandas e alguns deles enviaram mais de uma.

Os recursos públicos solicitados por estes missivistas seguiram a tendência geral dos correspondentes: majoritariamente vagas de emprego (40), seguida das demandas não declaradas (9), imobiliárias (4) e indenizatória (3). Tratar os pedidos no interior de cada profissão excederia o tamanho previsto deste trabalho, por conta do excessivo número de correspondências. Além disto, as poucas fontes no agrupamento por profissões poderiam induzir a análises pontuais que não necessariamente correspondessem ao grupo. Por estas

razões, trataremos estes demais missivistas em seu conjunto. O quadro abaixo lista as justificativas declaradas no encaminhamento de suas demandas.

Quadro 12: Justificativa dos “demais Amigos” (1903-1904)

Motivo	Ocorrência
Obséquio/Favor	36
Necessidade material	18
Amparo/ Proteção	10
Competência	10
Benevolência	8
Bondade	4
Promessa/Compromisso	2
Generosidade	1
Necessidade de saúde	1
Fé	1
Graça	1
Delicadeza	1
Justiça	1
Gentileza	1
Justiça	1
Educação	1

Fonte: Correspondências da série passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

O quadro geral de justificativa dos “demais amigos” evidencia como também para estes missivistas, o acesso a recursos públicos encontrava-se em razão de vínculos pessoais de amizade e de favores. A diversidade de justificativas reafirma como nestes rituais de troca, estes personagens criavam uma legitimidade própria para o acesso a bens públicos materiais, permeado por componentes imateriais como valores de justiça e aqueles associados à religiosidade (como a graça e a fé), competência pessoal, familiar ou profissional. Muitos destes solicitantes seguiam o ritual de colocaram-se na condição subalterna de um devedor, reconhecendo o prestígio e coberto de afetividade, como neste caso:

[...]No fim desta, verá V. Ex^a um nome obscuro sem um amparo se quer, de outro nome ilustre, que advogue perante V. Ex^a o pedido

que faz [...] hoje sou maior de 60 anos e lembrei de dirigi-me a V. Ex^a como antigo companheiro em que esforçara-me, como **soldado cheio de entusiasmo, na campanha honrosa, na qual V. Ex^a como nosso **chefe supremo**, conseguiu trazer a água para a Capital em 6 dias!! [...] Ofereço-me novamente **como humilde e fraco soldado**, qualquer que seja o posto que V. Ex^a me designar saberei correr ao menor acesso **do meu general tão querido** desde então [...]**¹⁹⁰ (Grifos nossos)

Não foram apenas as camadas mais abastadas que construíam vínculos pessoais com agentes do Estado, como acompanhamos até aqui. Os trabalhadores, em menor número, também encaminharam seus pleitos. Neste jogo de reciprocidade, entre personagens desiguais, o pedido de Gaudêncio Barros reforçou a dimensão assimétrica destes rituais de troca. O missivista, desempregado, lançou mão, estrategicamente, da metáfora hierárquica militar para demonstrar sua subalternidade e lealdade, que eram bens imateriais fundamentais nestas trocas. Ao colocar-se na condição de “humilde e fraco soldado” em contraposição ao “general tão querido”, o missivista acionava um dos elementos centrais deste ritual, que era o reconhecimento do prestígio pessoal de Paulo de Frontin. Além disto, recorreu ao episódio da “Água em Seis Dias”, já tratado no capítulo anterior, que foi uma narrativa utilizada como marco fundador da trajetória pública de Paulo de Frontin como engenheiro.

Outro expediente realizado foi a associação da competência profissional com o favor pessoal. Ao observarmos o quadro 12, constatamos que a “competência” foi uma justificativa explicitada nos pedidos. Este dado demonstra como existia uma relação entre o favor, associado com regras de direito pessoal e de dádivas, e o mérito, associado com o direito impessoal. Neste caso, Gomes Carmo levou esta questão às últimas consequências e demonstrou como a lógica da dádivas e do merecimento profissional não eram excludentes nestas relações:

[...]Trouxe o Jornal de 12 numa noticia em que a mangueira é atacada como sendo impropria para a arborizar a Avenida Central; eu procuro rebater as allegações alli exoratas, opondo com argumentos os factos por mim observados. Creio que a Comissão acertou escolhendo a mangueira e não deve abandonal-a sob pena de fazer obra manquée. O futuro dil-o-á. Já procurei V. S.^a diversas vezes para fallar-lhe a respeito da arborização da Avenida, mas tanta gente sempre, que tenho desistido. **Julgando-me habilitado a poder executar aquelle serviço a contento de todos e não sendo o lugar**

¹⁹⁰ Carta de Gaudêncio Aristides Leal de Barros. Valença: 26 mar 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1288, Pasta 068.

preenchido por concurso, tenho recorrido a amigos que me apoiam, o que fazem contando maior satisfação que eu tenho estudos especiais sobre a materia e demais sou portador dos mais honrosos documentos provando quanto tenho sido feliz nas comissões que tenho desempenhado em Minas, S. Paulo e Pará. Os meus am^o Dr. Assis Brasil, Candido Bezerra e Candido Paes Leme me recomendam honrosamente ao Dr. Muller. A V. S.^a ja fui apresentado e recomendado pelo venerado Dr. de Saldanha da Gama e Castro Barbosa. **Sem mais faltará, pois, desde que sou apoiado pelos technicos e pelas influencias politicas.** No caso de V. S.^a tomar-me para seu auxiliar, **eu lhe pediria o favor de mandar chamar-me sem perda de tempo; pois o tempo está passando e arvores para ornamentar não se apanham nos mattos; é preciso formal-as sob os artificios da technica agricola.** Si V. S.^a estiver na disposição de tomar-me para aquelle serviço e quiser ouvir-me previamente, peço as suas ordens para a R. do Ouvidor, 45 e eu irei ter onde me for determinado. [...] ¹⁹¹(Grifos nossos)

Este trecho da carta do técnico agrícola Gomes Carmo é significativo em apresentar como a lógica de dádivas não era o avesso da lógica do direito impessoal. As relações pessoais e impessoais conjugavam-se na ação política destes personagens. A explicitação de Gomes Carmo de que “Sem mais faltará, pois, desde que sou apoiado pelos technicos e pelas influencias politicas” comprova esta complexa associação. Longe de apresentar-se como “cliente”, reivindicando posições de subalternidade para conseguir o favor de Frontin, sua performance foi marcada por uma demonstração de força. Em certos momentos, beirando a um grau de superioridade, como nesta passagem: “eu lhe pediria o favor de mandar chamar-me sem perda de tempo; pois o tempo está passando e arvores para ornamentar não se apanham nos mattos”.

2.8 Os intermediários

Foi expressivo o quantitativo de missivistas que atuaram como intermediários no encaminhamento de demandas. Os agentes que mediarão o contato com Paulo de Frontin representaram 52% do total de cartas, os que escreveram em benefício próprio, 38%, e 10% não informaram. A prática de indicação de nomes para obtenção de benefícios públicos por meio de empenhos pessoais é conhecida como “apadrinhamento”,

¹⁹¹ Trecho da Carta de A. Gomes Carmo. Capital Federal: 13 mar 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1292, Pasta 125.

“pistolão”, “proteção”, “recomendação”, “intermediação”, etc. Estes termos possuem um acento pejorativo por serem associados à elementos deformadores do sistema político brasileiro, tanto no meio político, como na literatura, desde o final do Império e início da República¹⁹².

Na perspectiva dos missivistas de Paulo de Frontin, no entanto, não esteve presente a visão das suas próprias práticas como danosas ao erário público ou à impessoalidade burocrática. Eles percebiam as indicações justificáveis pelas complexas regras de legitimidade que construíam para si, como vimos. Para estes personagens, a proteção por parte do Estado, por meio de vínculos pessoais com seus agentes, era sustentada por vínculos de amizade (ainda que desiguais) e não nas categorias referidas acima, vinculadas a ideias de favorecimento por algo imerecido, do ponto de vista da igualdade de direitos e da isonomia.

Em seu conjunto, a proteção dos intermediários se revelou como mais um nível de mediação entre personagens que ocupavam espaços sociais diferentes, em busca de recursos públicos. É importante lembrar que não tratamos aqui de um gestor de recursos públicos como político profissional ou exercendo um cargo eletivo. Paulo de Frontin, no exercício da função de Diretor de obras, era quem exercia grande influência na distribuição de recursos públicos sem, com isso, atuar diretamente na política formal. Esta distinção é necessária porque mostra que estamos diante de um caso particular, no qual o problema da relação entre o público e o privado e dos compromissos políticos construídos, por meio da distribuição de recursos públicos, assumem características peculiares.

Os dados dos pedidos enviados a Paulo de Frontin apontam para um caso particular de mediação política, porque ambas práticas possuíam recorrências significativas – pedidos através de intermediários (52%) e diretamente para Frontin (38%).

A composição social dos intermediários seguiu a mesma tendência geral dos correspondentes. Houve a predominância de intermediários engenheiros (32%), políticos (20%) e militares (9,2%), seguidos de advogados (6,1%), comerciantes (4,6%), juizes (4,6%), professores (3%), funcionários públicos (3%), eclesiásticos (1,5%), médicos (1,5%) e sem informação (12,3%). Estes dados apontam para a proeminência de

¹⁹² Sobre, ver CARVALHO, José Murilo de. Op Cit, 2000.

engenheiros nestas práticas e de uma gama de outros profissionais. A recorrência de intermediários políticos é expressiva, mas não é majoritária. Neste sentido, é possível considerar que estes políticos, com suas respectivas clientelas, tiveram contato relevante com Paulo de Frontin, facilitado por meio da distribuição dos recursos da obra.

Estas relações de mediação também operavam segundo a lógica de troca de dádivas. Na ritualização do pedido, o intermediário tornava-se um elo entre o solicitante e Paulo de Frontin – sem o qual estes últimos não teriam contato ou seu contato seria mais difícil. Era na realização do empenho que a indicação construía dívidas com Paulo de Frontin. Nestes trocas, o vínculo de reciprocidade criava compromissos entre os três pactuantes: 1) Paulo de Frontin, o intermediário e o indicado (donatário de ambos outros).

Um apontamento claro do vínculo existente entre ambos foi a existência do único intermediário que disse não conhecer o missivista. Revelando a preocupação de associar o seu prestígio à pessoa indicada e, desta forma, demonstrando como os indicados assumiam também funções importantes nestas intermediações.

[...]Minhas saudações e à todos da Ex^{ma} Família [...]A presente tem por fim pedir-lhe, em termos, um lugar nas obras do melhoramento do porto desta Capital para o sñr. Romeu Soares de Souza, a quem não conheço, mas garante-me a pessoa que por elle se interessa, ter habilitações, principalmente em desenho, e excelente conduta. [...]¹⁹³

Esta exceção do então ministro do STF, André Cavalcanti, demonstra a preocupação de vincular o seu prestígio com a imagem do indicado, mesmo assim ressaltando seus atributos pessoais e profissionais. A preocupação com o intermediado demonstra o vínculo entre os mediadores e Paulo de Frontin. E, portanto, nestas trocas, o recurso que o intermediário tinha a oferecer era sua própria rede de relações.

¹⁹³ Carta de André Cavalcanti. Distrito Federal: 04 mar 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1290, Lata 006.

As correspondências enviadas a Paulo de Frontin no primeiro ano das obras de Construção da Avenida Central concentraram-se na própria cidade e versaram, predominantemente, sobre demandas por recursos das obras. Os bens materiais solicitados pelos missivistas foram por postos de emprego, indenizações, favorecimentos imobiliários e outros não declarados. Como vimos, estes missivistas pertenciam a grupos sociais heterogêneos, havendo, no entanto, a predominância de setores mais abastados da sociedade carioca, sobretudo de engenheiros, políticos e militares.

Através do ritual do encaminhamento de seus pedidos, foi possível consolidar a hipótese de que personagens de parcelas da sociedade carioca, diversos entre si (elites políticas, profissionais liberais, militares, comerciantes, empresários, magistrados, eclesiásticos e, em menor medida, os setores mais pobres da população) construía uma legitimidade própria em sua relação de interesse com o Estado. A realização de suas demandas congregava vínculos pessoais, afetivos, instituições familiares, de justiça, profissionais, religiosas, econômicas, que não eram o avesso do direito impessoal, como o mérito profissional ou de formação educacional. Nelas evidencia-se como os correspondentes encaminhavam suas demandas por meio de trocas, em um ritual de reciprocidade, aparentemente desinteressado, mas que possuía forte caráter de rivalidade e disputa.

As obras de remodelação urbanística da Capital Federal tornaram-se uma janela que maximizou os vínculos do cotidiano da cidade, permitindo perceber as relações em torno de recursos públicos e os múltiplos vínculos de mediação existente dentro da cidade. Vínculos que permitiam a possibilidade de metamorfose entre a multiplicidade de domínios que compunham a metrópole, no qual os personagens assumiam papéis diversos. Nos rituais de troca destes personagens, foi central o reconhecimento do prestígio de Paulo de Frontin, por meio de vínculos de reciprocidade diversos. No próximo capítulo, investigaremos as correspondências recebidas pelo engenheiro durante sua trajetória na Estrada de Ferro Central do Brasil e como a passagem por todos estes cargos influenciou o seu prestígio.

Capítulo III– A direção da Estrada de Ferro Central do Brasil e a construção de prestígio na distribuição de recursos públicos (1896 -1911)

A Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) representou dois momentos significativos da trajetória de Paulo de Frontin. Em termos de sua projeção profissional, esta foi a oportunidade de comandar a maior ferrovia do país. Já em termos políticos, por se tratar de uma empresa estatal, a diretoria geral era um cargo estratégico do governo federal. Por meio dela, atuou junto a parcelas da população da Capital Federal e dos demais estados que integravam o trajeto da ferrovia (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo). Neste texto, trataremos das correspondências recebidas por Frontin enquanto diretor da empresa e, ao final, discutiremos como a distribuição de recursos entre 1896 até 1911 contribuiu para a construção de seu próprio prestígio.

No capítulo anterior, vimos como a ocupação de um cargo público executivo foi a grande oportunidade para o recebimento de demandas. Estas tinham em sua forma uma lógica de reciprocidade, aparentemente desinteressada, que ligava os pactuantes por um compromisso pessoal. As cartas desta natureza constituíam-se em verdadeiros rituais de troca, nos quais os missivistas, de origens sociais diversas, construía uma legitimidade própria para acessar recursos do Estado. E o atendimento de demandas permitiu a criação de dívidas pessoais que viabilizavam um grupo de amigos vinculados por compromissos pessoais. Esta foi uma forma possível de fazer política e conseguir aliados por meio da gestão de recursos públicos, que operava uma dinâmica de distribuição de dádivas ou benefícios.

O problema específico deste capítulo é compreender como a passagem em cargos desta natureza interferiu na carreira política de Paulo de Frontin. Especificamente, no que tange à ampliação e diversificação de sua rede de relações. Para o encaminhamento da questão, selecionamos como objeto de análise as articulações políticas por meio das correspondências recebidas pelo personagem em ambas as fases que dirigiu a ferrovia.

Esta delimitação foi orientada por dois traços da própria trajetória de Paulo de Frontin. Um deles foi sua primeira nomeação para a diretoria da ferrovia (1896-1897), momento em que começava a despontar como uma das lideranças dentre o grupo de

engenheiros, atuando também profissionalmente como professor e empresário. Este foi o período em que trilhava sua ascensão dentro do Clube de Engenharia, instituição na qual tornou-se presidente em 1904. O outro traço foi o do seu retorno à EFCB (1910-1914), que significou o seu último importante cargo público na função de engenheiro. A partir de então, Frontin oficializava sua entrada na política formal do Distrito Federal.

O objetivo de perceber o movimento de uma trajetória pressupõe uma abordagem comparativa entre estes dois recortes cronológicos, distantes por treze anos, e a observação de um objeto. Por isto, fizemos a adoção livre do método comparativo¹⁹⁴. Esta perspectiva permitiu confrontar duas conjunturas da Primeira República, de maneira a reter os movimentos e transformações entre estes dois momentos analíticos. Assim, procurando captar as ausências em um e no outro, como também as variações de intensidade relativas aos elementos em comum.

Os dois momentos possuem peculiaridades do ponto de vista da cena política da Primeira República. A rigor, estas foram duas fases marcadas por instabilidades políticas. Na primeira nomeação de Frontin, em 1896, era recente no mundo político os conturbados anos iniciais do regime republicano, marcados por forte grau de militarização e incertezas na relação entre o poder central e os poderes regionais, assim como os conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo. O governo Prudente de Moraes, primeiro civil a ocupar a presidência, representou o esforço de contenção dos militares, em um contraponto ao seu antecessor, Floriano Peixoto. Entretanto, diante da aparente tranquilidade do início de seu governo, não dirimiu os conflitos entre os poderes da República. Especialmente entre o Legislativo e o Executivo, que significava o entrave para o encaminhamento das pautas do governo federal¹⁹⁵. Por conta do afastamento de Prudente de Moraes por motivos de saúde, Paulo de Frontin foi nomeado durante a presidência interina de Manuel Victorino, com quem havia trabalhado naquele ano na comissão encarregada de avaliar planos e projetos para o saneamento da cidade do Rio de Janeiro.

Em seu retorno à EFCB, em 1910, o engenheiro já havia angariado o prestígio da grandes reformas urbanas da Capital, principalmente da construção da Avenida Central,

¹⁹⁴ Sobre o “Método Comparativo” para a análise de um único objeto histórico envolvendo dois recortes cronológicos distintos e a sua relação com o campo da História Comparada, ver BARROS, José D’Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

¹⁹⁵ Sobre a “Colmeia Oligárquica”, como qualificou Renato Lessa a fase da República entre a anarquia política dos anos *Entrópicos* e o momento em que foi forjado o pacto de Campos Sales, que instaurou a rotinização na relação entre os poderes. ver LESSA, Renato, op. cit, p. 49-73.

e há sete anos era reconduzido à presidência do Clube de Engenharia. O seu regresso ocorreu, justamente, em plena campanha eleitoral de 1910. Período em que os acordos oligárquicos não conseguiram fazer consenso para a sucessão presidencial e a aparente rotinização política da Primeira República foi quebrada¹⁹⁶. Neste sentido, o acirrado confronto entre os candidatos Rui Barbosa e Hermes da Fonseca dividiu a cena política.

Após derrotar seu opositor Rui Barbosa, Hermes da Fonseca como presidente da República empreendeu a “política de salvação”. De maneira geral, com o discurso oficial de “moralizar” a política do país, as ações do governo federal constituíram-se em um conjunto de intervenções militares em diferentes estados da federação. A rigor, a intervenção de tropas federais nos estados com o intuito da “moralização” objetivava derrubar ou enfraquecer as oligarquias locais, procurando alterar a “política dos governadores” por uma dinâmica mais centralizadora por parte do governo federal. E por conta dos opositores gestados antes e durante a própria disputa eleitoral em que foi vencedor, Hermes não foi poupado de críticas como presidente. Segundo Vera Borges, Hermes foi uma das figuras mais atacadas e criticadas do período, principalmente através da profusão de caricaturas feitas pela imprensa¹⁹⁷. Nomeado durante a presidência de Nilo Peçanha, em janeiro de 1910, Frontin ocupou a cadeira de diretor da EFCB até o último dia do governo de Hermes da Fonseca, em novembro de 1914.

Do ponto de vista da trajetória individual deste personagem, os dois períodos representaram etapas particulares de sua carreira como engenheiro na função pública. Entre 1896-1897, Frontin direcionava sua atuação para dentro do Clube de Engenharia. Diante da desmobilização de seus sócios, passou a participar da promoção de encontros e eventos, como o I Congresso de Engenharia e Indústria (1900). Por meio deles, trabalhou no sentido de simbolizar a união e a efetividade do campo de atuação da engenharia e também de empresários. Como constatou Vânia Cury, Frontin procurou representar uma figura de comandante, por meio da afirmação de um futuro promissor,

¹⁹⁶ Este foi um momento privilegiado no qual a “Política dos Governadores”, forjada por Campos Sales, não impediu que a sucessão de 1910 extrapolasse os domínios dos acordos oligárquicos. Historiadores, como Cláudia Viscardi, propuseram alternativas à ideia do modelo de Campos Sales como o sustentáculo da estabilidade da Primeira República. Segundo a análise do arranjo oligárquico feita pela autora, a estabilidade do regime republicano no período foi garantida pela instabilidade das alianças entre os estados mais importantes da Federação. Desta maneira, este arranjo não permitiu a hegemonia de uns estados e nem a exclusão definitiva de outros. Sobre, Ver: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro, op. cit, 2001, p. 22.

¹⁹⁷ Sobre a disputa eleitoral de 1910, ver Vera Lúcia Bogéa, op. cit, 2011.

garantido com a aplicação da ciência e da tecnologia diante do grave cenário de infraestrutura do país¹⁹⁸.

No interregno entre as duas administrações da ferrovia, tornou-se presidente do Clube de Engenharia (1903) e teve atuação fundamental na remodelação da cidade – como engenheiro e como empresário. Como vimos, a construção da Avenida Central foi uma obra de grande impacto político e econômico e tornando-se a via de maior visibilidade da Capital Federal. Isto lhe permitiu capitalizar a imagem de “eficaz empreendedor” aliada à ideia promotor da modernidade e o progresso, sobre as quais procuraram legitimar as reformas da cidade. Além do mais, também capitalizava a consagração do Clube de Engenharia, na figura de seu presidente. A instituição que havia se colocado como a única autorizada para discutir e promover pareceres técnicos sobre obras na cidade¹⁹⁹.

O retorno de Paulo de Frontin foi seu último cargo público expressivo de nomeação na função de engenheiro. Este momento significou uma fase de transição da sua atuação mais atuante no campo da engenharia para a atuação político-partidária na cidade do Rio de Janeiro. Seu ingresso na política partidária foi formalizado em 1912, com a filiação ao Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF). Anos depois, conquistaria o primeiro mandato parlamentar com uma cadeira ao Senado pelo Distrito Federal, em 1917, ano em que fundou o Partido Aliança Republicana (AR). Foi convidado pelo presidente Delfim Moreira (1918-1919) para assumir o cargo de prefeito do Distrito Federal, posteriormente, foi eleito deputado federal pela cidade do Rio de Janeiro entre 1919-1921, retornando ao Senado em 1921, onde ficaria até 1930²⁰⁰.

Para manter dois referenciais possíveis de comparação, estabelecemos como escala de observação as correspondências recebidas enquanto esteve na EFCB e que em ambos os momentos ocupou o mesmo cargo. A primeira passagem do engenheiro na cadeira de diretor foi breve, de pouco mais de dez meses. Já o seu retorno durou quatro anos e dez meses – razão pela qual houve uma produção de documentação primária excessivamente maior se comparada com a primeira fase. Por esta razão, para facilitar a

¹⁹⁸ Cf. CURY, Vânia. Op. Cit, 2000, p. 161-170.

¹⁹⁹ KROPF, Simone. Op. Cit, 1996, p. 73.

²⁰⁰ Sobre, ver PINTO, Surama Conde Sá. Op. Cit, 2011, p. 62-63.

comparação entre os períodos, selecionamos como amostragem as correspondências recebidas somente no primeiro ano (1910-1911) da segunda fase.

A comparação destas correspondências entre estes dois momentos tornar-se uma importante oportunidade para consolidar a primeira hipótese deste trabalho. Ela consiste em verificar se a ocupação de cargos públicos foi uma posição estratégica para Paulo de Frontin construir uma clientela política, por meio da distribuição de recursos públicos. Além disto, testaremos a hipótese de que os vínculos pessoais legitimavam um prestígio político diferenciado aos doadores nestas trocas. Já que, como foi constatado no capítulo anterior, os missivistas criaram uma legitimidade própria, é sugestivo atentar para o prestígio adquirido por meio de práticas desta natureza.

– Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (1896 -1897 e 1910-1914)

A maior ferrovia brasileira da Primeira República foi a estatal Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Antiga Estrada D. Pedro II, inaugurada em 1858, tinha como objetivo inicial ser o principal eixo que ligaria a Corte à província de São Paulo, integrando a economia escravista fluminense. Foi mantida até 1865 com capital inglês, mas o projeto não frutificou por conta das garantias de lucros em tarifas e o governo imperial assumiu integralmente o comando da ferrovia²⁰¹.

Com a queda da monarquia, em 1889, a empresa foi rebatizada como “Central do Brasil” e passou a pertencer ao governo federal. Nesta época, a ferrovia ligava o Distrito Federal ao interior dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Os trilhos da EFCB proporcionavam o transporte de matérias-primas e produtos essenciais para a Capital Federal, ao mesmo tempo em que abria para o interior os produtos de importação que chegavam ao porto da cidade do Rio de Janeiro²⁰².

²⁰¹ FIGUERA, Manuel Fernandes. **Memória Histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 29-30.

²⁰² Cf. TOPIK, Steven. O sistema ferroviário. In: **A presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987. p. 111.

A ferrovia era importante em termos de tráfego e politicamente. O fato de ser a principal estrada de ferro do Distrito Federal e permitir a sua ligação com importantes estados da federação, fazia convergir para a EFCB a disputa entre os interesses políticos do governo central, da política local da cidade e de importantes grupos como comerciantes, industriais, importadores e mineradores dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e do próprio Distrito Federal. O diretor geral da empresa tinha, como atributo da função, a competência de gerir os recursos materiais da ferrovia (postos de trabalho, cobranças de tarifas, multas, aluguel dos espaços das estações) e de atuar em conflitos de interesses do dia-a-dia da empresa, como a disputa por horários de partida dos trens, regras de armazenamentos das estações, disputas sobre o traçado da ferrovia a ser construído, etc.

Outro fator político significativo esteve relacionado com os trabalhadores da EFCB, que concentrava número elevado de operários. Segundo levantamento de Glaucia Fraccaro, em 1897, havia 13.665 empregados na ferrovia e, em 1920, o número foi de 18.774²⁰³. Na estimativa de Steven Topik, os 14 mil operários representavam, em 1894, 2/3 do tamanho do exército nacional; em 1930, seu número atingira a marca dos 26 mil funcionários²⁰⁴. Serviços como o de abastecimento de gêneros alimentícios e o transporte suburbano dependiam do trabalho destes funcionários e a possibilidade de greve representava sempre uma ameaça em uma cidade populosa e centro do poder, como a cidade do Rio de Janeiro.

Parcelas deste operariado tinham influência junto aos políticos do Distrito Federal, cujo representante maior foi o deputado de perfil agitador, Irineu Machado²⁰⁵, antigo funcionário da Central e outros como Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento²⁰⁶. O caderno de caricaturas *O Gato* satirizou, em 1912, a função política que Paulo de Frontin exercia na blindagem da EFCB, no sentido de conter as investidas de Irineu Machado, opositor do governo Hermes da Fonseca:

Tem havido diversas conferências entre o Dr. Paulo de Frontin e vários engenheiros da Central a proposito da revisão dos horários dos trens.

²⁰³ FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Morigerados e Revoltados: Trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008, p. 017 (Dissertação de Mestrado).

²⁰⁴ O levantamento da autora foi baseado no relatório anual enviado ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

²⁰⁵ Sobre o perfil do político Irineu Machado, ver FREIRE, Américo, op. cit, 2009, p. 118-132.

²⁰⁶ STEVEN, TOPIK. Op. Cit, p. 128-129.

- Pensei que tratassem da revisão da Constituição...É tão política a missão do Frontin!
- Política?
- Política; sim senhor! O Frontin só continua como Director, porque, o marechal está convencido de que é o unico homem capaz de cortar as azas do Irineu, na Central²⁰⁷.

Na suposta conferência construída pelo chargista Seth (Álvaro Martins), o “marechal” era referência ao próprio Hermes da Fonseca, eleito presidente dois anos antes. O autor atribuiu a presença do engenheiro, justamente, à contenção de instabilidade política que Irineu Machado, então deputado federal pela Capital, representaria ao governo. Motivos para esta contenção não faltavam, além dos trabalhadores da ferrovia representarem uma base de votos na cidade, eram comuns as oportunidades para estes políticos entrarem em cena, principalmente quando ocorriam problemas como acidentes dos funcionários, desastres com passageiros e avarias técnicas que geravam atrasos no funcionamento dos trens.

O trabalho na EFCB era concentrado nas mãos do Diretor Geral, indicado pelo ministro de Viação. A estrutura da empresa era dividida em quatro subdiretorias fixas e uma provisória. As subdiretorias eram de I) Tráfego, responsável pelo serviço de passageiros das estações, além de fiscalizar o movimento de trens e observar a segurança; II) Contabilidade, responsável pelo processamento e conferência das contas da empresa; III) Locomoção, relacionada com o serviço de locomotivas e a construção, conservação e reparação de material rodante; IV) Via Permanente, que envolvia trabalhos de construção, reparação e melhoramentos das linhas e a de V) Prolongamento, provisória, funcionava apenas quando havia a necessidade de construção de um novo trecho²⁰⁸.

Dadas as reduzidas dimensões do Estado brasileiro, a ocupação dos ministérios de existência mais duradoura ao longo da Primeira República (Fazenda, Justiça, Viação, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Agricultura) ficava nas mãos de grupos políticos seletos. Com a Estrada de Ferro Central do Brasil - vinculada ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas - não foi diferente. Desde o início do regime republicano até 1914, o cargo de diretor da empresa foi ocupado por doze administrações alternadas por onze engenheiros civis ou militares²⁰⁹.

²⁰⁷ *O Gato: álbum de caricaturas*. Rio de Janeiro: 27 abr 1912. Ed. 31, p.4.

²⁰⁸ Cf. FRACCARO, Glaucia Cristina Candian, op. cit, p. 18.-20.

²⁰⁹ Cf. ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS FERROVIÁRIOS. *Breve História da EFCB*. Sem data. Disponível em << <http://www.ferrovias.com.br/portal/quem-somos/historia-da-ferrovia/> >> Acessado em: 13 mar 2017.

Entre estes diretores estavam nomes influentes dentro do campo da engenharia, isto fica evidente ao considerarmos que quatro administrações foram realizadas por figuras que ocuparam a presidência do Clube de Engenharia (João Chrockatt de Sá Pereira de Castro, Gabriel Osório de Almeida e Paulo de Frontin, este por duas oportunidades). Além disto, outra característica deste conjunto de personagens foi o seu prestígio não apenas dentro do seu grupo profissional, como também na política institucional. Dos onze engenheiros, cinco deles ocuparam cargos de chefia do poder Executivo ou foram eleitos para o Legislativo (Vespasiano Gonçalves Albuquerque e Silva, Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, Francisco Pereira Passos, Aarão Reis e Paulo de Frontin)²¹⁰.

A historiografia sobre as trajetórias de Paulo de Frontin na EFCB é escassa. O pouco do material foi construído de maneira mais detalhada pelo biógrafo Raymundo Athayde, que tentou ressaltar uma figura do engenheiro como realizador de expansões dentro da EFCB. Na primeira vez, construiu uma 3ª linha entre as estações da Central e de Madureira, criou uma 4ª linha no interior suburbano, instalou oficinas no depósito de Entre-Rios e alargou a bitola entre Cachoeira e Taubaté. Já sua segunda passagem, foi a fase em que a Central chegou até a cabeceira do rio São Francisco, ligando o Rio de Janeiro ao interior de Minas, e com o interior dos estados nordestinos de Bahia e Pernambuco, por ferrovia e por água²¹¹.

Gláucia Fracaro, ao analisar as propostas e práticas de organização dos ferroviários da EFCB identificou uma “postura legalista”²¹² do engenheiro no comando da ferrovia. Diferentemente das administrações anteriores, que procuraram medir forças com os empregados da Central, Frontin fazia valer o regulamento nas punições, fiscalização para conter acidentes e demais controles dos trabalhos. Esta foi a maneira que encontrou para evitar o número de greves e os recorrentes acidentes entre os funcionários – esta última nem sempre bem sucedida.

Outro ponto que a historiografia ressaltou foi o interesse empresarial de Paulo de Frontin no campo ferroviário, como um dos principais sócios-diretores da Empresa Melhoramento do Brasil, que detinha uma ferrovia com o mesmo nome na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Vânia Cury, a empresa foi paralisando seus diversos

²¹⁰ Informações coletadas em LATTMAN-WELTMAN, Fernando e PAULA, Christiane Jalles de (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 13 mar 2017.

²¹¹ ATHAYDE, Raymundo de. Op. Cit, 1968, p. 81-89.

²¹² FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. Op. Cit, 2008, p. 92.

empreendimentos por conta da crise do Encilhamento, e a “E. F. Melhoramentos do Brasil”, cujo primeiro trecho foi inaugurado em 1893, ligando as estações de Mangueira a Sapopemba (Deodoro), foi incorporada à EFCB com o nome de “Linha Auxiliar” em 1903²¹³. Isto ocorreu dentro de uma política do governo federal de apoio à ferrovias velhas e decadentes. A partir de então a Empresa Melhoramentos do Brasil passou a concentrar suas tarefas na realização de projetos de pequena construção, com ênfase nas obras de urbanização da Capital. Na década de 1920, quando o crescimento da cidade do Rio aumentava aceleradamente, a empresa passou a investir na criação de bairros populares, como a Vila Bonsucesso e a Vila da Penha²¹⁴.

Correspondências ao Diretor

O exercício do cargo de direção da EFCB foi a principal razão do aumento substancial de correspondências recebidas por Frontin em ambas as fases. Entre 1896-1897, as 121 correspondências representaram 16,05% da série de correspondências passivas de seu arquivo pessoal; entre 1910-1911, as 71 correspondências significaram 9,25% da série. Juntos, os dois momentos corresponderam a ¼ de fontes preservadas da série (26,3%). É preciso lembrar que, por conta da amostragem adotada, o quantitativo sobre a EFCB foi ainda maior. Vejamos no quadro abaixo o conteúdo delas.

²¹³ Vânia Cury, op cit, p. 315-320.

²¹⁴ Ibidem, p. 322-325.

Conteúdo

Quadro 13: Conteúdo das Correspondências (1896-1897 e 1910-1911)

Assuntos		1896-1897 (Primeira fase)		1910-1911 (Segunda fase)			
		Quantitativo	(%)	Quantitativo	(%)		
Demandas	Empregos	34	73	28,09	25	69	35,21
	Não declarados	18		14,87	8		11,26
	Transferências	10		8,26	2		2,81
	Promoções	10		8,26	7		9,85
	Não demissões	4		3,3	1		1,4
	Benefícios tarifários	4		3,3	1		1,4
	Imobiliária	1		0,82	0		0
	Indenizatória	1		0,82	0		0
	Demissão	0		0	1		1,4
	Outras	6		4,95	4		5,63
Outras Correspondências sobre a EFCB		11	9,09	3	4,22		
Convites, felicitações e agradecimentos		11	9,09	10	14,08		
Atividade Empresarial, do Clube de Engenharia e do Derby Club		5	4,13	6	8,45		
Sem informação		6	4,95	3	4,22		
Total		121	100	71	100		

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB

As correspondências mantiveram, nas duas fases, assuntos e tendências gerais aproximadas. As demandas foram majoritárias, ocupando aproximadamente 70% do montante nos dois períodos, com o destaque para a solicitação de postos de trabalho e resolução de questões relacionadas com os trabalhadores da EFCB (transferências, promoções e demissões). Em menor medida, a quadro apresenta o assédio por benefícios fiscais e tarifários em todas fases e, somente entre 1896-1897, houve registro de demandas indenizatórias e imobiliárias.

Uma diferença a ser considerada, entre as duas fases, é do quantitativo total de correspondências. A queda acentuada do número de correspondências entre 1910-1911

levaria, à primeira vista, a uma avaliação da suposta diminuição expressiva da popularidade de Paulo de Frontin. Esta informação, no entanto, precisa ser considerada no universo total de correspondências recebidas ao longo dos mais de quatro anos em que ocupou o cargo, inclusive com o pico de demandas realizadas em 1912, quando o assédio por empregos saltou de 25 cartas entre 1910-1911 (como aponta o quadro) para 60, número mais expressivo que as duas fases do quadro. Como já foi tratado anteriormente, considerar este problema quantitativamente é um risco porque o arquivo pessoal não é um acúmulo linear de uma trajetória, ele passa por inúmeros processos de apagamento, de seleção e de organização. O próprio arquivo de Paulo de Frontin é um exemplo disto, no ano de 1913, em plena fase de gestão da ferrovia, houve apenas quatro correspondências com demandas por emprego na série de correspondência passiva²¹⁵.

As demais correspondências foram relativas às atividades burocráticas das EFCB (decretos, despachos, ofícios), demais atividade familiares, sociais e profissionais de Frontin. Ambas as fases apresentaram um quantitativo de missivas desta natureza próximo aos 30%. Ocorre, neste caso, a evidência de um dado importante, que também foi verificado no capítulo anterior. É o fato de não ser possível precisar que todas as demandas referiam-se aos recursos da ferrovia estatal ou aos demais recursos pessoais controlados por Paulo de Frontin (Empresa Melhoramentos do Brasil, Clube de Engenharia, Derby Club, etc). Este dado, que a princípio apresenta-se como uma lacuna da documentação, na verdade, revela como estas práticas de obtenção de recursos do Estado tornava-se complexa e conjugava a figura pessoal (privada) com a individual (pública) de Paulo de Frontin, do ponto de vista dos missivistas.

Origem dos missivistas

Quadro 14: Origem das correspondências por Estados/Distrito (1896-1897 e 1910-1911)

Estado/Distrito	1896-1897 (Primeira fase)		1910-1914 (Segunda fase)	
	Quantitativo	(%)	Quantitativo	(%)
Capital Federal	79	65,28	40	56,33
Rio de Janeiro	10	8,26	5	7,04

²¹⁵ Informação obtida no Inventário do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

São Paulo	8	6,61	3	4,22
Minas Gerais	7	5,78	10	14,8
Espírito Santo	2	1,65	0	0
Bahia	1	0,82	0	0
Internacionais	0	0	7	9,85
Sem informação	14	11,57	6	8,45
TOTAL	121	100	71	100

Fonte: Correspondências da passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Nas duas fases houve a concentração de correspondências enviadas da Capital Federal seguidas, em menor número, pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. A segunda fase apresentou uma tendência inicial de queda numérica da concentração na cidade do Rio de Janeiro e maior diversificação geográfica, sobretudo internacionais, que em grande medida vinham da França – duas delas convites para receber o título de Sócio Honorário da Sociedade Francesa de Engenharia²¹⁶, duas relativas a despesas de viagem a Praga²¹⁷, duas de engenheiros brasileiros em viagem a Paris²¹⁸ e um em viagem a Bruxelas²¹⁹.

A diversificação da origem das cartas, na segunda fase, é um indício de um movimento de expansão da popularidade de Paulo de Frontin, sobretudo porque a sua figura do engenheiro foi associada duplamente aos resultados das reformas urbanísticas da Capital Federal, ocorrida anos antes. Por um lado, associava-se como o “grande empreendedor” na construção da Avenida Central, um das obras de maior destaque das reformulações urbanísticas; por outro lado, destacava-se a figura do líder dos engenheiros, na presidência do Clube de Engenharia, que teve um papel fundamental nas diretrizes e na efetivação destas reformas. Em paralelo, esteve também o interesse e as relações empresarias ocupando postos privilegiados da administração pública, como

²¹⁶ Convites da *Société des Ingénieurs Civis de France* para Paulo de Frontin ser membro de honra da instituição. Paris: 06 jan 1911 e 07 jan 1911. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1283, Pasta 021.

²¹⁷ Cartas de Arthur Bald & Fils para Paulo de Frontin. Paris: 30 dez 1910. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Lata: 1299.053, Pastas: 053-054.

²¹⁸ Carta de A. Jetúlio das Neves. Paris: 10 dez 1910. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Lata: 1318, Pasta: 006 e carta de Arnaldo Faria. Paris: 29 dez 1910. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Lata: 1293, Pasta: 049.

²¹⁹ Telegrama de Augusto Ferreira Ramos. Bruxelas: 29 set 1910. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Lata: 1284, Pasta: 037.

também os compromissos acumulados, demonstrados até aqui, criados por meio da distribuição dos importantes cargos públicos.

Um movimento político facilitado pela direção da EFCB, que se verificou nas duas fases, foi o contato de Frontin com o interior dos estados que compunham o traçado da ferrovia. O quadro acima demonstra como o engenheiro estreitava relações para fora do ambiente urbano do Distrito Federal, sobretudo por meio de gerenciamento de recursos da ferrovia – 20,65% das correspondências, na primeira fase, e 25,06%, na segunda fase, vinham destes estados. Além dos pedidos de emprego e para os trabalhadores, as demandas tratavam da troca de horário de trens²²⁰, revogação da parada de trens²²¹, pedidos para o aumento do prazo de armazenamentos de cargas das estações²²² e mudanças do traçado da ferrovia²²³ e como no trecho da carta abaixo, do estado do Rio de Janeiro, sobre o a escolha do nome da estação de trem da região:

[...]No dia mesmo em que estivemos juntos ultimamente na Capital, encontrei-me, logo depois de nos despedirmos, com o Barão de Palmeiras, a quem falei sobre a questão do nome da estação nos terrenos d'elle, à qual elle desejava que fosse dado o nome da fazenda em vez do que fôra primitivamente designado. Disse-lhe que de sua parte havia grande empenho de, pelo menos, elle aceitar o nome da familia, isto é, Werneck, já que não queria consentir no seu proprio. O Barão aceitou o novo nome, e pediu para lhe agradecer muito a amabilidade de sua lembrança.

A proposito da estação de Paty, cujo nome o Sr. pensou em mudar por causa da de Paty do Alferes, indaguei os nomes das fazendas visinhas afim de vêr si entre elles havia algum que pudesse ser adaptado. A da sogra do Gheophilo chama-se S. Solano, e a do outro lado do Parahiba Mundo Novo. Proximo ha ainda a fazenda do Paraiso, ja perto de Bella Vista, e antes della o lugar de Surubiguara, que agradaria aos amadores da lingua indigena. Eu por mim, porém, lhe propusera, si pudesse ter valor a minha opinião, de ter a estação o nome de Morsing, em homenagem a esse engenheiro ha pouco falecido e que tão bons serviços prestou na construção da E. F. Central. Incontestavelmente esta fala melhor ao sentimento geral, e paga um divida de gratidão que é justo que a Central não esqueça.

Estamos nos preparando para recebê-lo e à comitiva ministerial na sua próxima excursão pela linha.

[...]

²²⁰ Carta de Antônio Ferreira de Assis. Juiz de Fora: 9 ago 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1291, Lata: 117.

²²¹ Carta de autor não identificado. Juiz de Fora: 11 jun 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1291, Lata: 096.

²²² Carta do Barão de Águas Claras. Petrópolis: 12 jun 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1291, Lata: 104.

²²³ Carta de Júlio Bruno Brandão. Belo Horizonte: 12 fev 1911. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1293, Lata: 057.

PS: O Manuel Luiz, sobre quem lhe falei ha dias, continua a procurar-me, até em minha casa, para vêr si lhe consigo uma solução favoravel no negocio da empreitada delle. Peço-lhe não se esquecer de dizer alguma cousa em seu favor ao Dr. Sampaio. Da empreitada das duas pontes e pontilhão de Paty elle recebeu até agora talvez menos da metade, parecendo-me por isso que elle tem direito a ser attendido, ao menos em alguma cousa, no que pede [...]²²⁴

Esta correspondência demonstra, de maneira mais detalhada, o contato do missivista do interior com Paulo de Frontin. A carta, enviada em 1897 por um comerciante do Paraíba do Sul (estado do Rio de Janeiro), ofereceu elementos para aprofundar a investigação da dinâmica de distribuição de recursos públicos entre a Capital e o interior. Neste caso, batizar um patrimônio da EFCB significava vincular o nome de lideranças ou famílias influentes da região à capacidade de trazer recursos públicos para a localidade.

Esta correspondência significa o vestígio do convite à aliança com personagens de influência política de regiões de pequenas e médias cidades (“Barão” de Palmeiras e famílias donas de grandes fazendas da região). Este contato, no entanto, não se deu diretamente, o comerciante José de Oliveira, assumiu uma posição de intermediário entre estes dois contextos – o urbano, de Paulo de Frontin e o do interior, de Paraíba do Sul. O missivista atuou na mediação destes dois domínios, mas que se conectavam, e a sua participação neste ritual de troca era a sua mobilidade de interpretar e negociar estes diferentes níveis de cultura. Desta maneira, atuando junto às famílias influentes da região, para nomear a estação de trem, e para ter liquidado os negócios da empreitada do seu indicado Manuel Luiz, por meio da articulação direta com Paulo de Frontin.

Pela riqueza de detalhes da carta, foi possível compreender a lógica explicitada pelo comerciante para legitimar o encaminhamento da sua demanda. Ele construiu sua performance aparentemente desinteressada, na qual a tônica de sua tarefa seria a de pagar uma “dívida de gratidão” com a EFCB, provavelmente a da própria construção da Estação. É revelador o espaço ocupado pelo “PS” na carta, ele demonstra como o interesse econômico articulou-se com a aparência de generosidade destes rituais, evidenciando o seu caráter financeiro. As tratativas que envolviam questões relativas aos negócios, pagamentos e dinheiro ocupavam um lugar secundário em relação aos vínculos de reciprocidade pautados pela amizade. Embora, ainda que um assunto “menor”,

²²⁴ Trecho da carta de José Mariano de Oliveira. Paraíba do Sul: 17 jun 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata: 1291, Pasta: 094.

considerando a visão do comerciante, este não era um tema interdito em relações desta natureza. Portanto, fica evidente como o duplo caráter da dívida (aparência desinteressada e seu interesse econômico e político) operava e compunha a articulação destes missivistas durante a Primeira República.

Ocupação dos missivistas

Quadro 15: Ocupação dos Correspondentes (1896-1897 e 1910-1911)

Profissão/Ocupação	1896-1897 (Primeira fase)		1910-1911 (Segunda fase)	
	Quantitativo	(%)	Quantitativo	(%)
Político*	24	23,76	14	24,56
Engenheiro	18	17,82	10	17,54
Militar	8	7,92	7	12,28
Comerciante	6	5,94	1	1,75
Advogado	6	5,94	0	0
Trabalhadores da EFCB	5	4,95	1	1,75
Funcionário Público	4	3,96	4	7,01
Juiz	3	2,97	0	0
Professor	2	1,98	1	1,75
Representantes de Instituições Filantrópicas	2	1,98	0	0
Médico	1	0,99	0	0
Desempregado	1	0,99	2	3,5
Produtor Agrícola	1	0,99	0	0
Empresário	1	0,99	1	1,75
Escrevente	1	0,99	0	0
Delegado de Polícia	1	0,99		
Policia	1	0,99		
Tipógrafo	0	0	1	1,75
Escritor	0	0	1	1,75
Estudante	0	0	1	1,75
Sem informação	16	15,84	13	22,8
Total	101	100	57	100

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Observações: a) As informações foram coletadas com base na ocupação que os próprios missivistas fizeram de si. Para os que não declararam, foram utilizados como fonte primária a imprensa, principalmente o *Almanak Laemmert* e, como fonte secundária, o Dicionário Histórico-Biográfico da Fundação Getúlio Vargas.

b) O quantitativo de missivistas (101 na primeira fase e 57 na segunda) foi menor que o total de correspondências (121 na primeira fase e 71 na segunda) porque houve missivistas que escreveram mais de uma correspondência.

* Nesta categoria foram agrupados os personagens que ocuparam cargos executivos e legislativos no Império e na República, como também possuidores de títulos nobiliárquicos.

A presença de missivistas políticos profissionais foi predominante nas duas fases, com tendências próximas a $\frac{1}{4}$ de todos os missivistas identificados. Seguidos destes, estiveram os engenheiros e os militares. A predominância destes três grupos profissionais também foi observada no período da construção da Avenida Central. Este dado permite considerar que estes profissionais, advindos de estratos sociais mais abastados (elites políticas, profissionais liberais com ensino superior e militares de patentes mais altas), compuseram o grupo potencial de clientes e a base de sustentação política de Paulo de Frontin do final do século XIX até a primeira década republicana.

Os espaços ocupados por estes profissionais nas correspondências, porém, indicam uma diferença em relação ao capítulo anterior: o quantitativo de missivistas políticos suplantou o de engenheiros. Estes que faziam parte do principal grupo de atuação profissional de Paulo de Frontin e que, entre 1910-1911 eram representados institucionalmente por ele, na figura de presidente do Clube de Engenharia. Neste sentido, esta é uma forte sinalização de que as passagens de Frontin pela EFCB foram marcadas por um contato consistente com os integrantes do sistema político formal da Primeira República, e com as suas respectivas clientelas. O quadro abaixo detalha o nome destes missivistas e as suas bases políticas.

Quadro 16: Origem dos políticos por estados (1896-1897 e 1910-1911)

1896-1897 (Primeira fase)		1910-1911 (Segunda fase)	
Nome	Estados	Nome	Estados
Thomas Delfino	Distrito Federal	Francisco Salles	Minas Gerais
Lopes Trovão		João Pandiá Calógeras	

Pedro de Carvalho		Wenceslau Bráz	
Joaquim José Torres Cotrim		Júlio Bruno Brandão Filho	
Alcindo Guanabara		Irineu Machado	Distrito Federal
B. A. Rocha Farias		Caio Sá Freire	
Carlos Borges Monteiro	São Paulo	Barão do Rio Branco	Rio de Janeiro
Bernardino de Campos		Alcebíades Peçanha	
Francisco Glicério		Nilo Peçanha*	
Tomás Wallace da Gama Cochrane		Campos Sales	São Paulo
Sizenando Viana		Antônio Augusto Lacerda	
Arthur Herédia de Sá		Francisco Sá**	Ceará
Alberto Torres	Rio de Janeiro	Francisco Botelho	Bahia
Sebastião de Lacerda		J. J. Seabra***	
Barão de Águas Claras		-	-
“Barão” do Bananal		-	-
“Marquês” de Paranaguá		-	-
Arthur Cesar Rios		Bahia	-
Manuel Alves Barbosa	-		-
Francisco Sá	Ceará	-	-
Frederico Borges		-	-
Amaro Cavalcanti	Rio Grande do Norte	-	-
Crispim Jacques Bias Fortes	Minas Gerais	-	-

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

* As demandas de Nilo Peçanha foram encaminhadas pelo secretário da presidência da República C. Tavares Dantas.

** As demandas de Francisco Sá foram encaminhadas pelo secretário do Ministério da Viação e Obras Públicas Auto Sá.

*** As demandas de J. J. Seabra foram encaminhadas pelo secretário do Ministério da Viação e Obras Públicas Affonso G. C.

Considerando as bases políticas destes missivistas, fica evidente que, mesmo enviando suas cartas da Capital Federal, a dimensão geográfica da distribuição de recursos da EFCB possuía um raio de alcance maior que a cidade e até mesmo dos estados que abrigavam os trilhos da Central. Na fase de 1896-1897, houve maior concentração de políticos de São Paulo e do Distrito Federal, sede da EFCB e local de origem de seu

diretor. A predominância de São Paulo explica-se, em grande medida, por se tratar do período da presidência do paulista Prudente de Moraes, o que facilitaria o acesso de políticos do estado à máquina do executivo federal. Em seguida, aparecem o nome de políticos dos estados situados no traçado da ferrovia (Rio de Janeiro e Minas Gerais) e dependiam de seus serviços (Bahia). A presença dos dois políticos do estado do Ceará esteve relacionada com o político Francisco Sá, engenheiro que na época comandava a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de Minas Gerais, junto com ele, o deputado da bancada cearense, Frederico Augusto Borges. Os políticos do Império que detinham títulos nobiliárquicos também recorreram a Paulo de Frontin, o que revela como o prestígio de seus títulos significava influência e poder político efetivo, articulando-se com o jogo de distribuição de recursos públicos na fase inicial da Primeira República.

Em seu retorno à EFCB houve um número relativo maior de cartas preservadas de políticos e elas apontam para a mesma tendência observada anteriormente, que foi o de menor concentração no Distrito Federal. A presença majoritária foi de políticos mineiros, que tinham saído vitoriosos no último pleito presidencial, mas por conta da morte de Afonso Pena (14 de junho de 1909), o fluminense Nilo Peçanha assumiu a chefia do Executivo. Além disto, este foi um período em que a ferrovia foi expandida para o interior de Minas Gerais – chegando à cabeceira do Rio São Francisco. A presença de políticos do Distrito Federal e São Paulo foi menor, também por conta de interesses ligados à Estrada de Ferro que passava pelo seus territórios. Quanto aos personagens que possuíam título nobiliárquico, há o registro apenas de “Barão” do Rio Branco, que na época ocupava o cargo de ministro das Relações Exteriores. Os representantes do estado do Ceará também estiveram presentes por conta de Francisco Sá, que naquele momento ocupou o cargo de Ministro de Viação e Obras Públicas, assim como seu sucessor, o baiano J. J. Seabra.

Em ambas as fases houve, por parte dos políticos, o envio de cartas oficiais. Em uma complexa relação do caráter institucional com o pessoal-afetivo reclamado por estes missivistas. Também foi a demonstração do componente de rivalidade e disputa nas transações com perfil de dádivas. Assim, este dado indica para um traço importante destes rituais de trocas, que foi a conjugação do aspecto formal (a explicitação cerimonial de sua autoridade através dos timbres) com vínculos de informalidade (da relação particularista entre “amigos”). Eles encaminhavam seus pleitos, predominantemente, de forma aparentemente desinteressada e repleta de afetividade, sem abrir mão da demonstração de

poder. Assim como os possíveis canais de retribuição, importantes nestes jogos de reciprocidade, representados por segmentos da administração pública e do legislativo que comandavam ou tinham influência. Nas duas fases, correspondências desta natureza vinham de esferas do Executivo e Legislativo federais, dos Executivos dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, do executivo e Legislativo municipal da Capital Federal. Como detalha o quadro abaixo.

Quadro 17: Origem das correspondências oficiais dos políticos (1896-1897 e 1910-1911)

Ano	1896-1897 (Primeira fase)		1910-1914 (Segunda fase)	
	Repartição	Missivistas	Repartição	Missivistas
Executivo Federal	Ministério da Justiça e Negócios Interiores	Aberto Torres	Presidência da República	Alcebíades Peçanha
	Diretoria Geral de Indústria	Tomás Wallace da Gama Cochrane	Ministério das Relações Exteriores	Barão de Rio Branco
	Ministério da Fazenda	Bernardino de Campos	Ministério da Viação e Obras Públicas	Auto de Sá
Legislativo Federal	Presidência da Câmara dos Deputados	Arthur Cesar Rios	Câmara dos Deputados	Irineu Machado
Executivo do Estado de Minas Gerais	Presidência do Estado	Crispim Jacques Bías Fortes	Presidência do Estado	Júlio Bruno Brandão
	Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas	Francisco Sá	—	—
Executivo da Capital Federal	Diretoria de Higiene e Assistência Pública da Prefeitura	Joaquim José Torres Cotrim	—	—
Legislativo da Capital Federal	—	—	Presidência do Conselho de Intendência Municipal	Caio Sá Freire
Executivo do Estado do Rio de Janeiro	Secretaria do Interior e de Justiça	Sebastião de Lacerda	Presidência do Estado	Francisco de Oliveira Botelho

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

O quadro demonstra a extensão dos vínculos construídos com o engenheiro por parte de políticos dentro da estrutura do Estado. Estes representavam, de fato, a elite política, por conta de suas posições e capacidade de decisão no contexto da Primeira República. A concentração de correspondências do Executivo Federal revela os gabinetes com os quais Paulo de Frontin esteve subordinado (da presidência da República e do Ministério da Viação e Obras Públicas), e os demais ministérios que ocupavam, hierarquicamente, posições superiores dentro dos quadros do Estado.

Estas autoridades costumaram ser sucintas em seus pedidos, comumente sem dedicar longas justificativas ou explicações, quando não utilizavam seus secretários para escrever as cartas (conforme o quadro 16). Neste sentido, a materialidade das cartas oficiais não era gratuita. Por meio da demonstração de poder e da capacidade de retribuir à altura, que os papéis oficiais e os timbres ensejavam, o favor pessoal legitimava-se entre pactuantes autorizados a estabelecer trocas, muito embora isto estivesse implícito nas amabilidades e as gentilezas que compunham estes rituais. Conforme a correspondência com o timbre do Gabinete da Presidência da República, escrita por Alcebíades Peçanha, irmão e secretário de gabinete do então presidente Nilo Peçanha:

[...]Apresento-lhe os meus cumprimentos muito cordiais, peço a sua solicitude para a pretensão do Sr. Julião de Sá Freire Peçanha actualmente auxiliar de escripta da 6^a divisão que deseja ser transferido para o trafego com augmento de diaria. **Sendo o meu recommendado, igualmente do Presidente**, pessoa digna de benevolencia, permitta-me antecipar ao illustre Amigo os meus agradecimentos[...] ²²⁵ (Grifo nosso)

Outro dado sobre o conjunto das correspondências dos políticos foi o fato de não tratarem do jogo político formal, mesmo na segunda fase, em plena campanha eleitoral de 1910. Desta informação, depreende-se algumas hipóteses, como a de que estes missivistas não tivessem ligações político-partidárias com Paulo de Frontin ou não tivessem a proximidade necessária para tratar de um tema tão delicado por carta. O fato é que das mais diversas justificativas dadas pelos missivistas para suas demandas – como veremos adiante, a participação na política institucional não foi apresentada como uma

²²⁵ Trecho da carta de Alcebíades Peçanha. Distrito Federal: 10 fev 1910. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1293, Lata: 038.

delas. Disto, é possível deduzir que este não era um valor positivo nas trocas desta natureza, na qual a política apresentava-se como um elemento do mundo dos interesses, das negociatas, e que não coadunava com a aparência espontânea da dádiva. Muito embora, o fato de recorrer a um agente do Estado para acessar bens públicos fosse uma articulação política, representando o conteúdo interessado destas práticas. Como demonstrou a preocupação de Henrique Tanner de Abreu ao qualificar o seu indicado:

[...] Pede a venia para recomendar à sua benevola atenção o seu irmão Jorge Tanner de Abreu, telegraphista em Bangú, o qual, poder afirmar, **absolutamente não se envolve em política** [...] Desde já lhe agradece tudo quanto possa fazer em favor de seu irmão [...] ²²⁶ (Grifo nosso)

Os engenheiros tiveram participação, em termos quantitativos, similares nos dois momentos da direção de Paulo de Frontin, em torno de 17%. A primeira fase foi marcada por uma relação que poderíamos classificar como “operacional”, no sentido de garantir postos de trabalho e campo de atuação para os engenheiros – dados os pedidos relativos ao tema terem destaque no período. Entre 1896 e 1897, as cartas oficiais também chegavam deste grupo profissional, vinham de subordinados de Paulo de Frontin na EFCB²²⁷, da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas da Bahia²²⁸ e da Escola Politécnica²²⁹. Já entre 1910-1911, os pedidos empregos tornam-se poucos, sendo recorrentes as correspondências de felicitações, atividades empresariais e referentes ao cotidiano do Clube de Engenharia. Os papéis oficiais desta fase vinham da Comissão Administrativa das Obras do Porto do Rio de Janeiro²³⁰ e da Comissão de Exposição Turim-Roma de Propaganda do Café²³¹.

Os militares também tiveram participação aproximada nos dois períodos, em torno de 10%. Entre 1896 e 1897, estes missivistas ocupavam patentes mais altas das forças

²²⁶ Trecho do cartão de visita de Henrique Tanner de Abreu. Distrito Federal: 23 jan 1910. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1322, Lata: 043.

²²⁷ Carta de Osório Almeida. Distrito Federal: 04 mar 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1291, Lata: 087 e carta de Mariano Aguiar Moreira. Distrito Federal 16 set 1897. Pasta: 1314, Lata:027.

²²⁸ Carta de A. de Frag. Salvador: 12 set 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1291, Lata: 107.

²²⁹ Carta de A. Jetúlio das Neves. Distrito Federal: 23 jun 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1279, Lata: 023.

²³⁰ Carta de Luiz J. Cocq d'Oliveira. Distrito Federal: 18 fev 1910. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1293, Lata: 043.

²³¹ Carta de Pádua Rezende. Distrito Federal: 02 mai 1910. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1293, Lata: 044.

armadas: dois generais, dois coronéis, um major e dois tenentes. Na fase seguinte, o perfil dos militares permaneceu entre os da mais alta patente: um coronel, três majores, um tenente, um 2º tenente e um não identificado. O destaque de suas demandas foi o da indicação de nomes, principalmente, para empregos. Também evidenciaram o seu poder por meio de cartas oficiais, como, entre 1896-1897, do Gabinete do Ministro da Guerra²³², do Ministro da Marinha²³³, Repartição Sanitária do Exército²³⁴, da Diretoria da Escola Superior de Guerra e Assistência da Brigada Policial da Capital Federal²³⁵. Entre 1910-1911, somente uma correspondência, vinda do Supremo Tribunal Militar²³⁶.

O perfil de ocupação dos demais missivistas identificados apresentam perfis diversificados entre si. Eles congregavam profissionais liberais, funcionários públicos, magistrados, produtores agrícolas, trabalhadores mais pobres e desempregados. A diversidade destes missivistas nos dois momentos, acrescidos aos não-identificados (15,84% entre 1896-97 e 22,8% entre 1910-11), demonstra como Paulo de Frontin era solicitado para atender diretamente, por meio de recursos públicos, mundos socioculturais, por vezes, diversos entre si, atuando como mediador entre as demandas específicas destes estratos da sociedade e o Estado.

A diversidade de contextos sociais da metrópole, nem sempre contínuos, aliada aos contextos também de zonas rurais do interior, revelam a oportunidade que Frontin teve de construir alianças também diversificadas. O atendimento de demandas destas parcelas e a criação de compromissos com estes exigia um papel de mediação com “potencial de metamorfose”, ou seja, uma plasticidade no ato de interpretar e negociar como personagens. No entanto, é preciso ressaltar que, embora envolvessem personagens diversos, os recursos materiais pretendidos eram, majoritariamente, por empregos, sobretudo por postos operários e questões de trabalhos daqueles já empregados.

Um destes diversos grupos foi o de trabalhadores da EFCB. No quadro 15 é possível perceber uma tendência em todas as fases, também observada nas obras da

²³² Carta de Francisco José Alves da Fonseca. Distrito Federal: 16 mar 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1291, Lata: 088.

²³³ Carta de Manuel Alves Barbosa. Distrito Federal: 19 set 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1291, Lata: 108.

²³⁴ Carta de Alexandre Marcelino Bayma. Local não declarado: 1 jul 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1314, Lata: 090.

²³⁵ Carta de Sylvestre Tavares. Distrito Federal: 14 jun 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1291, Lata: 098.

²³⁶ Carta de José Figueiredo Rocha. Distrito Federal: 21 jan 1910. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1293, Lata: 032.

Avenida Central: a presença de trabalhadores de parcelas mais pobres da sociedade, ainda que quantitativamente pouco expressiva, entre os missivistas de Paulo de Frontin. Considerando o número de trabalhadores da EFCB identificados, 4,95% corresponderam ao período de 1896-1897 e 1,75% ao período posterior. Ao associar este dado com a informação de que a predominância das demandas referiam-se a questões relativas ao trabalho da Central, é possível reter traços dos vínculos de reciprocidade dos trabalhadores que buscaram este expediente.

A correspondência indica que estes trabalhadores buscaram, basicamente, dois caminhos para o encaminhamento de suas demandas. O mais comum foi via intermediários, que apadrinhavam seus pedidos, e outra foi a entrega de correspondências diretamente ao diretor da Central²³⁷. Neste jogo de reciprocidade, o contato direto com o Diretor Geral representaria um risco, à medida em que significaria uma transgressão da autoridade de chefes imediatos e subdiretores. Sobretudo nestas práticas em que a demonstração da fidelidade e lealdade eram as bases destas regras destas trocas. Em seu conjunto, como veremos no caso do telegrafista Alfredo Prado, as correspondências dos trabalhadores apontam, implicitamente, para os riscos deste expediente, mas que se justificavam pela urgência de recorrer diretamente à última instância de autoridade dentro da EFCB, que era o gabinete do Diretor.

Entre 1896-1897, as cinco correspondências enviadas pelos trabalhadores estiveram relacionadas com seus próprio empregos. Dois pedidos de promoção²³⁸, um pedido de transferência²³⁹, um de readmissão²⁴⁰ e uma carta de despedida da EFCB²⁴¹. Entre 1910-1911, o único pedido foi o de readmissão nos trabalhos da ferrovia de um ex-conferente²⁴². Desta documentação, o caso do telegrafista da estação de Vassouras,

²³⁷ É preciso justificar que esta foi a forma de articulação dos trabalhadores identificadas exclusivamente na série de correspondências passivas do Arquivo Paulo de Frontin. Por isto, apresentar somente a atuação política desta natureza não descarta as mais diversas formas de mobilização dos trabalhadores da EFCB no período, que escapam aos objetivos deste capítulo.

²³⁸ Carta de Braulio Targine das Chagas. Estação de Sant'Anna: 19 ago 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1314, Lata: 006 e carta de Francisco Antônio de Almeida Bastos. Barbacena: 02 ago 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1314, Lata: 010.

²³⁹ Carta de Pedro Ferreira. Lafayetti: 15 ago 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1314, Lata: 001.

²⁴⁰ Carta de Alfredo da Costa Prado. Vassouras: 22 ago 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1328, Lata: 025.

²⁴¹ Carta de João Fernandes da Silva. Distrito Federal: 2 jan 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1285, Lata: 010.

²⁴² Carta de Bauduíno Custódio de Freitas Braga. Distrito Federal: 15 set 1910. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1293, Lata: 026.

Alfredo da Costa Prado supostamente acusado por envolvimento no jogo do bicho, destacou-se pela riqueza de informações.

[...]Peço vos licença para dirigir-vos estas linhas das quaes peço a V. ^a Ex. ^a tomar em consideração. Eu estou encarado por V. ^a Ex. ^a como envolvido em jogo de bixos na estação de Vassouras, conforme V. ^a Ex. ^a tem sciencia mais que é inexato conforme documentos que estão em vosso pôder, se bem que houve o jogo de bichos e infelizmente em minha casa porem feito por um cunhado meu e não por mim que nunca tive se quer, pensamentos em hediondo ramo de viver. Eu não podia por da minha casa para fora quem me tinha pedido hospedagem até alugar caza, accrescendo ser um parente a quem devo gratidões [...] por isso senhor doutor e quem tiver lhe informado, para tirar de mim essa culpa que a mim não pertence e que eu sou quem está soffrendo, por que estou suspenso e removido da estação de Vassouras. Senhor Director, eu estou atrasado com os negociantes de Vassouras e no dia que tiver de me retirar terei de pausar pelo desgosto de ver tomarem os meus utensilios de casa que muita falta me fará, além disso tenho por minha infelicidade minha mulher doente à 5 annos e em estado muito adiantado, dos pulmões e que esse desgosto pode ser factal, por isso Sr. Dr. Director é que em minhas linhas **venho a V. ^a presença e me arrojao aos vossos pes e pesso a V. ^a Ex. ^a pelo amor que V. ^a Ex. ^a consagra a Vossa extremoza familia me perdoar d'essa culpa que tenho sobre mim, sem que eu seja culpado, me perdoe.**

Fiado no vosso coração bondoso espero a vossa mizericordia. [...] ²⁴³ (Grifo nosso).

O pedido do telegrafista Alfredo Prado, para que fosse inocentado da acusação de praticar “tão hediondo ramo de viver”, como qualificou o jogo do bicho, oferece indícios da relação que o trabalhador da EFCB buscou construir com Paulo de Frontin. O argumento central do missivista residia no fato de não ser culpado e, sim, seu cunhado. O encaminhamento, no entanto, demonstra como o missivista compôs um ritual específico. Repleto de afetividade, foram centrais nestes pedidos elementos como a “fidelidade” e a “gratidão”. Assim como a instituição da família e da casa – tendo em vista a preocupação citada com a provisão da casa e a doença de sua mulher. Todos estes elementos compuseram uma relação que tendia à assimetria no vínculo reclamado com o diretor. O trecho grifado reforça a natureza performática destes tipos de linguagem, na qual o missivista construiu um autêntico ato por meios das palavras. Além de informar sobre sua necessidade material, o telegrafista evidenciava, estrategicamente, sua posição de subalternidade para ter seu pleito atendido.

²⁴³ Trecho da carta de Alfredo da Costa Prado. Vassouras: 22 ago 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1328, Lata: 025.

Outro ponto importante foi a visão que o missivista Alfredo Prado fez de si e de Paulo de Frontin. Como vimos no capítulo anterior, estas relações de troca foram construídas por meio de “amizades” entre pactuantes desiguais. Neste caso específico, o missivista não reclamou a relação de “amigo”, assim como todos os demais trabalhadores que escreveram. O tratamento do telegrafista ao diretor da ferrovia foi de “Excelentíssimo Senhor Doutor Frontin” e subscreveu como “Seu obediente subalterno”. O que revela como esta relação assimétrica construída por este grupo possuiu uma lógica de reciprocidade desigual entre “fracos e fortes” em sua aparência e no seu conteúdo, na qual o fato de se colocarem como clientes “subalternos” garantia-lhes a possibilidade de também auferirem recursos nestas alianças.

Os intermediários

A prática da intermediação, na qual o encaminhamento da demanda era feita por um terceiro personagem, compondo um arranjo de troca entre três ou mais pactuantes, foi predominante em ambos os momentos de Frontin na EFCB. Nas correspondências, estas práticas consistiam, basicamente, nas indicações de recomendados. Entre 1896-1897, diante do universo de 88 demandas em cartas preservadas, 65 (73,9%) foram por meio de interlocutores, 16 (18,2%) foram pedidos para si e 7 (7,9%) não há informação. No período posterior (1910-1911), esta dinâmica acompanhou proporções aproximadas, na qual, em um universo de 49 demandas, 36 (73,5%) foram por intermédios, 8 (16,4%) para si e 5 (10,2%) sem informação. O quadro abaixo detalha o perfil de ocupação destes intermediários.

Quadro 18: Ocupação dos Intermediários (1896-1897 e 1910-1911)

Profissão/Ocupação	1896-1897 (Primeira fase)		1910-1911 (Segunda fase)	
	Quantitativo	(%)	Quantitativo	(%)
Político	23	39	14	40
Engenheiro	9	15,25	3	8,57
Militar	5	8,47	3	8,57
Comerciante	4	6,77	1	2,85
Advogado	4	6,77	0	0
Funcionário Público	3	5,08	3	8,57
Juiz	2	3,38	0	0
Professor	0	0	1	2,85
Representantes de Instituições Filantrópicas	1	1,69	0	0
Médico	2	3,38	0	0
Produtor Agrícola	1	1,69	0	0
Fiscal de Porto	1	1,69	3	8,57
Escrevente	1	1,69	0	0
Sem informação	3	5,08	7	20
TOTAL	59	100	35	100

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Observação: O número total de intermediários (59 na primeira fase e 35 na segunda) foi menor que o número total de correspondências desta natureza (65 na primeira fase e 36 na segunda) porque houve missivista que enviou mais de uma correspondência.

O expressivo número de políticos, neste quadro dos padrinhos, reforça o argumento de serem estes os momentos do contato significativo de Paulo de Frontin com as práticas de natureza clientelística da Capital. Como também, em menor medida, do encontro com os compromissos de natureza coronelista, nas cidades do interior dos demais estados que estavam no traçado da ferrovia. Desta forma, o comando da EFCB, como a maior estatal do país, oferecia a oportunidade de construir dívidas pessoais com atores da política institucional e as suas respectivas clientelas tanto da Capital, como no interior, principalmente, de estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Gerais.

Fica evidente, então, que a construção de alianças políticas no exercício de cargos técnicos foi um caminho para os engenheiros articularem-se com a política formal. O possível atendimento aos pleitos de políticos por recursos públicos para suas bases facilitaria a incorporação às redes de compromissos de Paulo de Frontin. E, por isto, na prática, a fronteira entre o jogo político formal e o não-formal tinha uma delimitação complexa, à medida em que os políticos profissionais, como intermediários de suas clientelas, integravam clientelas de outros mediadores que não disputavam votos e vice-versa. Em outras palavras, esta é a evidência de como o exercício os cargos públicos na área da engenharia favoreceu a aproximação destes personagens com uma imbrincadas redes de favores, com a larga participação de políticos.

Como vimos, a principal razão das demandas em ambas as fases foram referentes aos postos de trabalho e questões dos trabalhadores da EFCB. Como demonstra o quadro 18, praticamente todos os missivistas políticos atuaram como intermediários. Neste sentido, é possível considerar que os principais recursos da ferrovia foram o alvo dos interesses de políticos, que por meio de sua influência dentro da estrutura do Estado, procuraram de forma particularista os recursos para o atendimento de suas clientelas.

Os demais intermediários, seguiram a tendência geral de missivistas já apontada: engenheiros e militares seguidos por uma composição mais difusa de parcelas sociais, sobretudo de profissionais liberais, trabalhadores e magistrados. Diante desta composição heterogênea era esperado de Paulo de Frontin uma posição de mediador que tendia à metamorfose, no sentido de atender estratos diversos da sociedade, que partilhavam experiências e interesses também distintos. Os intermediários, por sua vez, também eram mediadores e, através de suas demandas, construía canais entre seus apadrinhados e Paulo de Frontin,

Nas correspondências de intermediários, a rigor, a dinâmica dava-se entre três pactuantes: I) Paulo de Frontin, o gestor do recurso solicitado, II) o intermediário, que possuía vínculos com Frontin ou prestígio necessário para encaminhar o pedido e III) o indicado, que não teria acesso ou acesso dificultado ao recurso sem o intermediário. Na lógica deste jogo de reciprocidade, a demanda de um intermediário era um convite à aliança na qual todos pactuantes tinham bens materiais e/ou imateriais a ganhar e a perder. Paulo de Frontin tinha a oportunidade de distribuir os recursos materiais e criar dívidas com o intermediário e o indicado; o intermediário, por sua vez, realizava o encontro, no qual o que tinha a oferecer com recurso era a sua própria rede de relações e prestígio,

criando uma dívida com o seu indicado. Este, a parte mais fraca deste jogo, tornava-se obrigado com os demais, porém era quem recebia o bem material.

Como demonstra este caso clássico de intermediação feita pelo engenheiro que assinou como A. de Frag, intervindo por uma colocação de emprego para Erico Rocha. É possível observar como a principal função do missivista foi a de fornecer, através de seu prestígio pessoal, o contato entre seu apadrinhado e Frontin. Em práticas desta natureza, percebidas pelo agente como “proteção”, revela-se como a rede de contatos destes mediadores eram, por si, bens políticos e poderiam tornar-se em canais de recursos públicos.

[...] É portador desta o sr. Erico Rocha, meo amigo, e moço de excellentes qualidades; que vae ao Rio em procura de uma collocação. O alto prestígio do meu illustre mestre, **si tiver em valia a minha intervenção**, póde servil-o muito, ajudando-o a conseguir o seo intento. Por esse obsequio serei eu o devedor a sua generosidade, cativando-me ao reconhecimento que, antecipadamente, aqui testemunho, sua certeza, de merecer o meo amigo a sua proteção [...] ²⁴⁴ (Grifo nosso)

Justificativas das demandas

Quadro 19: Justificativas dos missivistas (1896-1897 e 1910-1911)

Motivo	1896-1897 (Primeira fase)	1910-1911 (Segunda fase)
	Ocorrência	Ocorrência
Amizade	91	57
Obséquio/Favor	29	22
Justiça	13	6
Bondade	12	4
Necessidade Material	11	4
Proteção/Amparo	10	3

²⁴⁴ Trecho da carta de A. de Frag. Salvador: 12 set 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1291, Lata: 107.

Não impacto nas receitas da EFCB	6	1
Benevolência	6	6
Competência Profissional	6	6
Familiar	4	3
Generosidade	3	1
Boa Vontade	3	0
Confiança	3	3
Doença	2	0
Gentileza	2	3
Cavalheirismo	2	0
Direito	1	0
Regulamento da EFCB	1	0
Fineza	1	2
Misericórdia	1	0
Fé	1	2
Interesse Econômico da EFCB	1	0
Honra	1	3
Retidão	1	0
Consideração	0	1
Morte	0	1
Caridade	0	1
Simpatia	0	1

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Observação: Os termos acima foram coletados por incidência nas correspondências e agrupados nestas categorias.

Este extenso quadro das justificativas apresentadas pelos missivistas para legitimar suas demandas demonstra como práticas desta natureza eram complexas, diversificadas e legitimavam-se na conjugação de diversos vínculos e instituições. Por meio de trocas, concomitantemente institucional e pessoal, uma gama de valores circulava nestas correspondências e davam forma à articulação política destes agentes. Nas duas fases foi possível perceber regularidades entre os missivistas que explicitaram as razões para os seus pedidos. O vínculo de amizade e uma relação de favor/obséquio foram centrais nestas demandas.

Os vínculos de “amizade” e “favor” reclamados por atores com uma composição social diversa demonstra como estes “amigos” eram desiguais entre si. Exigindo, portanto, os mais diversos níveis de reciprocidade que sustentassem o contato com Paulo de Frontin. Estas amizades possuíam algum nível de desigualdade, seja do ponto de vista

de uma assimetria que tendia a uma relação horizontalizada (entre “fortes e fortes”) com atores que controlavam recursos diferenciados – como vimos na relação com os políticos, seja a assimetria mais verticalizada (entre “fortes e fracos”), na qual estes atores colocavam-se numa posição de inferioridade para auferir recursos – como vimos com o trabalhador da EFCB.

Importante também salientar neste quadro as variações dos elementos imateriais que, na perspectiva dos missivistas, justificavam os recursos públicos pleiteados. O que aponta para a diversidade do caráter afetivo, moral e até religioso destas trocas, que foram justamente os principais elementos performáticos na apresentação destas demandas. Neste sentido, evidencia-se que uma das poucas características que estas formas de atuação política tinham em comum era a sua lógica de troca de dádivas ou benefícios. Nelas o acesso aos recursos públicos era compreendido com uma concessão de foro pessoal de Paulo de Frontin e, para consegui-los, os missivistas construía uma legitimidade própria, que articulava bens materiais e imateriais. Assim eram criadas dívidas pessoais entre o engenheiro e os missivistas como resultado destas trocas.

Outro ponto geral que o quadro sinaliza, que já foi observado do capítulo passado, é, como na perspectiva destes agentes, a dádiva não se opunha aos valores ou instituições como o da “justiça”, “competência profissional”, “direito”, “regulamento da EFCB” e o “interesse público”. Vejamos como o problema se apresentava nestes casos:

[...] Desejo-lhe saúde e à sua Exma. Família. Conforme combinamos quando estivemos juntos ahi, communico-lhe que a sua ordem dada por escripto na minha presença, para ser removido do Bom Jesus para o seu antigo lugar nesta estação de Rezende, o telegraphista Fraternal de Freitas Guimarães, ainda não foi cumprida [...] Segundo lhe expuz verbalmente a rasão toda politica que motivou a remoção do Snr. Fraternal d'aqui para Bom Jesus, **espero do seu espirito recto e justiceiro**, conforme a sua promessa, que muito breve elle estará aqui ocupando o seu antigo lugar. Ainda mais esta vez agradeço-lhe este **favor** e disponha [...] ²⁴⁵ (Grifos nossos)

[...] Crente que V.^a Ex.^a tomando em consideração o justo pedido que lhe faz, um de seus mais dedicados auxiliares, um empregado de 22 annos de serviço, um chefe de numerosa família e finalmente a um empregado que não tendo protecção, só conta com o seu mérito mediocre, **e a justiça reconhecida de seus chefes**, o attenderá, desde ja antecipa seu eterno reconhecimento, e ancioso

²⁴⁵ Trecho da carta de Barão do Bananal. Resende: 21 jan 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Lata

aguardará suas ordens, não pondo duvida em servir em qualquer estação por onde for designado [...] ²⁴⁶ (Grifo nosso)

Os dois trechos acima, um do Barão do Bananal e outro do trabalhador da EFCB Francisco Antônio Bastos, reivindicaram o desejo de justiça. Sem detalhar os motivos da política local de Resende que motivaram a remoção do funcionário, o favor do Barão justificava-se, justamente, por reparar danos causados por razões políticas. Mais uma vez a referência à política com um acento negativo. No segundo caso, também utilizando do expediente de vínculos particularistas, o missivista justificou seu pedido de promoção também por um desejo de justiça.

Ambos os casos aproximaram-se por tratarem do desejo “justiça” que tinha como cerne a proteção do mais “fraco”. Em primeiro lugar, uma justiça que não era a justiça impessoal. Marcada pelo vínculo particularista e com uma formalidade própria, que poderia ser a mediação de um conflito de interesses, no caso do primeiro pedido, ou reparar uma dívida de reconhecimento da EFCB com o trabalhador, associadas à relação com o empregado, como no segundo caso. Mais uma vez, estes pedidos por justiça também tendiam a vínculos diferenciados, no caso do Barão do Bananal, em uma relação mais simétrica de prestígio do que na relação com o telegrafista.

Outro ponto a ser destacado foi a maneira como os pedidos que envolviam interesses empresariais na da Central eram apresentados como uma forma cerimonial:

[...]Tendo apresentado ao Ex.mo Snr Ministro da Viação uma proposta sobre assumpto que julgo sujeito a vossa jurisdição, tomo a liberdade de enviar junto com esta uma synthese da mesma para previo esclarecimento do assumpto, e tambem para solicitar a vossa valiosa [ilegível], caso julgue digna de attenção, **attento as suas vantagens econômicas** [...] Assim procedo sem mais preambulos, fiado na ligeira apresentação de mim feita ao illustre collega em Parahyba pelo meo parente Henrique Dumont, por occasião da inauguração da mesma, e também na costumeira benevolencia com que recebe e attende aos que o procuram, **para tratar de assumptos de interece da repartição que dirige; ainda mais que neste caso, trata-se de abrir nova frente de renda publica, e irá de encontro com as vossas medidas sabidamente tomadas para infundir novo alento nesse gigante - A Central-, hoje depauperada pelas constantes sangrias** [...] Na esperança que a ideia seja acolhida com benevolencia e que algo se fará para coloca em prática, aguardo as ordens do

²⁴⁶ Trecho da carta de Francisco Antônio de Almeida Bastos. Barbacena: 02 ago 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Lata: 1314, Pasta: 010.

illustre collega de quem sou com elevada consideração e estima [...] ²⁴⁷ (Grifos nosso)

O engenheiro e empresário do ramo de fornecimento de energia elétrica de São Paulo, Octávio Pacheco e Silva, demonstrou como, na prática destes personagens, o interesse empresarial associava-se com a demonstração, ainda que aparente, do interesse público. Não foi possível encontrar no Arquivo Privado Paulo de Frontin a proposta anexada, mas este encaminhamento revela traços destas lógicas que se conjugavam. A correspondência, em si, não trata de detalhes da proposta de negócio, mas cumpriu seu papel de formalidade da apresentação. Desta forma, seu autor explicitou os recursos pessoais que o autorizam apresentar as propostas, como o prestígio de acesso ao Ministro da Viação de Obras Públicas, à época J. J. Seabra, o nível de proximidade com o amigo em comum Henrique Dumont. O que chama atenção é que após tratar de todas as relações particularistas, a justificativa de seu pedido foi a preocupação com o erário da ferrovia – uma demonstração de empenho com o interesse público. Quando, o que estava implícito, era seu interesse como empresário.

É possível perceber como estes missivistas construía uma regra de legitimidade própria que associava as mais diversas instituições, de forma aparentemente desinteressada, nas quais a noção da honra e do empenho pessoal por meio de favores eram fundamentais. Em suas correspondências, destacou-se um vínculo de dévidas em relação a Paulo de Frontin, na qual esperava-se criar uma aliança com o engenheiro mais difusa e duradoura.

A comparação de parte das correspondências recebidas por Paulo de Frontin nas oportunidades em que foi diretor da EFCB demonstrou que ambas as fases mantiveram semelhanças - guardadas as proporções do quantitativo de cartas recebidas em cada período. Em relação ao perfil de missivistas, foram majoritários os políticos

²⁴⁷ Trecho da carta de Octávio Pacheco e Silva. São Paulo: 04 fev 1910. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1293, Lata: 035.

profissionais, seguidos de engenheiros, militares de patentes altas e uma quantidade mais difusa e heterogênea de perfis profissionais. Em relação ao conteúdo destas cartas, destacaram-se o encaminhamento de demandas por vagas de trabalho na ferrovia e questões relacionadas aos trabalhadores da EFCB (promoção, transferências e demissões).

A administração de recursos da ferrovia permitiu o contato mais duradouro de seu diretor, em ambos os momentos, com lideranças políticas e suas respectivas clientelas, com o seu grupo profissional e grupos diversos da Capital Federal e também com regiões do interior dos estados. Do ponto de vista geral, estas correspondências evidenciam uma dinâmica que se configurava em redes complexas, sustentadas por compromissos pessoais, com um centro na Capital, composta de diversos níveis de mediação, baseada na distribuição de recursos públicos.

Foi possível também observar nesta documentação uma concentração maior na cidade destas relações na primeira fase e uma expansão, ainda que sutil, no segundo momento. Isto indica que quando dirigiu a EFCB pela segunda vez, Paulo de Frontin já tinha angariado o prestígio e as redes de relações construídos sobretudo em cargos públicos, que lhe conferiam tornar-se mais conhecido na cidade do Rio de Janeiro, no interior dos estados e uma fama internacional. O que veremos agora é como a oportunidade de gerir a distribuição dos recursos influenciaram no prestígio do engenheiro, sob a ótica dos próprios missivistas.

– O prestígio na distribuição de recursos públicos

Até este momento do trabalho muito foi dito sobre o reconhecimento da figura de Frontin por parte dos missivistas nos seus rituais de troca. Por isto, é importante aprofundar a natureza do reconhecimento de seu prestígio, que se tornou um autêntico bem político auferido no exercício destes cargos. Desta forma, considerando as variáveis da trajetória do engenheiro naquele momento, qual seja o de atuar de fora da política partidária, em um ambiente social complexo como o da Capital Federal, ainda assim

articulando-se com as regiões do interior, sobretudo, dos estados do Rio de Janeiro, Minas Geras e São Paulo. Esta sua posição estratégica na função pública facilitou a construção de redes de favores própria, legitimadas em torno de prestígio pessoal.

Em seu sentido mais genérico, o termo prestígio foi definido em 1899 como: “m. ilusão, atribuída a sortilégios; ilusões produzidas por meios naturaes, (fig) fascinação; attracção, grande influência; importância social”²⁴⁸. Pois é a dimensão figurada do termo, associada à influência e à importância social do indivíduo ou do grupo, o cerne da questão. Em tese, no ambiente da cidade do Rio de Janeiro existiram inúmeras formas de construir uma posição de visibilidade social, como a herança familiar (de bens materiais e imateriais), o casamento, a educação (sobretudo superior), atuação profissional, religiosa, filantrópica, por meio de alianças com setores estratégicos da sociedade (imprensa, operariado, políticos profissionais, empresários e comerciantes, etc) e pela própria guerra aos adversários.

O “cortejo à popularidade”²⁴⁹, como constatou Surama Pinto, foi uma das condições para a construção de uma carreira política no Distrito Federal. O que exigia muito mais do que a simpatia, tendo em vista que não havia espaço para o domínio generalizado de coronéis na Capital, como acontecia no interior do país. Por isto, a construção de clientelas políticas demandava prestações de serviços à população. Estes prestígios eram construídos como o oferecimento de serviços médicos, advocatícios, participação em sociedades filantrópicas, manutenção de contato com o operariado e vínculos com a imprensa.

É necessário assinalar que não se trata de medir o prestígio de Paulo de Frontin, ao longo dos três cargos, em termos quantitativos. Este critério não é o melhor caminho porque o prestígio é um recurso imaterial dinâmico e articula-se com as questões conjunturais e, ao mesmo tempo que pode significar um acúmulo, em termos de experiência, também pode significar um decréscimo em relação a adversidades momentâneas. Além disto, é preciso considerar que o fato de ser lembrado para estes cargos era uma posição privilegiada por si e indicava a inserção em uma teia de relações pessoais, como demonstramos no perfil biográfico de Frontin no início do trabalho. Além disto, já mencionamos os riscos de acúmulo documental que a própria natureza dos

²⁴⁸ FIGUEIREDO, Candido de. Op. Cit, 1899, p. 362.

²⁴⁹ PINTO, Surama Conde Sá. Op. Cit, 2011, p. 68-72.

arquivos privados enseja. Neste sentido, uma comparação em termos quantitativos seria arriscada.

A relação que aqui se estabelece é a da construção do mito²⁵⁰ Paulo de Frontin através destes rituais de troca. Desta forma, havia entre os rituais e o prestígio de Paulo de Frontin uma relação de “mão-dupla”. Nela, a construção da narrativa do mito do engenheiro foi um fator importante para manter o seu prestígio e, conseqüentemente, os rituais de troca de recursos públicos continuarem existindo. Como também os rituais de trocas foram oportunidades significativas para a reafirmação da figura mitológica e do prestígio de Frontin.

Como vimos, as trocas não obedeciam à lógica do “tomá-la-dá-cá” simplesmente; a solicitação de um recurso não consistia no puro cálculo da racionalidade econômica ou política, nas quais tudo possuía um valor monetário e que poderia ser negociado a qualquer momento. Entre as pessoas e as coisas trocadas criavam-se vínculos que davam a este tipo de práticas políticas características próprias. A solicitação de Paulo de Frontin para o atendimento de recurso público era da ordem de dádivas. Distintas entre si, os missivistas criavam legitimidades próprias para a obtenção de tais recursos. Pois, se as legitimidades de trocas desta natureza não eram únicas, o prestígio advindos destas relações era somente político e econômico?

Não é possível negar, entretanto, a existência da face material destas relações e suas implicações políticas e econômicas. Este prestígio advinha da capacidade social do indivíduo de possuir grupos de amigos diferenciados entre si (portanto, em posições diversas da sociedade) por meio de compromissos. Os quais constituíam a sua própria clientela e davam suporte para a expansão do seu próprio raio de influência. A dívida construída por meio da dádiva criava alianças duradouras porque consistia na obrigação moral de retribuição ao pleito que foi atendido. O único vestígio encontrado no arquivo de Paulo de Frontin do retorno material da dádiva foi o do presidente do Estado do Rio de Janeiro, em 1911. Abaixo, o trecho deste caso.

[...] Tenho o prazer de acusar recebida a prezada carta de V. Ex. ^a de hontem datada, em que manifesta o desejo de ver nomeado o Dr. Cariolano Teixeira, Promotor Publico do Estado (...) Apezar dos innumerados pedidos que tenho

²⁵⁰ O conceito será tratado como uma categoria a seu elucidada do ponto de vista dos próprios missivistas. O enfoque será sobre narrativa construída de Paulo de Frontin na performance das cartas.

recebido para esses cargos, fica desde já assentada a nomeação de seu candidato, **tal o empenho que faço em cumprir as ordens do meu illustre amigo, a quem devo os mais assinalados serviços** [...] Tudo que me determinar, será promptamente executado. Com o maior apreço, consideração e profundo reconhecimento, tenho a honra de subscrever-me [...] ²⁵¹

Este trecho da carta do governador fluminense foi a evidência de como os recursos materiais, construídos por meio de dádivas, retornavam. A retribuição esteve vinculada, em seu cerne, à noção de honra e também de crédito. A possibilidade da não retribuição à altura ou de não atender a uma demanda feita, tinha como sanção a demonstração de fraqueza. Por isto, embora tenham a aparência de grandes atos de generosidade pessoal, evidencia-se mais uma vez o caráter de rivalidade de trocas desta natureza. Na qual a impossibilidade de atender ou retribuir aos amigos poderia representar o seu esquecimento e até mesmo a sua morte política junto ao grupo. Esta dinâmica, no entanto, funcionava entre as amizades que tendiam à simetria de prestígios – políticos, engenheiros renomados, militares de altas patentes, magistrados, empresários, etc.

Já do ponto de vista do prestígio junto àqueles que reivindicavam uma relação de subalternidade em relação a Frontin, a retribuição era outra. Nestes casos, como vimos em seus rituais, o retorno da dádiva recebida estava, justamente, em reconhecer-se de antemão como inferior, como um cliente. É preciso destacar que, embora em suas performances assumissem lugares subalternos, esta era também uma estratégia destes agentes verem suas demandas atendidas. Como retribuição estava o fato de manterem-se fieis e esta foi uma forma de vínculos, por exemplo, com os engenheiros e operários das obras empreendidas, como os trabalhadores da EFCB.

Por outro lado, a construção do prestígio teve sua face imaterial. O mito de Paulo de Frontin, construído nos rituais, foi recorrentemente associados à figura do “amigo”, do “doutor”, do “justo” e, somente entre 1910-1911, do “Conde”.

A figura do “amigo”, como vimos no capítulo anterior, não significou igualdade entre Frontin e seus missivistas. Elas consistiam em diversas posições assimétricas entres estes personagens, caracterizada por forte traço de afetividade. A rigor, o “amigo” Paulo de Frontin construído nas correspondências conjugava-se com a figura da autoridade do Estado, sobretudo pela recorrência do tratamento de “Vossa Excelência”. Desta forma,

²⁵¹ Carta de Francisco Chaves de Oliveira Botelho. Distrito Federal: 24 jan 1911. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1318, Lata: 007.

elas também misturavam a informalidade da amizade e a formalidade de uma carta oficial. Um mito que era criado nas cartas com uma personalidade e atributos pessoais muito diversos. Foram eles, a bondade, a benevolência, a generosidade, a simpatia, a gentileza, o cavalheirismo, a fineza, a misericórdia, a honra, a retidão, a caridade, a delicadeza e humanidade - todos eles estiveram contidos nos quadros anteriores de justificativas dos pedidos.

Estes missivistas também consolidavam o mito do “Doutor”, ressaltando a sua atividade no campo de engenharia. Procuraram fortalecer a imagem do “líder dos engenheiros”, que teve papel fundamental nos rumos desta área profissional, com projeção nacional, como podemos ver neste trecho.

[...] não faço questão de ordenado, mas sim de trabalhar, mediante suas sabias **ordens como 1o Engenheiro desta República, que assim tem sempre demonstrado ser o socorro de minha família** que acha-se atualmente em condições precárias e desde já agradeço a V. Ex.^a desta proteção [...] ²⁵²

Este era o prestígio fundamental, do ponto de vista dos missivistas, que legitimava sua atuação de Frontin nos referidos cargos públicos. O destaque para o seu perfil técnico, como engenheiro, era a imagem pública consolidada naquele momento. A sua correspondência passiva demonstra como esta percepção vinha tanto dos quadros dos engenheiros, quanto em relação aos que não eram engenheiros. Além disto, havia a percepção dos missivistas de que este personagem estava distante das negociações da política institucional, isto porque não houve nenhuma referência à sua figura como político. Muito embora, a consistente atividade epistolar com políticos, como vimos, indique a distância entre o cotidiano da política e a construção do mito.

Paulo de Frontin também foi visto como “justiceiro” ou “justo”. Em uma percepção muito peculiar da justiça, que tinha o sentido do socorro ao mais fraco. Como já abordamos, a atuação solicitada do “justiceiro” ou “justo”, de maneira geral, era

²⁵² Trecho da carta de Luiz Marques Gouvêa. Distrito Federal: 07 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1292, Lata:136.

justificada pela necessidade de proteção pela adversidade pessoal do próprio missivista ou de seu indicado:

[...] vem respeitosamente à presença de V. Ex.^a. Solicitar a sua readmissão na mesma categoria, sentido-se forte ao fazel-o, não só por ser conhecedor dos **altos dotes moraes e da justiça de que V. Exc.^a vem praticando na vossa fecunda administração** [...] Assim é, Exmo Snr, que o abaixo assignado, velho servidor do Estado, ousa vir à presença de V. Ex.^{cia}. que tem sido o **abrigo dos pequenos e a garantia** dos que dependem da vossa justiça [...] ²⁵³(Grifo nosso)

[...] Pela primeira vez Ex.^{mo}. Senhor, vou dirigir-me a V.a Ex.a para fazer-lhe um pedido, e como sei o quanto é V.^a Ex.^a **justiceiro para com seus empregados**, estou por isto convencido que me attenderá, porque felizmente para os empregados da Estrada, ainda temos um Director que sabe fazer justiça a seus subordinados. [...] Crente que V.^a Ex.^a tomando em consideração o justo pedido que lhe faz, um de seus mais dedicados auxiliares, um empregado de 22 annos de serviço, **um chefe de numerosa familia e finalmente a um empregado que não tendo proteção, só conta com o seu mérito mediocre, e a justiça reconhecida de seus chefes**, o attenderá, desde ja antecipa seu eterno reconhecimento, e ancioso aguardará suas ordens, não pondo duvida em servir em qualquer estação por onde for designado [...] ²⁵⁴ (Grifos nossos)

Em ambos os casos, de trabalhadores da Central, a justiça esperada nesta construção do mito associava a justiça ao vínculo do mérito e da proteção. Sobretudo, a proteção que se justificava pelo mais fraco – em dificuldades materiais. A justiça em que Frontin era solicitado a praticar também era uma dádiva ou um benefício esperado de seus missivistas.

Outro aspecto associado à narrativa mitológica de Paulo de Frontin foi a questão da religiosidade católica. O projeto de construção do novo prédio da Arquidiocese do Rio de Janeiro rendeu-lhe o título de “Conde” da Santa Sé, através do Papa Pio X, em 1907²⁵⁵. Religioso praticante, manteve vínculos com a Igreja Católica, sobretudo participando de irmandades católicas²⁵⁶. Foi possível observar que entre 1896 e 1904, ou seja, durante o período em que esteve na EFCB e na Av. Central as referências à religiosidade com um atributo de Paulo de Frontin foram escassos. Neste caso, uma das poucas ocorrências, foi

²⁵³ Trecho da carta de Bauduíno Custódio Braga. Distrito Federal: 15 jul 1910. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1293, Lata: 026.

²⁵⁴ Trecho da carta de Francisco Antônio de Almeida Bastos. Distrito Federal: 02 ago 1897. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1314, Lata: 010.

²⁵⁵ Cf. CURY, Vânia Maria. Op. Cit, 2000, p. 154-156.

²⁵⁶ Sobre a lista de irmandades e associações católicas que Paulo de Frontin participou, ver ATHAYDE, Raymundo. Op. Cit, 1972, p. 146-149.

a de um professor de um centro católico na região central da cidade, que pedia para que não fosse removido de sua sala nas obras da Avenida Central.

[...] allí funciona o Centro Catholico que attento ao seu nobre fim nenhuma duvida haveria em continuar n'uma sala nossa. A gente elevada e digna que allí se reune, ficaria satisfeita e util à nossa religião [...] Digo isto muito reservadamente [...] **porque creio que a sua sciencia mathematica mais illustre não lhe matou a fé** [...] ²⁵⁷ (Grifo nosso)

Já entre 1910-1911 houve uma virada em relação à sua religiosidade na construção de seu prestígio. Esta consideração é possível pela recorrência do tratamento “Conde” ²⁵⁸ na saudação das correspondências – em referência ao título recebido do Vaticano. Muito embora os elementos principais de seu prestígio fossem outros, este foi mais um traço com o qual foi construído a mitificação do engenheiro ao longo destes anos.

A construção de prestígio de Frontin, por meio das cartas, foi muito elogiosa, afetiva e cerimonial, afinal de contas eram feitas, em grande medida, por aqueles que precisavam de um favor. O que existia, no entanto, por trás de toda esta demonstração de generosidade era uma forma de interesse peculiar. E por meio de um fluxo de troca de dádivas, estes homens criavam dívidas, em meio a esta “guerra de propriedade” aparentemente desinteressada e, ao mesmo tempo, obrigatória.

É importante considerar que o principal elemento do prestígio de Paulo de Frontin, no exercício destes cargos, foi a oportunidade de expandir sua clientela pessoal. As cartas recebidas constituem-se como vestígio de importantes elementos para a construção de uma rede de aliados, a qual conjugava participantes diversos que desempenhavam papéis diversos, através vínculos diferenciados. Utilizando-nos de uma metáfora, o indício desta clientela constituiu-se em uma “colcha de retalhos sociais”. Os retalhos sociais maiores eram representados por engenheiros, que, como vimos, não eram todos iguais – havendo uma hierarquia dentro deste grupo, que dava a sustentação política principal a Frontin.

Outro segmento social desta colcha era composto por políticos com representação nacional e suas respectivas clientelas, como também, em menor medida, lideranças locais

²⁵⁷ Trecho da carta de Francisco Joaquim Bithencourt da Silva. Distrito Federal: 16 jun 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1314, Lata: 010.

²⁵⁸ Foram encontradas 10 ocorrências do tratamento “Conde” por Paulo de Frontin entre 1910-1911 e nenhuma nos recortes anteriores.

dos principais estados da federação com as suas lógicas oligárquicas. Muito embora Paulo de Frontin não tivesse construído, naquela fase de sua vida, uma clássica rede clientelista, que conjugasse troca de compromissos com o voto, ele construiu vínculos com agentes que operavam em redes com esta configuração, que acabavam integrando-se à sua própria. Outro grupo que compunha este arranjo era o dos militares, sobretudo de patentes mais altas, que possuíam suas redes de favores e foram protagonistas da política da Primeira República em algumas ocasiões. Em um deles, com a vitória de Hermes da Fonseca, Frontin manteve-se nos quatro anos de seu governo na Estrada de Ferro Central do Brasil.

Há vestígios, também na documentação de Frontin, de trabalhadores mais pobres, como os da EFCB que, como vimos, representavam uma base de sustentação para políticos, sobretudo da cidade do Rio de Janeiro. Além disto, compunham esta “colcha” outros personagens que ocupavam lugares sociais distintos, ainda que em “retalhos menores”, faziam parte desta rede de vínculos pessoais e troca de favores. Nesta “colcha”, os retalhos eram costurados de formas diferenciadas, com vínculos que ora tendiam à simetria de relações, ora a relações mais desiguais, ora eram costurados diretamente, ora costurados por intermediários.

Nesta multiplicidade de contextos, Paulo de Frontin teve a oportunidade de consolidar a sua base política exercendo uma mediação com potencial de metamorfose, estabelecendo contatos com domínios, por vezes, diversos entre si. Esta mobilidade entre experiências, às vezes até contraditórias permitiram a possibilidade de passear por entre estes contextos e criar vínculos com seus participantes.

Desta forma, é possível consolidar as duas principais hipóteses deste trabalho. A primeira, na qual estes momentos foram fundamentais para a construção e ampliação de uma rede clientes baseadas em compromissos pessoais. Além disto, os que tornavam-se devedores de Paulo de Frontin criaram uma legitimidade própria para o acesso aos recursos públicos, que conferiu ao engenheiro um prestígio diferenciado na Primeira República.

Considerações Finais

Na trajetória de vida de Paulo de Frontin, entre 1896 e 1914, houve momentos privilegiados para compreender uma forma específica de construção de clientela política na Capital Federal da virada do século XX. Foi possível evidenciar, ao longo deste trabalho, como redes de alianças foram tecidas por meio da gestão de recursos públicos. Uma forma de articulação política que não foi, puramente, o resultado da generosidade entre os seus pactuantes, como também não foi, somente, fruto de puro cálculo político (o toma-lá-dá-cá). Por meio da análise das correspondência recebidas por este personagem, é possível considerar que elas se constituíram em um espaço de trocas de dádivas entre “amigos” desiguais, no qual todos auferiam benefícios (materiais ou imateriais).

O excessivo quantitativo de pedidos ressaltou como a inserção de engenheiros nos quadros executivos do Estado facilitou a possibilidade de construírem compromissos políticos com parcelas da população. Por meio do discurso de “representantes da ciência” e “promotores do progresso” e atuando em áreas estratégicas, como no sistema ferroviário e nos melhoramentos urbanos, estes agentes compuseram com grupos mais amplos que os próprios profissionais de sua categoria. Como vimos, entre os principais solicitantes de Frontin, estavam os políticos, engenheiros, militares, magistrados, demais profissionais liberais, empresários, comerciantes e até mesmo parcelas mais pobres da população.

No período em que Paulo de Frontin assumiu, pela primeira vez, a direção da EFCB, foi possível observar a regularidade entre políticos, engenheiros e militares como seus principais missivistas, sendo as demandas por empregos e questões relativas aos empregados da Central as mais preponderantes. Seguidos deles, havia uma gama de correspondentes advindos de parcelas mais diversificadas da sociedade, inclusive de setores mais pobres, como os trabalhadores da ferrovia. A presença maciça de pleitos por parte de políticos indicou como a ferrovia era um posto estratégico para o abastecimento de suas bases políticas e o cargo de diretor era uma posição privilegiada nesta dinâmica. Além disto, por conta do caráter de dádivas destas trocas, a posição ocupada por Frontin facilitava a criação de compromissos pessoais com os políticos e os demais solicitantes.

Posteriormente, o comando da Comissão Construtora da Avenida Central foi outro cargo fundamental para a construção de alianças por meio da trocas de bens públicos. A análise do primeiro ano das obras revelou a mesma tendência do perfil de missivistas (engenheiros, políticos e militares) que solicitavam, principalmente, empregos. Em um momento do auge da atuação dos engenheiros no espaço urbano da Capital na Primeira República, esta também foi uma fase privilegiada para que estes agentes construíssem suas clientelas por controlarem uma quantidade significativa de recursos públicos. Principalmente as vagas de emprego, bens valiosos de troca no mantimento das bases políticas.

O retorno do engenheiro, em 1910, à EFCB confirmou uma tendência observada nos anos anteriores de predomínio dos políticos, engenheiros e militares como principais demandantes de benefícios públicos (sobretudo, emprego). Isto demonstra como esta era a principal base de sustentação da rede de relações de Paulo de Frontin na passagem do século XIX para o XX. Nos dois momentos em que esteve na EFCB, foi possível observar também o contato de Paulo de Frontin com parcelas da população de cidades do interior, que estavam no traçado da ferrovia e a possibilidade de construir compromissos com aquelas lideranças locais.

Ainda que a documentação aponte para a recorrência destes três grupos profissionais como potenciais clientes de Frontin, eles próprios possuíam hierarquias internas. Na diversidade de performance de seus pedidos, recorrentemente marcadas por algum grau de assimetria, evidenciou-se as diferenças de prestígio no interior dos grupos. A rigor, o ato de encaminhar pedidos pressupunha assumir, ainda que aparentemente, uma posição de inferioridade. Porém, dentro do contexto dos rituais realizados pelos missivistas, estas relações ou tendiam à simetria, entre personagens com prestígio equivalentes, mas não iguais (uma relação entre fortes e fortes) ou tendiam à assimetria de forças, entre personagens que evidenciavam sua posição de subalternidade (uma relação entre fracos e fortes). É preciso ressaltar que, caso o pleito fosse atendido, em ambas as formas de reciprocidade, todos os personagens auferiam recursos.

A atuação de intermediários de favores pessoais foi observada durante todo o trabalho. Estes agentes, através de seu potencial de metamorfose social, atuavam no sentido de apadrinhar as demandas, sobretudo, de parcelas mais pobres da sociedade carioca. Por conta da diversidade do perfil destes missivistas, é razoável considerar que o próprio Frontin também desempenhou este papel. O recebimento de pleitos exigia do

engenheiro a capacidade de interagir com personagens que possuíam visões de mundos, por vezes, distintas, assim como processar e sintetizar estas demandas, ao mesmo tempo em que estes contatos permitiam a construção de alianças com agentes advindos de universos sociais distintos.

Em seu conjunto, o encaminhamento das demandas operava dentro de uma lógica de reciprocidade similar à de dádivas. O caráter da rivalidade de poder entre fortes ou a aceitação da subalternidade esteve na base destas relações, embora assumissem a forma de trocas entre amigos, coberta de amabilidades e generosidades. Estes pleitos revelaram-se como autênticos convites à aliança pessoal com Paulo de Frontin e a possibilidade de aceitá-las era, por si, uma demonstração de poder e de capacidade de criar aliados.

Desta forma, foi possível testar e comprovar a hipótese de que a trajetória de Paulo de Frontin em cargos públicos lhe permitiu uma posição estratégica para a construção de sua própria clientela política. Esta rede em expansão de amigos construídos por favores pessoais tornava-se um importante ativo político. Mais do que somente um “porta-voz” dos engenheiros, este ativo ajudava a garantir o seu prestígio como articulador no centro do poder.

No interior desta clientela, seus integrantes construía uma legitimidade própria, sustentado por toda sorte de instituições (familiares, profissionais, jurídicas, econômicas, religiosas, etc) para justificar o acesso aos recursos públicos. Na percepção destes missivistas, conjugava-se, de maneira específica, os vínculos formais e informais, o domínio do público e do privado, assim como o próprio caráter de dádiva não era o avesso da lógica do mérito ou do interesse econômico.

Paulo de Frontin inseriu-se nos quadros do Estado, como “porta-voz” da engenharia e, posteriormente, dos engenheiros. Durante o período em que ocupou cargos públicos, mas não apenas, construiu sua complexa rede de clientela que se estruturava por meio de “amigos” desiguais entre si. Entre eles, estavam desde as mais poderosas figuras da política republicana até parcelas mais pobres da população carioca. Esta foi uma forma de fazer política que lhe garantiu o papel de articulador estratégico e abriu-lhe caminhos para tornar-se, em fins da década de 1910, uma das principais forças políticas da cidade do Rio de Janeiro.

Fontes

Correspondências

Série de Correspondências Passivas. Arquivo Privado Paulo de Frontin – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB): 1896-1897, 1903-1904 e 1910-1911.

Dicionários

FIGUEIREDO, Candido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão, v. 1, 1899.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando e PAULA, Christiane Jalles de (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>> . Último cesso em: 13 mar 2017.

Fontes impressas

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **Instruções para a comissão construtora da Avenida Central.** Rio de Janeiro: Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1903.

FIGUERA, Manuel Fernandes. **Memória Histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

Periódicos

Almanak Laemmert. Rio de Janeiro: 1896-1911.

O Gato: álbum de caricaturas. Rio de Janeiro: 1912.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro: 1904 – 1910.

Diário de Notícias. Rio de Janeiro: 1889.

Bibliografia Citada

ABREU, Maurício de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN-Rio/ Zahar, 1988

ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS FERROVIÁRIOS. **Breve História da EFCB**. Sem data. Disponível em << <http://www.ferrovias.com.br/portal/quem-somos/historia-da-ferrovia/> >> Acessado em: 13 mar 2017.

ATHAYDE, Raymundo de. **Paulo de Frontin: sua vida e obra**. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1961.

AUSTIN, J. L. **Quando Dizer é Fazer – Palavras e Ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2003.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: Um Hausmann Tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das bases política: política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume-Damará, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Marginália: algumas notas adicionais sobre o dom**. Revista Mana, v.2, n.2, 1996.

CAMMACK, Paul. **O Coronelismo e o Compromisso Coronelista: Uma Crítica**. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, nº 5, Belo Horizonte, 1979, p. 1-20.

CARVALHO, Delgado de. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados [online] . Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003> >.

_____. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. José Murilo de. São Paulo: Cia. das Letras, 1987,

_____. **Rui Barbosa e a Razão Clientelita**. Revista Dados. Rio de Janeiro. n.1.v.43,2000

CARVALHO, Lia de Aquino. **Habitações populares**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. Governar por retas: Engenheiros da Belle Époque Carioca. In: **Quatro Vezes Cidade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **A Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

COELHO, Maria Claudia. **Os sistemas da dádiva: dom, sociedade e teoria antropológica**. In: *O valor das intenções: dádiva, emoção e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

CURY, Vânia Maria. **Engenheiros e Empresários: O Clube de Engenharia na Gestão de Paulo de Frontin (1903-1933)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000 (Tese de Doutorado).

DAMATTA, Roberto. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

DUARTE, Nestor. **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Editora Globo, v.2, 1977.

FERREIRA, Jorge Luiz. **A Cultura Política dos Trabalhadores no Primeiro Governo Vargas**. Revista de Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990. p.180.195.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da idade do ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994

_____; GOMES, Ângela de Castro. **Primeira República: um balanço historiográfico**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Vértice, v. 1, n. 4, 1989.

FRACCARO, Glauca Cristina Candian. **Morigerados e Revoltados: Trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008, (Dissertação de Mestrado).

FREIRE, Américo. **Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado**. Niterói: Revista Tempo, vol. 13, núm. 26, 2009, p. 118-132.

_____. **Paulo de Frontin: discursos parlamentares**. 1. ed. Rio de Janeiro: Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Uma Capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX**. Rio de Janeiro: Revan, 2000

FILHO, Saturnino de Brito. **A Engenharia no Brasil**. Rio de Janeiro: sem editora, 1949.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 3ª edição, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. **A política brasileira em busca da modernidade: as fronteiras entre o público e o privado**. In: NOVAIS, Fernando A. (org). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Escrita de Si, escrita da História: a título de prólogo**. In: *Escrita de Si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *Novas elites burocráticas*. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

GRAZIANO, Luigi. **A conceptual framework for the study of clientelism**. In: *Internacional Political Science Review*, vol.4, n4, 1983.

_____. **Clientelismo e sistema político: il caso dell'Italia**. Milão: Franco Angeli, 1980.

HEYMANN, Luciana Quillet. **As Obrigações do Poder: Relações Pessoais e Vida Pública na Correspondência de Filinto Müller**. UFRJ: dissertação de mestrado, 1997.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Coronelismo numa Interpretação Sociológica**. in FAUSTO, Boris(org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 1. São Paulo, Difel, 1975.

KUSCHNIR, Karina. **Cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 136-141.

_____. **Eleições e Representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP-MN-UFRJ, 2000.

_____. CARNEIRO, Leandro Piquet. **As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 13, 1999.

KROPF, Simone Petraglia. **Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade**. In: **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p.83.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1948].

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao Porto. Um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.

LANDÉ, Carl H. Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism. In: SCHMIDT, Steffen W. (org). **Friends, Followers, and Factions**. University of California Press, 1977

LEMARCHAND, Rene (org.) **Political clientelism and development: a preliminary analysis**. In: *Comparative politics*. Vol 4 (2), 1972

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira**. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LUZÓN, Javier Moreno. **El clientelismo político: História de un concepto multidisciplinar**. Revista estudios políticos, n.105, 1999.

MARTINS, Luiz Dodsworth. **Presença de Paulo de Frontin**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas de Bastos, 1966.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974 [1924],

PALMEIRA, Moacir. **Política, facção e compromisso: alguns significados do voto**. In: *Encontro de Ciências Sociais no Nordeste*. Salvador: CRH/FINEP, 1991.

_____. **Política e tempo: nota exploratória**. In: PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

_____. **Voto: racionalidade ou significado?**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.20, 1992.

_____. **Os comícios e as políticas de facções**. Rio de Janeiro: Anuário Antropológico, n. 94, 1995.

PINTO, Surama Conde Sá. **A Correspondência de Nilo Peçanha e a Dinâmica Política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Só para iniciados...o jogo político na antiga Capital Federal**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

_____. Paulo de Frontin. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC-FGV**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Frontin,%20Paulo%20de.pdf>>.

REIS, Elisa Pereira. **Opressão Burocrática: O Ponto de Vista do Cidadão**. Estudos Históricos, n°161-179, 1990

REIS, José de Oliveira. **O Rio de Janeiro e seus Prefeitos**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977, 5 vols.

ROCHA, Oswaldo Porto. **Era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920**. Rio de Janeiro: [S.n]. vol 11, Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

SARMENTO, Eduardo. **O espelho partido da metrópole: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelistas**. Rio de Janeiro: Folha Seca: FAPERJ, 2008.

SIGAUD, Lygia. **As vicissitudes do "ensaio sobre o dom"**. Mana [online]: vol.5, n.2, 1999, p.89-123.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Maurício Joppert da. **Paulo de Frontin, o patrono da engenharia brasileira; sua vida, sua obra, sua glória**. Rio de Janeiro: Ministério dos Transporte e Clube de Engenharia, 1972.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973 [1903].

TAMBIAH, Stanley J. **A performative approach to ritual**. Preceedings of the British Academy, n. 65, 1980.

_____. **Culture, Thought and Social Action: an Anthropological Perspective**. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1985.

TOPIK, Steven. O sistema ferroviário. In: **A presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987. p. 111.

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina. **Mediação e Metamorfose**. In: Mana: estudos de antropologia social. Vol. 2 (1), 1996, p. 82-84.

_____. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VENEU, Marcos. **Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895**. Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 30, n. 1, 1987.

VISCARDI, Cláudia Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001